



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA  
– PPGEAA

MANOEL SARMANHO NETO

**O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA RIBEIRINHA NA ILHA DO COMBU EM  
BELÉM-PA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES TURÍSTICAS.**

CASTANHAL-PA  
2025

MANOEL SARMANHO NETO

**O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA RIBEIRINHA NA ILHA DO COMBU EM  
BELÉM-PA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES TURÍSTICAS.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEEA (UFPA).

Área de Concentração: Estudos Antrópicos.

Linha de Pesquisa: Etno-saberes e Tecnologias sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Yomara Pinheiro Pires.

Coorientador: Prof. Dr. Igor Ruiz Gomes.

CASTANHAL-PA  
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

- S246a Sarmanho Neto, Manoel.  
O acesso à educação básica ribeirinha na Ilha do Combu  
em Belém-PA em tempos de transformações turísticas /  
Manoel Sarmanho Neto. — 2025.  
155 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Yomara Pinheiro Pires  
Coorientador(a): Prof. Dr. Igor Ruiz Gomes  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-  
Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal,  
2025.
1. Ilha do Combu. 2. Educação do campo. 3.  
Comunidades tradicionais. 4. Educação pública. I.  
Título.

CDD 215.72

---

MANOEL SARMANHO NETO

**O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA RIBEIRINHA NA ILHA DO COMBU EM  
BELÉM-PA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES TURÍSTICAS.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Antrópicos na Amazônia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEAA (UFPA).

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Yomara Pinheiro Pires.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Yomara Pinheiro Pires  
Orientadora – Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Igor Ruiz Gomes  
Coorientador – Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Ivamauro Ailton de Sousa Silva  
Avaliador - Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristiane Ruiz Gomes  
Avaliador - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

CASTANHAL/PA, 30 de Setembro de 2025.

Avaliação: \_\_\_\_\_

CASTANHAL/PA  
2025

Aos discentes das escolas de áreas de ilhas de Belém, pais, professores, técnicos e todos os profissionais que unem esforços e superam desafios diariamente para garantir um futuro mais promissor aos jovens das comunidades ribeirinhas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por iluminar meus pensamentos e guiar minhas mãos sempre que recorri a ele, na alegria e na dor, permitindo assim que esse projeto de vida se concretizasse.

Aos meus orientadores Yomara Pinheiro e Igor Ruiz pela condução, paciência, incentivo e por serem meus guias nesse universo acadêmico.

A todos os docentes do PPGEAA que me deram a oportunidade de crescer mediante o compartilhamento de sua sabedoria e experiências de vida, e claro, que me fizeram sorrir quando o dia parecia tenso e o desafio parecia imenso.

A esposa e filho por estarem sempre ao meu lado nesta fase, compartilhando as conquistas, analisando e incentivando a superar os obstáculos, cuidando de mim e me fazendo lembrar que tem momentos nos quais precisamos parar e respirar, para continuar e vencer.

Ao Prof. Diogo Souza que foi de uma generosidade ímpar ao indicar os caminhos para que esse projeto se concretizasse dentro da Secretaria de Educação Municipal.

Ao amigo e parceiro Prof. Jorge Queiroz pelas horas doadas para que essa pesquisa pudesse ser apreciada.

Ao amigo e parceiro Mário Carvalho pelas discussões, reflexões, orientações acadêmicas e por auxiliar ao contato realizado com os moradores da Ilha do Combu.

Aos gestores locais das escolas das ilhas de Belém que gentilmente me acolheram e apoiaram para que essa pesquisa se concretizasse.

A todos os professores e pais entrevistados por permitir que esse pesquisador conheça e apresente a realidade de seus trabalhos nas regiões de ilhas.

Ao Instituto Federal do Pará por garantir aos seus servidores políticas de assistência e incentivo ao desenvolvimento de pesquisas e qualificação contínua, contribuindo para o desenvolvimento das regiões assistidas pela instituição e consequentemente melhoria do capital humano desta.

Aos gestores e seus representantes do campus Paragominas do IFPA pelo apoio irrefutável prestado a este pesquisador no desenvolvimento dessa etapa de um projeto de formação continuada.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar como está sendo disponibilizado o acesso à educação básica aos moradores das ilhas sul de Belém, com ênfase para a Ilha do Combu e suas cinco unidades educacionais municipais que atendem ao Ensino Infantil e ao Ensino Fundamental, nos seus ciclos iniciais e finais. A pesquisa utilizou como marcador de tempo o período no qual se registrou um ascendente desenvolvimento turístico no local, avaliando se esse mesmo período de evolução proporcionou concomitantemente alguma melhoria no acesso a um ensino de qualidade a seus habitantes, premissa essa descrita e observada por autores que apontam o turismo como um elemento que promove transformações em comunidades. A metodologia consistiu em uma abordagem quanti-quali através de análise dos resultados provenientes de uma revisão sistemática de literatura juntamente com a coleta de dados e observação realizadas nas unidades de ensino das ilhas sul. São investigados dois grupos de serviços, a infraestrutura operacional disponibilizada para a operacionalização das ações do ensino e os resultados efetivos provenientes da concretização dessas ações, sob a perspectiva de dois grupos de participantes, o primeiro composto dos profissionais atuantes nas escolas e o segundo dos pais ou responsáveis dos discentes assistidos por elas. Os resultados demonstraram que apesar do avanço do turismo, não houve relação direta que estimulasse o desenvolvimento das escolas locais. Pode-se perceber uma evolução positiva no que se refere a serviços como transporte escolar e infraestrutura. No entanto, antigos problemas como acesso a água potável e a falta de recursos tecnológicos persistem comprometendo a qualidade do ensino na área.

Palavras-chave: Ilha do Combu; Educação do Campo; Comunidades Tradicionais; Educação Pública.

## **ABSTRACT**

The objective of this research was to investigate how access to basic education is being provided to residents of the islands south of Belém, with an emphasis on Combu Island and its five municipal educational units that serve early childhood education and elementary school, both in their initial and final cycles. The study used as a time marker the period during which tourism experienced increasing tourism development in the area, assessing whether this same period of development simultaneously provided any improvement in access to quality education for its residents, a premise described and observed by authors who point to tourism as an element that promotes transformation in communities. The methodology consisted of a quantitative and qualitative approach through analysis of the results from a systematic literature review, combined with data collection and observation conducted at the educational units on the southern islands. Two groups of services were investigated: the operational infrastructure provided for the implementation of educational initiatives and the actual results resulting from the implementation of these initiatives, from the perspective of two groups of participants: the first composed of professionals working in the schools and the second composed of parents or guardians of the students served by them. The results showed that despite the growth of tourism, there was no direct link that stimulated the development of local schools. Positive progress was observed in services such as school transportation and infrastructure. However, long-standing problems such as access to clean water and a lack of technological resources persist, compromising the quality of education in the area.

**Keywords:** Combu Island; Rural Education; Traditional Communities; Public Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Ilha do Combu (escala 1: 4000) .....	27
Figura 2	- Localização das Escolas na área das ilhas sul de Belém – DAOUT (Escala 1: 4000) .....	29
Figura 3	- EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma	36
Figura 4	- EMEIF de Educação do Campo Milton Monte .....	36
Figura 5	- Anexo São José.....	37
Figura 6	- Anexo Santo Antônio .....	37
Figura 7	- Anexo Nossa Senhora dos Navegantes .....	38
Figura 8	- Mural que descreve evolução de posse e escolas da Ilha Grande	39
Figura 9	- Padronização das novas instalações das escolas das ilhas Sul de Belém .....	44
Figura 10	- Procedimentos Metodológicos .....	46
Figura 11	- Parâmetros da RSL realizada.....	51
Figura 12	- Prisma da RSL.....	55
Figura 13	- Ponto de coleta seletiva do lixo no anexo São José .....	64
Figura 14	- Resultados evidenciados na RSL .....	67
Figura 15	- Critérios de Infraestrutura operacional investigados .....	73
Figura 16	- Biblioteca da Escola Milton Monte .....	81
Figura 17	Registros da execução do serviço de transporte .....	95
Figura 18	- Resumo dos resultados de infraestrutura investigados – Profissionais atuantes nas escolas .....	97
Figura 19	- Resumo dos resultados de infraestrutura investigados – pais ou responsáveis .....	98
Figura 20	- Critérios operacionais investigados – colaboradores do ensino.....	100
Figura 21	- Critérios operacionais investigados – pais ou responsáveis .....	101
Figura 22	- Ideb do Estado do Pará e Nacional – 2023 (Inep) .....	121
Figura 23	- Resumo dos resultados de critérios operacionais investigados – profissionais atuantes nas escolas .....	125
Figura 24	- Resumo dos resultados de critérios operacionais investigados – pais ou responsáveis .....	126
Figura 25	- Resumo dos resultados de critérios operacionais investigados – exclusivos para pais ou responsáveis .....	128
Figura 26	- Fatores que inviabilizam a presença do aluno na escola .....	129
Figura 27	- Nuvem de palavras com os itens mais solicitadas pelos participantes .....	134

Figura 28 - Comparação dos resultados da pesquisa com os resultados da RSL .....	142
Figura 29 - Avanços e melhorias sugeridas .....	143

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Acessibilidade.....	74
Gráfico 2	- Atendimento clínico emergencial.....	77
Gráfico 3	- Banheiros.....	78
Gráfico 4	- Bibliotecas.....	80
Gráfico 5	- Energia elétrica.....	82
Gráfico 6	- Limpeza.....	84
Gráfico 7	- Material didático.....	86
Gráfico 8	- Merenda escolar.....	88
Gráfico 9	- Profissionais de serviços gerais.....	89
Gráfico 10	- Recursos tecnológicos.....	91
Gráfico 11	- Salas de aula.....	92
Gráfico 12	- Transporte Escolar.....	94
Gráfico 13	- Comparativo de satisfeitos - infraestrutura.....	99
Gráfico 14	- Comparativo de insatisfeitos - infraestrutura.....	99
Gráfico 15	- Oferta de atividades extraclasse.....	102
Gráfico 16	- Oferta de eventos escolares .....	103
Gráfico 17	- Oferta institucional de capacitação.....	104
Gráfico 18	- A acompanhamento dos professores aos discentes.....	105
Gráfico 19	- Como você avalia a relação professor e alunos?.....	106
Gráfico 20	- O acompanhamento dos responsáveis.....	107
Gráfico 21	- A escola convida os pais para participação nas atividades escolares?.....	108
Gráfico 22	- Você participa em eventos e reuniões na escola? .....	108
Gráfico 23	- Você destina tempo e auxilia seu(sua) filho(a) com as tarefas escolares enviadas para casa?.....	109
Gráfico 24	- O atendimento da escola aos responsáveis .....	111
Gráfico 25	- A escola mantém você informado(a) sobre o desempenho acadêmico do seu filho(a)? .....	112
Gráfico 26	- O uso de recursos tecnológicos.....	113
Gráfico 27	- Oferta de reforço escolar.....	115
Gráfico 28	- Você considera que a escola oferece apoio adequado para alunos com dificuldades de aprendizagem? .....	115
Gráfico 29	- A qualidade do ensino .....	117
Gráfico 30	- Você Considera que seu/sua filho(a) está aprendendo bem na escola? .....	118

Gráfico 31	- Você considera que a escola incentiva o desenvolvimento de valores morais como respeito, responsabilidade e convivência em grupo? .....	119
Gráfico 32	- Evolução da nota SAEB – EMEIF Milton Monte.....	122
Gráfico 33	- Evolução do Fluxo – EMEIF Milton Monte .....	123
Gráfico 34	- Evolução da nota SAEB – EMEIF Sebastião Quaresma .....	123
Gráfico 35	- Evolução do Fluxo – EMEIF Sebastião Quaresma .....	124
Gráfico 36	- Comparativo de satisfeitos – características operacionais.....	126
Gráfico 37	- Comparativo de insatisfeitos – características operacionais....	127
Gráfico 38	- Fatores que prejudicam o ensino na área de ilhas do litoral de Belém .....	129

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Escolas das ilhas sul de Belém – Distrito Administrativo do Outeiro .....	29
Quadro 2	- Strings de busca utilizadas no Parsifal .....	52
Quadro 3	- Produções Científicas Analisadas.....	53
Quadro 4	- Metodologias de pesquisas utilizadas nos trabalhos .....	54
Quadro 5	- Dificuldades apresentadas na operacionalização do Ensino na Ilha .....	55
Quadro 6	- Práticas inovadoras de docentes no ensino .....	60
Quadro 7	- Melhorias sugeridas pelos participantes – grupo dos profissionais atuantes nas escolas.....	132
Quadro 8	- Melhorias sugeridas pelos participantes – grupos dos pais ou responsáveis .....	132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Total de Matrículas da EMEIF de Educação do Campo Milton Monte.....	40
Tabela 2	- Total de Matrículas da EMEIF de Educação do Campo Sebastião Santos Quaresma .....	41
Tabela 3	- Quantidade de produções rejeitadas mediante critérios excludentes propostos.....	52
Tabela 4	- Quantitativo de profissionais atuantes nas escolas x quantitativo de profissionais participantes na coleta de dados....	68
Tabela 5	- Perfil dos Participantes – Profissionais atuantes nas unidades de ensino – Faixa etária, gênero e tempo de atuação.....	69
Tabela 6	- Perfil dos Participantes – Profissionais atuantes nas unidades de ensino – Formação acadêmica, cargo e residência na ilha.....	70
Tabela 7	- Perfil dos Participantes – Pais ou responsáveis dos alunos – Idade, gênero e Formação acadêmica.....	72
Tabela 8	- Perfil dos Participantes – Pais ou responsáveis dos alunos – Grau de parentesco, nº de crianças atendidas pelas escolas e forma de deslocamento.....	72
Tabela 9	- Resultados Ideb das escolas da Milton Montes e Sebastião Quaresma.....	120

## LISTA DE SIGLAS

APA	- Área de Proteção Ambiental
BIBTEX	- Bibliografia e Texto
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEASA	- Centrais de Abastecimento
COECAP	- Coordenadoria da Educação do Campo e das Florestas
DAOUT	- Distrito Administrativo do Outeiro
DIED	- Diretoria de Educação
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EMBRATUR	- Empresa Brasileira de Turismo
EMEIF	- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEFLOR-Bio	- Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade
Inep	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	- Ministério da Educação
Mtur	- Ministério do Turismo
PICOC	- População, Intervenção, Comparação, Desfecho, Contexto
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	- Projeto Político Pedagógico
RSL	- Revisão Sistemática de Literatura
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SBPC	- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMEC	- Secretaria Municipal de Educação
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UNICEF	- United Nations International Children's Emergency Fund
UAPI	- Unidade Amiga da Primeira Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS MOTIVACIONAIS</b> .....	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ILHAS SUL DE BELÉM: Interfaces entre gestão pública e desenvolvimento turístico na Ilha do Combu.....</b>	<b>24</b>
<b>4.1</b>	<b>As regiões de ilhas de Belém e os povos ribeirinhos</b> .....	<b>24</b>
<b>4.2</b>	<b>As ilhas sul de Belém e a gestão da educação do campo</b> .....	<b>26</b>
<b>4.3</b>	<b>A Ilha do Combu e seu desenvolvimento turístico</b> .....	<b>29</b>
<b>4.4</b>	<b>O perfil do ensino na Ilha do Combu a partir dos dados do censo escolar 2024.....</b>	<b>36</b>
<b>4.5</b>	<b>As iniciativas da gestão pública na execução e melhoria da oferta do ensino da área das ilhas sul de Belém</b> .....	<b>41</b>
<b>5</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>46</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>50</b>
<b>6.1</b>	<b>Revisão Sistemática de Literatura – RSL.....</b>	<b>50</b>
6.1.1	Resultados da RSL .....	55
6.1.2	Considerações acerca dos resultados da RSL .....	64
<b>6.2</b>	<b>Coleta de dados com profissionais e familiares de discentes atendidos pelas escolas na Ilha do Combu (PA)</b> .....	<b>67</b>
<b>6.3</b>	<b>Análise comparativa entre os resultados da coleta de dados e evidências da revisão sistemática da literatura.....</b>	<b>134</b>
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>144</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>147</b>
	<b>APÊNDICES A - Estrutura do instrumento de coleta de dados dos profissionais do ensino</b> .....	<b>155</b>
	<b>APÊNDICES B.- Estrutura do instrumento de coleta de dados dos pais ou responsáveis</b> .....	<b>157</b>
	<b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa</b>	<b>159</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O acesso à educação representa uma oportunidade para o desenvolvimento do homem em sociedade, é uma forma de constituir direcionamentos para que uma comunidade esteja mais preparada para os desafios e oportunidades que a vida possa apresentar.

Frente às desigualdades sociais evidenciadas de forma recorrente, educar desponta como oportunizar a abertura de portas para a melhoria da vida de uma comunidade e seus membros. Mas para que esses objetivos sejam atingidos, torna-se necessária a iniciativa coletiva dos diversos segmentos gestores do poder público, atuando em suas esferas de forma integrada nas etapas de formação as quais estão responsáveis.

No direito de acesso à educação do indivíduo surgem uma diversidade de desafios quando se cumpre o compromisso público de garantir meios para que as pessoas tenham o acesso a uma educação de qualidade, desde a formação básica ao nível superior.

De acordo com dados de 2024 obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,5% dos brasileiros têm uma formação básica completa, um número que vem crescendo desde o ano de 2016 (Poder 360, 2024), o que caracteriza uma conquista frente a promoção do direito garantido em Constituição do acesso à educação (Brasil, 1988).

O desafio para o poder público em seu compromisso de ofertar a formação básica ao cidadão se torna maior quando o escopo dessa formação aponta para os espaços que são atendidos pela modalidade denominada educação do campo, definida por Alves (2023) como uma escola que esteja no campo e seja do campo, um espaço que seja política e pedagogicamente vinculado à história, à cultura, às causas sociais e humanas do sujeito do campo, com raízes na práxis da educação popular e da pedagogia do oprimido de Paulo Freire (Freire, 1987).

Nesse contexto, a cidade de Belém apresenta em seu estuário um conjunto de ilhas localizadas ao sul de sua posição geográfica, um ambiente constituído por pessoas que vivem e obtém o seu sustento a partir do desenvolvimento de suas atividades econômicas no mesmo espaço que usam para manter viva sua tradição e sua cultura. Entre essas ilhas destaca-se a Ilha do Combu.

A Ilha do Combu possui hoje cinco unidades de ensino de formação básica sob a gestão da prefeitura municipal de Belém, são escolas que atendem crianças da educação infantil ao ensino fundamental completo, em todos os seus ciclos.

Prover o ensino na área de ilhas sul de Belém é vivenciar a plena caracterização do formato da chamada educação do campo, com suas características particulares. São escolas cujo portões de acesso não possuem ruas à sua frente, mas sim rios, lugares nos quais a campainha de saída não toca no mesmo horário das escolas comuns das grandes áreas metropolitanas.

Essas escolas caracterizam-se como espaços educacionais com o acesso pelas águas através de seus furos e igarapés, elas trazem consigo todo um respeito a culturalidade, hábitos e costumes, representadas no dia a dia dos moradores dessas regiões. Garantindo o acesso à educação para populações distantes dos centros urbanos e fortalecendo a identidade local, o conhecimento dos saberes tradicionais e a conscientização política.

Paulo Freire destaca em sua terceira carta pedagógica a relevância da educação no contexto de evolução da sociedade, como descreve “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000, p. 67).

Considerando que o acesso à educação deve ser um direito constitucional assegurado a todos os brasileiros (Brasil, 1988), cenários desfavoráveis e obstáculos adversos que surjam perante a execução desse direito assegurado podem provocar um desinteresse contínuo por parte das pessoas atendidas por esse serviço.

A análise desse cenário poderá revelar fragilidades na oferta do ensino da formação básica da educação nas regiões fluviais do Pará, o que pode vir a ser provocada por uma diversidade de fatores, como por exemplo um planejamento mal elaborado, uma aplicação de recursos financeiros mal dimensionada, ou a existência de uma infraestrutura ruim ou desatualizada para atendimento às escolas que fazem a base da formação do cidadão brasileiro. Logo, promover um diagnóstico antecipado poderá contribuir para a correção e evolução positiva contínua desse serviço.

Aprimorar a oferta do ensino é promover um incentivo a oportunidade de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida de famílias que habitam regiões mais isoladas do Brasil, estimulando o progresso para os moradores dessas áreas.

Segundo Santos (2016) “A Ilha do Combu aponta um fortalecimento as atividades turísticas a partir do ano de 2014. Atualmente, ainda se debatem os impactos que o turismo pode trazer em suas comunidades receptoras”.

Conforme notícia veiculada na edição eletrônica do jornal O Liberal em junho de 2025, o Boletim de Inteligência de Mercado 2023 publicado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Pará, o Sebrae, atestou que o crescimento das atividades de turismo na ilha impulsionou o aumento de mais de 800% em uma década, entre 2010 e 2020, quando foram registrados 32 empreendimentos na região, incentivando o aumento de oportunidades de emprego para jovens e famílias da ilha (O Liberal, 2025).

A ascensão do turismo na Ilha do Combu, motivou de forma empreendedora o surgimento de estabelecimentos comerciais e de empreendimentos de prestação de serviços na área. São restaurantes, lojas, hospedagens na ilha que incluem até a oferta de pacotes para vivenciar as experiências do modo de vida da população ribeirinha. A ilha apresenta ainda entre seus empreendimentos uma fábrica de chocolates orgânicos.

Pelo ponto de vista antrópico, torna-se interessante analisar se identificam-se evidências que indiquem alguma influência desse desenvolvimento turístico em uma possível melhoria na vida das pessoas que atuam diretamente ligadas às atividades que ocorrem e movimentam a ilha. Essa relevância é traduzida nas palavras de Costa *et al.* (2015, p. 42):

Na comunidade ribeirinha do Combu, é imprescindível que a educação oferecida busque a inserção dos elementos antropológicos e sociodemográficos no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o educador e educando discutem a educação diante do contexto social o qual estão inseridos, permitindo ao aluno desenvolver olhar crítico sobre os aspectos sociais a sua volta e habilidades para resolução dos problemas, bem como a valorização das potencialidades da comunidade.

Analisar esse contexto é uma forma de procurar compreender se essas atividades turísticas podem ter provocado impactos no seu modo de vida, sejam essas alterações positivas ou não, e verificar se influenciaram de alguma forma o desenvolvimento de suas atividades pessoais ou laborais. É descobrir ainda se essa movimentação proporcionou mudanças no modo como o poder público vê e cumpre o seu papel na oferta dos serviços básicos ao indivíduo, demarcados nos direitos garantidos pela Constituição Federal.

A pesquisa levanta a hipótese de que apesar da evolução do setor turístico, o desenvolvimento da oferta do ensino de qualidade ficou muito restrito a reformas em algumas infraestruturas nos espaços destinados ao ensino nas ilhas.

A hipótese formulada tem como base evidências apontadas em pesquisas demarcadas a partir de 2015, período ao qual o turismo se evidenciou na região, como Silva, Santos e Souza (2016), Neris (2019) e Andrade (2007). Tais produções retratam as dificuldades das comunidades de área de ilhas ao ter acesso efetivo a uma formação básica de qualidade para seus jovens.

Portanto, uma lacuna se forma ao verificar que a medida em que a ilha avançava nos aspectos relacionados ao turismo na última década, gerava concomitantemente em seus moradores o interesse por empreender em atividades comerciais. Porém, muitos dos seus habitantes não tiveram a oportunidade de completar seus estudos básicos, na época chamados de 1º e 2º graus.

Com tanto desenvolvimento gerado a partir dessa atividade turística, surgem alguns questionamentos: como se apresenta hoje a oferta e execução do Ensino Básico aos habitantes da Ilha do Combu, em Belém, capital do Pará no que se refere à infraestrutura e qualidade percebidas por aqueles que habitam a ilha? Teria a oferta ao ensino apresentado melhorias em relação a 10 anos atrás? Existiriam fatores dessa melhoria que poderiam ser associados ao crescimento das atividades vinculadas ao turismo? Esses são os pontos que orientam o cerne desta pesquisa.

Com o intuito de responder a tais questionamentos, a presente pesquisa objetiva descrever como está sendo disponibilizado o acesso à educação básica aos moradores da Ilha do Combu (PA).

Trata-se de um estudo quanti-quali, desenvolvido em duas etapas: a primeira, uma revisão sistemática da literatura (RSL), com base em produções científicas anteriores ao período de crescimento turístico, permitiu compreender as características do formato e da qualidade do ensino nessa região de ilhas; a segunda, uma pesquisa de campo realizada com profissionais da educação e responsáveis pelos discentes atendidos pelas escolhas na ilha, buscou diagnosticar a oferta e a execução atuais do ensino.

Os resultados das duas etapas foram comparados, proporcionando um diagnóstico mais abrangente e fundamentado, capaz de identificar avanços, limitações e possíveis relações entre a evolução do ensino e o crescimento das atividades turísticas na região.

## 2. ASPECTOS MOTIVACIONAIS

O autor da pesquisa é docente e acumula trinta anos dedicados aos serviços educacionais. Ao longo de sua trajetória já atuou no ensino básico da educação infantil ao ensino médio. Hoje, exerce sua função no ensino médio técnico e tecnológico, graduação e pós-graduação em instituição de ensino federal.

Além da docência, o pesquisador esteve com frequência à frente da gestão de equipes, consultoria, planejamento e implementação de projetos, mentoria e prestação de serviços na mesma área de interesse. Essa oportunidade fez com que pudesse acumular experiências e conhecer na prática o contexto de atuação das instituições de ensino as quais teve acesso, fator este determinante para incentivar a oferta de alternativas que agreguem melhorias à qualidade do serviço prestado pelas essas instituições de ensino.

A Ilha do Combu tornou-se um local conhecido pelo pesquisador mediante a participação na ilha em projetos alternativos de outras áreas, além de ser um local de visita constante. Esse contexto oportunizou conhecer um pouco da realidade das pessoas que moram nesse espaço, observando assim as dificuldades e a busca por alternativas de suprimir os problemas relacionados a esses locais.

A temática dessa pesquisa nasceu a partir da surpresa do autor ao constatar achados de uma primeira versão em uma Revisão Sistemática de Literatura, realizada em uma disciplina deste mestrado: a constatação de que os povos originais que residem nas ilhas ao sul da capital paraense ainda são marcados com uma série de intercorrências que tornam o seu direito à vida e ao exercício da cidadania muito mais difícil. Entre elas, o direito de acesso a uma educação digna e de qualidade.

A diretriz da primeira RSL partiu pela curiosidade generalizada de um mestrando dentro de uma sala de aula, o qual estava conhecendo por intermédio de sua professora, que mais tarde se tornaria a orientadora dessa pesquisa, uma ferramenta tecnológica a serviço da produção acadêmica. Era um recurso computacional em um ambiente de livre e fácil acesso à informação, presente na internet e orientado por uma agente de interação acadêmica encarregada de levar esse conhecimento aos seus alunos.

Observou-se que esse cenário acima descrito ainda não foi alcançado pelos moradores das regiões de ilhas sul de Belém, pois eles não possuem em sua sala de aula laboratórios, computadores, internet de qualidade ou outras tecnologias

eletrônicas, como constatado nesta pesquisa, mesmo depois de tantos anos de advento tecnológico no estado.

Nas primeiras configurações daquela primeira RSL os parâmetros inicialmente escolhidos não foram exatamente com enfoque no ensino, mas sim no contexto generalizado do que acontece na ilha, no modo de vida e no que é entregue a essas comunidades originais mais afastadas.

Os primeiros resultados despertaram a curiosidade do autor acerca da quantidade de produções acadêmicas que descreviam dificuldades de acesso à educação na Ilha do Combu, em Belém, Pará, uma das que pertencem ao conjunto de ilhas sul da capital.

Esse resultado foi responsável por instigar a curiosidade do autor, não por ser mais uma ilha, mas sim por ser uma ilha conhecida pelo seu forte potencial turístico na região, inclusive em segmentos como a economia, a biocultura, economia solidária e muitos outros aspectos.

É fato que não causa surpresa quando constatado que comunidades de áreas afastadas da região metropolitana tenham problemas relacionados à saúde, cuidados com o direito e a preservação de sua cultura, economia e formação. Mas não aquela ilha especificamente sinalizada nos resultados, a Ilha do Combu, pois não parecia conciso o contexto que se via no local com o resultado registrado por outros pesquisadores em período anterior à última década.

As primeiras impressões indicavam não fazer sentido pois como seria possível uma área tão conhecida e procurada por munícipes e turistas do mundo todo, visitada inclusive por presidentes e autoridades internacionais, um espaço que tanto se desenvolveu no aspecto turístico, não conseguir fazer com que sua comunidade fosse beneficiada desse mesmo crescimento?

E nesse momento tomou forma o cerne dessa pesquisa que veio para identificar como estaria hoje a oferta do ensino na região das ilhas sul de Belém, em especial a Ilha do Combu, que apresenta um desenvolvimento turístico em forte ascensão.

Como dez anos atrás os autores relataram problemas com infraestrutura, capital humano, investimentos e aspectos operacionais do ensino, mostrou-se interessante e ao mesmo tempo importante descortinar o cenário e identificar como estaria hoje o acesso à educação nesse espaço, dez anos depois, identificando ainda se toda essa revolução do turismo teria influenciado o surgimento de melhorias em

outros aspectos na vida dessas pessoas que habitam a ilha. E assim uma nova pesquisa de campo despontou para trazer essas respostas e comparar com o antigo cenário descrito por outros autores.

### 3. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é descrever as características contemporâneas do ensino disponibilizado aos moradores das ilhas sul de Belém, analisando sua evolução após o período marcado por um desenvolvimento turístico da área. Desse modo, os objetivos específicos são assim descritos:

- Identificar através de uma revisão sistemática de literatura os aspectos acerca da operacionalização do ensino na ilha do Combu antes do período que registrou forte avanço do turismo no local.
- Aplicar uma pesquisa de campo para conhecer o cenário atual dessa oferta do ensino, descrevendo características relacionadas a infraestrutura e operacionalização, relacionando aspectos positivos e demandas evidenciadas.
- Comparar os dois momentos distintos de modo a conhecer os avanços, os retrocessos e os novos desafios presentes entre os dois cenários, sob a perspectiva dos grupos entrevistados na pesquisa.
- Observar se o advento turístico na ilha promoveu em paralelo a melhoria do ensino para os moradores da ilha.
- Entregar para a comunidade escolar e representantes da gestão municipal da região de ilhas Sul de Belém um relatório com os resultados da pesquisa.

#### **4. O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ILHAS SUL DE BELÉM: Interfaces entre gestão pública e desenvolvimento turístico na Ilha do Combu**

A fim de compreender melhor como se dá o acesso à educação básica nas ilhas sul de Belém, faz-se necessário primeiramente caracterizar essa região de ilhas compõem o objeto desta pesquisa, em especial a Ilha do Combu, bem como compreender como se dá a gestão da educação e o contexto turístico da região.

##### **4.1. As regiões de ilhas de Belém e os povos ribeirinhos**

As áreas localizadas nas regiões fluviais próximas ao território paraense são compartilhadas por uma diversidade de comunidades dessas regiões que fazem uso desse espaço para conduzir suas atividades econômicas, sociais e culturais, predominantemente a partir de uma organização familiar.

Essas ações impulsionam uma cadeia de produção interrelacionada entre os setores primário e terciário no mesmo contexto territorial. Essa região faz parte de uma área definida por Silva (2017) como Estuário Amazônico, um espaço reconhecido por ser o ponto onde os rios Amazonas e Tocantins fundem suas águas às do oceano Atlântico na costa norte do Brasil, no conglomerado que reúne os estados do Pará e Amapá.

Essa área insular é descrita como um espaço sem as grandes urbanizações, apresentadas nas capitais e nas regiões metropolitanas. São localidades que têm como característica uma grande abundância de rios, furos, igarapés e baías, sendo o transporte realizado através de embarcações, onde algumas dessas são de propriedade particular das famílias e outras de prestadores de serviço de transportes na área.

Algumas comunidades possuem energia elétrica na maior parte de sua extensão, mas outras ainda são alimentadas por conjuntos de geradores movidos a diesel. Já o acesso à Internet é realizado por provedores que distribuem o sinal via satélite, com limitações e dificuldades próprias desse padrão de comunicação, como a interrupção de sinais e retardo no tempo de envio de uma transmissão.

Serviços básicos de rede sanitária e água potável também são ofertados com precariedade, tendo muitas vezes uma infraestrutura improvisada para atender às comunidades. Mediante o direcionamento mundial para a adoção de tecnologia verde

e respeito ao planeta, surgem também nas áreas fluviais iniciativas de aproveitamento de águas pluviais e captação de energia solar, projetos esses eventualmente subsidiados por instituições que apoiam o desenvolvimento de populações que habitam áreas um pouco mais afastadas do continente.

No que diz respeito ao padrão de suas habitações, há uma variação de acordo com a possibilidade econômica de cada família. São visualizadas casas chamadas de “palafitas” (habitações suspensas por madeira e construídas sobre áreas alagadas) ou ainda de outros materiais, como por exemplo habitações em alvenaria. Os terrenos onde essas edificações são erguidas são chamados de “quintais”, e chegam a hectares mapeados e repassados tradicionalmente entre as gerações que usufruem desses espaços.

Vale ressaltar que o deslocamento de materiais de construção ainda é realizado através de barcos que são carregados nas antigas estâncias e lojas de materiais de construção e acabamentos, localizadas na porção litorânea da capital paraense.

Segundo Cohen-Carneiro (2009), nessa área encontram-se os povos designados como ribeirinhos, termo esse associado a qualquer população que vive às margens dos rios, com características únicas de acesso aos centros urbanos e pelo estreito vínculo que possuem com esses centros. São comunidades que priorizam desenvolver suas atividades essenciais de subsistência e econômicas nos espaços onde vivem e possuem como característica o uso e repasse dos conhecimentos transmitidos através de suas gerações (Oliveira, 2013).

Segundo o Ministério da Saúde, muitos desses ribeirinhos são integrantes de comunidades tradicionais que habitam reservas e áreas de florestas em proximidade a rios e igarapés (Brasil, 2013). São comunidades que convivem harmoniosamente sob conjunto de regras e valores sociais característicos desses povos, herdados a partir de gerações anteriores, dos seus familiares, que já habitaram o mesmo espaço, seguindo a normas comuns e unidos pelo sentimento de consciência do grupo (Andrade, 2007).

Isso é percebido nas expressões, nas atitudes e nos exemplos evidenciados no convívio com pessoas que habitam as ilhas. São normas que envolvem moral e ética não construídas formalmente por contratos, mas por uma força de consciência coletiva e de respeito mútuo repassado entre gerações.

A economia que movimenta essa área é predominantemente extrativista do setor primário e administrada familiarmente por seguidas gerações. Os produtos

comumente comercializados são frutos como o cacau, a pupunha, o açaí, o cupuaçu e os óleos provenientes da extração de ouriços e amêndoas típicas da área, como os frutos das árvores de copaíba e andiroba.

Algumas dessas regiões já apresentam também iniciativas de turismo ecológico e áreas de entretenimento comum, tais como restaurantes, balneários e bares. Nessas mesmas áreas, existe ainda o manejo do cacau para ações comerciais.

A administração dos recursos públicos financeiros destinados a essas ilhas é em sua maioria vinculada à prefeitura da capital paraense. Assim como nas demais regiões do Brasil, as escolas públicas localizadas nessas ilhas apresentam também seus problemas relacionados à infraestrutura básica e operacional (Andrade, 2007).

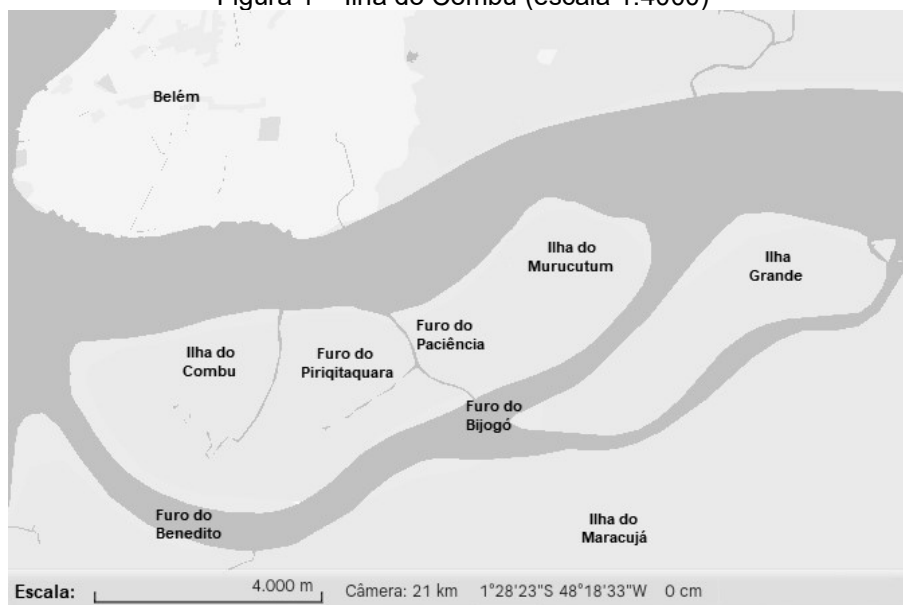
Diante de limitações administrativas facilmente evidenciadas, é comum que esses moradores acrescentem às suas rotinas o deslocamento constante para a capital, inclusive para educar seus jovens. Isso constitui uma movimentação não favorável, onerosa e muitas vezes até perigosa para os ribeirinhos, visto que precisam fazer diariamente as travessias entre as ilhas e o continente, enfrentando a força da Baía do Guajará, que banha o estuário da capital paraense.

Esses aspectos singulares despertam a importância em conhecer como são conduzidas as atividades de ensino na ilha, suas particularidades, obstáculos e histórias exitosas, realizadas ao longo dos últimos anos, concomitantemente com a velocidade do fortalecimento turístico na área.

#### **4.2. As ilhas sul de Belém e a gestão da educação do campo**

A pesquisa foi realizada na área de ilhas localizadas ao Sul de Belém, às margens do rio Guamá, onde a Ilha do Combu, apresentada na figura 1, aponta como uma das principais referências na área (Dergan, 2006). Além da Ilha do Combu, existem outras ilhas adjacentes que fazem parte desse conjunto insular que circunda a capital paraense, como a ilha Grande, a ilha de Caratateua, a ilha dos Papagaios, a ilha do Maracujá e outras mais.

Figura 1 – Ilha do Combu (escala 1:4000)



Fonte: Google Earth (2025)

Conforme classifica o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), através da Lei Federal nº 9.985/2000 (Brasil, 2000), a Ilha do Combu é inserida no chamado Grupo de Uso Sustentável, da categoria de Área de Proteção Ambiental (APA). O Art. 15 do SNUC (Brasil, 2000) define uma APA como:

Área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio), no aspecto que tange à classificação de APA, afirma-se que:

A Unidade tem como objetivo de proteger e restaurar a diversidade biológica, os recursos genéticos, as espécies ameaçadas de extinção, bem como a promover o desenvolvimento sustentável, através do ordenamento dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida da comunidade local (IDEFLOR-Bio, 2023).

Conforme dados do IDEFLOR-Bio (2023), a Ilha do Combu é a quarta maior ilha do município de Belém, com uma área territorial que ultrapassa 15,972 km<sup>2</sup> e possui aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) habitantes. Ela está localizada em

frente à área urbana da capital, margeada pelo rio Guamá ao Norte, pelo furo São Benedito ao Sul, pelo furo da Paciência ao Leste e pela baía do Guajará a Oeste.

O acesso à ilha pode ser feito a partir de portos comerciais e terminais de embarque localizados na capital. Ao longo dos últimos anos ela tem se tornado um ponto forte de referência turística para o estado, pois possui uma rica fauna e flora que pode ser apreciada através de caminhadas e passeios de barco (IDEFLOR-Bio, 2023).

As unidades de ensino que atendem a área de ilhas sul são administradas pela rede municipal de ensino, representada pela Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), que setoriza a gestão das escolas municipais em distritos administrativos. A área de ilhas sul de Belém pertence ao chamado Distrito Administrativo do Outeiro – DAOUT (SEMEC, 2024).

Algumas dessas unidades de ensino estão localizadas um pouco mais distantes, já próximas do município de Ananindeua, porém, como fazem parte do DAOUT, são atendidas pela gestão da Prefeitura de Belém. O distrito possui em sua composição uma Diretoria de Educação (DIED), que tem em sua estrutura administrativa uma coordenadoria específica para gestão administrativa das escolas das ilhas sul de Belém, a Coordenadoria da Educação do Campo e das Florestas (COECAF). De acordo com o portal da SEMEC (2024), as principais atribuições da COECAF são:

Auxiliar as organizações do conselho escolar e do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do campo com o objetivo de garantir a identidade da escola, construída a partir dos princípios da educação do campo; realizar formações em conjunto com as demais coordenadorias para professores, coordenadores, gestores e estudantes; auxiliar e assessorar a DIED na análise e elaboração de pareceres relativos à processos que tratam do desenvolvimento de práticas pedagógicas e administrativas que competem à COECAF; Assegurar o cumprimento das legislações que respaldam a educação do campo como política pública, assim como o acesso à educação desses sujeitos; elaborar, aprovar, implementar, assessorar, acompanhar projetos pedagógicos que incentivem e fortaleçam os saberes tradicionais e científicos no âmbito da educação do campo, das águas e das florestas no município de Belém; planejar, organizar e executar eventos, ações e atividades de valorização dos territórios e das identidades na pluriversidade amazônica; incentivar e promover parcerias intersetoriais, interinstitucionais da esfera municipal, estadual, federal e internacional que fortaleçam políticas educacionais em prol do desenvolvimento da educação do campo e suas pluriversidade amazônicas; e garantir o currículo alinhado às diretrizes do campo e quilombola (SEMEC, 2024).

Fazem parte do DAOUT as 5 unidades educacionais relacionadas no quadro 1:

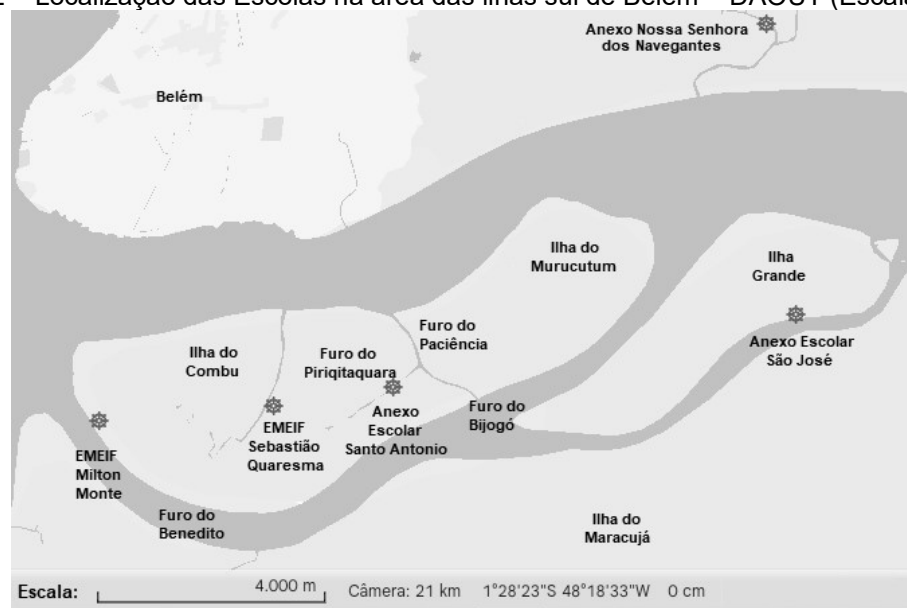
Quadro 1 – Escolas das ilhas sul de Belém – Distrito Administrativo do Outeiro

	Unidade de ensino	Localização
1	EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma	Ilha do Combu, Igarapé do Combu
2	Anexo Santo Antônio	Ilha do Combu, Furo do Paciência
3	EMEIF de Educação do Campo Milton Monte	Ilha do Combu, Furo do Benedito
4	Anexo São José	Ilha Grande, Rio Bijogó
5	Anexo Nossa Senhora dos Navegantes	Igarapé Aurá

Fonte: dados da pesquisa.

A figura 2 permite compreender melhor a localização das escolas nas ilhas:

Figura 2 – Localização das Escolas na área das ilhas sul de Belém – DAOUT (Escala 1: 4000)



Fonte: Google Earth (2025)

#### 4.3. A Ilha do Combu e seu desenvolvimento turístico

De uma forma geral, o turismo se configura como um fenômeno de produção social, que envolve indivíduos e deslocamentos em tempos e espaços diferentes dos que estamos acostumados a vivenciar (Ramos, 2019), promovendo um processo de interação social, com transformações na comunidade anfitriã de ordens socioculturais e socioeconômicas. Tais transformações podem ser de natureza positiva ou negativa, conforme mencionado em Santos (2006):

Atualmente, ainda se fala muito em impactos que o turismo pode trazer pelas comunidades receptoras, mesmo que se fale nos impactos positivos e negativos, a palavra ainda remete muito mais a uma noção de colisão, de choque, ou seja, um encontro violento entre dois corpos. Obviamente, é importante continuar analisando as consequências negativas que podem ser geradas pelo turismo, porém, é essencial que o movimento do contato intercultural como algo que se revela, hoje, muito mais como transversalidades e reelaborações do que como impactos e assimilações (Santos, 2006, p. 246).

Ainda de acordo com Santos (2006):

Recentes estudos também demonstram essa outra abordagem para as tais interferências, em que se pode incluir ainda o reforço cultural, uma fonte de trabalho alternativa, o desenvolvimento nas regiões mais isoladas, podendo diminuir a migração do rural para o urbano e possibilitando a preservação de costumes locais. Entretanto, evidentemente, não se pode negar que, muitas vezes, há consequências negativas advindas da atividade turística, seja pelo débil planejamento, má implementação desse planejamento, ou, pior ainda, quando não há planejamento algum e essa atividade cresce de maneira desordenada (Santos, 2006, p. 246).

Nesse sentido, é de fundamental importância pensar no turismo como propulsor do desenvolvimento local da comunidade receptora, por meio não somente das ações de iniciativas privadas, mas também de ações e políticas públicas e dentre os diversos contextos que envolvem o desenvolvimento através do turismo, inclusive a educação.

É importante buscar compreender o diálogo interdisciplinar entre a oferta da educação básica e o desenvolvimento do turismo na ilha de Combu, sendo que este último pode apontar como um potencial facilitador nos processos de ensino e aprendizagem, e ainda de desenvolvimento local, conforme menciona Ramos (2019):

O turismo enquanto prática que serve o ensino assume caráter interdisciplinar, e pode ser visto como uma forma de promover o ensino com vistas às vivências e experiências dos sujeitos, do conhecer, de se apropriar, do exercício da cidadania, a educação patrimonial, o sentimento de pertencimento e a identificação com o local, bem como de alteridade (Ramos, 2019, p.14).

A troca de conhecimentos e socialização entre as pessoas são peças fundamentais nesse diálogo interdisciplinar, sendo a escola um ponto fundamental nesse processo. Nesse sentido, afirma-se que:

A escola como importante espaço de formação do sujeito, necessita continuamente buscar por novas alternativas pedagógicas para desenvolvimento do aluno. O turismo como uma atividade de deslocamento serve como estratégia e suporte para os educadores diversificarem suas aulas, estas atividades não seguem um modelo definido ou uma atividade pronta. O roteiro deve ser montado de acordo com o assunto trabalhado em sala, em conjunto com as necessidades dos discentes e flexível à realidade de cada escola (De Moraes, 2020, p. 96).

Portanto, com as transformações sociais ocorridas, reconhecer a necessidade de novas práticas pedagógicas é fundamental no processo de aprendizagem e na construção de cidadãos participativos e conscientes. Já sobre a interdisciplinaridade, afirma-se que:

A interdisciplinaridade como ação pedagógica contribui para a construção de sujeitos participativos, solidários, articulando o conhecimento a experiências práticas cotidianas do aluno... O turismo possui um grande potencial no equilíbrio e aproximação do homem com a natureza, contribui na proteção do meio ambiente, pode promover a redução da pobreza por meio de uma atividade sustentável de subsistência, compatível com o desenvolvimento sustentável (De Moraes, 2020, p. 90).

Ao alinhar turismo e educação, a ilha pode beneficiar-se de práticas já estudadas, tais como educação patrimonial, turismo pedagógico, memória coletiva e histórica, lugar e território, alteridade, sustentabilidade, dentre outros.

O turismo articula o contato de pessoas com pontos de vista e interpretações diferentes e com percepções culturais próprias. É uma oportunidade de apreciar formas alternativas de ver o mundo, permitindo o advento de um processo de autoeducação, operando com facetas educativas que saem da formalidade dos tradicionais sistemas educacionais (Manhães e Locatelli, 2011).

Segundo Bonfim (2010) dada a necessidade da inovação das práticas educativas do sistema educacional tradicional, o turismo configura-se como uma alternativa para contribuir na formação intelectual do indivíduo, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico. É uma atividade que proporciona a interação entre o sujeito e o meio pela vivência, movido pela interação, ao colocar em contato diferentes pessoas com direcionamentos culturais próprios, favorecendo um processo de autoeducação. É aprender automaticamente pelo convívio, contribuir para formação educacional dos indivíduos (Manhães e Locatelli, 2011).

Marinho e Gáspari (2003) apontam o turismo como uma prática que supera os espaços formais de educação, faz com que o indivíduo seja capaz de lidar com o novo, o inusitado, o desconhecido, ou seja, gerando situações de novas formas de aprendizagem, que quando aliadas a elementos sociais, contextuais e culturais, criam um ambiente no qual promovem uma experiência turística única.

O turismo não deve ser visto apenas como uma atividade meramente econômica e remuneratória. Ao ser realizado em uma comunidade receptora como a da Ilha do Combu, ele pode fazer emergir diante do olhar do poder público a necessidade de identificar e promover políticas públicas inovadoras e necessárias, vinculadas, por exemplo, à infraestrutura urbana, saneamento básico e recuperação no meio ambiente (Lima e Costa, 2014).

O turismo pode promover um aspecto transformador como um recurso da educação, através de sua condição transformadora, dinâmica, histórica, subjetiva, possibilitando novas formas do ser humano olhar para as suas experiências do cotidiano (Pulita, 2014). Apesar de ser visto em um aspecto imediato como uma atividade de lazer, diversão e entretenimento, ele ainda pode provocar um novo prazer motivado pela ampliação do conhecimento (Souza; Melo e Perinotto, 2011).

Vivemos novos momentos na história onde buscamos promover uma sociedade muito mais integradora, nos libertando de antigos conceitos e preconceitos, promovendo uma maior integração na sociedade em uma abordagem de um contexto temático frequentemente trabalhado por nossos educadores.

Nesse viés, a sala de aula sem fronteiras promovida pelas atividades relacionadas ao turismo contribui para a inclusão social, possibilitando o intercâmbio de culturas e estimulando o respeito e a preservação da diversidade (Lima e Costa, 2014).

A proximidade da Ilha do Combu em relação à capital faz com que ela configure uma opção para desfrutar da natureza e cardápio com as comidas típicas de Belém. Essa característica, segundo Nunes e Furtado (2023), possibilita um reencontro com o “passado” da relação do homem com seu meio ambiente, proporcionando experiências sensoriais singulares, e ainda:

A partir disso, para a população da Ilha do Combu, o turismo e o lazer em seu território vêm ganhando espaço como atividade econômica e possibilidade de aumento da renda familiar, entretanto, o constante fluxo de turistas e visitantes na ilha têm gerado significativas modificações no modo de vida local (Nunes e Furtado, 2023, p. 281).

Apesar do crescimento populacional na ilha e sua proximidade com o centro urbano, as comunidades ribeirinhas conservaram sua realidade cotidiana ainda muito ligada ao meio ambiente natural, aos rios e à mata que ainda são predominantes na ilha (Nunes e Furtado, 2023).

Ao longo de sua história, a ilha passou por diversas transformações decorrentes de processos históricos e sociais. Inicialmente povoada por indígenas e negros, serviu de local de veraneio à elite belenense. A ilha também já sediou projeto estrangeiro de uma fábrica de tijolos e serviu de presídio da cidade (Nunes e Furtado, 2023). Hoje é uma Área de Proteção Ambiental (APA) ainda sem plano de manejo e sem conselho deliberativo atuante, gerida pelo IDEFLOR-Bio Pará.

Conforme descrevem Nunes e Furtado (2023) na década de 80 o turismo no Combu ocorria apenas nos finais de semanas e feriados, quando os estabelecimentos comerciais ficavam abertos. Também era possível realizar reservas em dias de semana. Já por volta do triênio que envolve desde o ano de 2017 ao ano de 2019, o fluxo de pessoas aumentou bastante e o funcionamento dos restaurantes passou a ser em dias fixos semanais.

Os empreendimentos emergentes na ilha passaram a ofertar opções de lazer para o turismo nacional e internacional, tendo bastante divulgação em jornais e revistas, tanto por meio impresso quanto eletrônico, e ainda em redes sociais. Nunes e Furtado (2023) apontam uma possível causa que impulsionou o crescimento do turismo nessa área, como descrevem:

O visitante, ator social fundamental da atividade, busca lugares, de certa forma, diferentes do que ele encontra no seu dia a dia. Por isso, conhecer lugares e culturas diferentes é um dos atrativos ao se fazer uma viagem, além disso, um lugar considerado “exótico” acaba chamando a atenção na hora de escolher o destino. Assim, a imagem da Ilha do Combu vem cada vez mais sendo “vendida” como um paraíso exótico de fácil acesso, um pedaço ainda muito preservado da Amazônia, bem em frente a área urbana de Belém (Nunes e Furtado, 2023, p. 281).

O local hoje é escolhido como um espaço onde as pessoas podem passar o dia conhecendo e vivenciando detalhes que envolvem o modo de vida do povo das ilhas.

Existem muitos produtos e serviços ofertados pelos empreendimentos na ilha, como por exemplo: degustar a culinária regional nos seus restaurantes; passar um período do dia colhendo o açaí e o preparando para o consumo próprio; cozinhar seu

alimento como se estivesse em uma casa da ilha, vivenciando o papel de um morador da área; ter um dia de vida ribeirinho, sair para realizar suas atividades laborais ou as que são necessárias para a subsistência familiar; e ainda conhecer, manusear e realizar experimentos gastronômicos na produção de chocolates na fábrica de chocolates que está sediada na ilha, a Filha do Combu.

De acordo com o Ministério do Turismo, o estado do Pará fechou o ano de 2024 com um incremento de 47,4% do número de visitantes em relação a 2023, tendo recebido mais de 32 mil turistas internacionais, conforme dados consolidados a partir de informações da EMBRATUR, da Polícia Federal e dos registros do Ministério do Turismo. A Ilha do Combu se destacou como destino obrigatório desses visitantes que estiveram na capital paraense (Mtur, 2025).

Segundo o portal Pará Web News, a ilha consolidou-se como um dos destinos turísticos mais buscados na capital paraense. Registros de dados de interesse de viagens obtidos a partir do Google Trends mostram que, entre janeiro e julho de 2024, o local superou até mesmo pontos tradicionais como a Estação das Docas e o Ver-o-Peso em pesquisas na plataforma, com destaque para o mês de março, quando recebeu a visita do presidente francês Emmanuel Macron (Pará Web News, 2024).

Na visão de Nunes e Furtado (2023, p. 281), a busca por essas atividades é justificada pelo interesse que “possibilita um reencontro com o passado da relação do homem com seu meio ambiente, proporcionando experiências sensoriais singulares.” Logo, toda essa movimentação faz com que o contexto econômico e social da ilha seja bastante movimentado, fomentando o empreendedorismo de seus moradores que passaram a ter no turismo uma oportunidade de melhoria da renda familiar.

Algumas dessas movimentações chegam a envolver mais de um membro da família e modificam o contexto de cunho social dessas pessoas, incluindo até irregularmente crianças e adolescentes nessa prática.

Conforme Barbosa e Campos (2017, p. 825) descrevem, o desenvolvimento de atividades turísticas em uma área incentiva para que sejam “...desencadeados processos de transformações sociais, econômicas, espaciais e ambientais pautados pelas demandas do mercado”.

Esse tipo de intervenção já é percebida na ausência sazonal das crianças de diversas faixas etárias nas escolas da ilha. Isso ocorre porque muitos desses jovens já acompanham e realizam junto com seus pais o plantio e colheita de insumos como o cacau e o açai, para serem comercializados com outros moradores que possuem

empreendimentos na área, tais como os restaurantes e a fábrica de chocolates, além da venda direta na área metropolitana. Essa movimentação incentiva a geração de renda alternativa para as famílias que habitam a ilha, proporcionando uma possível melhoria econômica e sua qualidade de vida.

Ao observar o aspecto social, constata-se que a ilha já possui moradores que se instalaram nela para a exploração comercial, construindo seus próprios empreendimentos (Nunes e Furtado, 2023), transformando trapiches e demais espaços em restaurantes e outros segmentos de atividades, como por exemplo o turismo ecológico, espiritual e a hotelaria. São pessoas externas às comunidades originais. Nota-se também que muitos moradores deixaram de atuar no extrativismo e optaram por atuar na prestação de serviços advindos da atividade turística.

Pelo aspecto cultural, o turismo demonstra incentivar a valorização dos costumes locais, do modo de vida, da tradição desses povos. Por outro lado, esse conceito é eventualmente descartado quando se trata em ofertar um ambiente sofisticado para os clientes como se observa nos restaurantes, onde alguns oferecem uma estrutura nada tradicional ou vinculada ao modo de vida do povo ribeirinho. Caracterizam assim acomodações mais modernas e com elementos comuns a ambientes mais urbanos e não rurais, como por exemplo piscinas artificiais, ar-condicionado, mobiliário diferenciado e muito mais (Nunes e Furtado, 2023).

De fato, é perceptível que o advento do turismo na Ilha do Combu tem provocado transformações nas vidas de seus moradores (Barbosa e Campos, 2017), e por esse motivo surge a justificativa de como é importante promover processos investigativos acerca de outros impactos que esse movimento em crescimento possa provocar na vida dessas mesmas pessoas.

Mesmo com o crescimento da atividade turística na área, os dados coletados nesta pesquisa apontam que o desenvolvimento da oferta do ensino básico não demonstra estar alinhado a esse mesmo ritmo. São noticiados avanços em infraestrutura, conforme descrito através de notícias de reformas prediais e inaugurações de novas instalações, divulgadas por meio da página oficial da Secretaria Municipal de Educação de Belém, e ainda assim não no mesmo compasso das atividades turísticas na área.

#### 4.4. O perfil do ensino na Ilha do Combu a partir dos dados do censo escolar 2024

Conforme o Censo Escolar 2023, apenas duas das unidades de ensino da área das ilhas sul de Belém são independentes e classificadas como Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIF, sendo assim constituídas a EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma e a EMEIF de Educação do Campo Milton Monte, apresentadas nas figuras 3 e 4:

Figura 3 – EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma



Fonte: Agência Belém (2018)

Figura 4 – EMEIF de Educação do Campo Milton Monte



Fonte: Autor da pesquisa

As demais unidades de ensino são classificadas como anexos escolares, sendo vinculados (seu funcionamento e registros) às duas primeiras escolas municipais. Desse modo, os anexos Nossa Senhora dos Navegantes e São José têm a sua organização administrativa integrada a EMEIF de Educação do Campo Milton Monte.

Já o anexo Santo Antônio integra a EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma.

De acordo com a gestão administrativa do anexo escolar Nossa Senhora dos Navegantes, já existe em andamento um processo para transformá-lo em EMEI. Os anexos são apresentados nas figuras 5, 6 e 7:

Figura 5 – Anexo São José



Fonte: Autor da pesquisa

Figura 6 – Anexo Santo Antônio



Fonte: Autor da pesquisa

Figura 7 – Anexo Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Autor da pesquisa

Esse desmembramento das unidades de ensino é pautado em vários fatores. O primeiro está relacionado com a necessidade de atender mais famílias que residem em diferentes pontos da área de ilhas sul de Belém.

Observa-se que, para um discente que resida próximo à área reconhecida como Igarapé do Aurá, onde está localizado o anexo Nossa Senhora dos Navegantes, seria necessário mais de uma hora de deslocamento por barco para escolas localizadas no igarapé do Combu. Com o desmembramento em unidades menores e com localização diferenciada, a logística fica mais eficiente.

Outro fator importante está relacionado à capacidade física das escolas de acolher um quantitativo limitado de discentes, dada a sua estrutura atual, visto que, para que uma mesma escola atenda a mais de 400 discentes, os prédios precisam ser maiores, com mais salas e outros setores para desenvolvimento de suas atividades.

Apesar da Ilha do Combu ser classificada como APA, os terrenos onde estão erguidas as escolas foram doados por famílias que tradicionalmente fizeram a divisão política desses espaços ao longo de suas gerações anteriores. Todavia, a limitação do espaço físico estabelecido nessas doações e as características regionais atreladas ao modelo dos prédios erguidos para as escolas, um padrão que se assemelha a uma maloca amazônica, demandariam mais área para expansão, e alguns dos herdeiros dessas áreas não estão mais de acordo com essa doação.

O termo herdeiros abre uma premissa para discussão acerca da propriedade de fato das terras nas regiões de ilhas. Conforme já descrito, as terras ocupadas pelos

ribeirinhos estão dentro de uma área de APA. Logo, não poderiam ser comercializadas.

Em uma área de convivência do anexo São José é exposto um mural com o resultado de uma pesquisa a qual descreve as origens relacionadas as referências de posse de terras na Ilha Grande, onde o anexo é sediado. Esse mural descreve também etapas do surgimento das escolas que já atenderam às comunidades nessa região, onde é mencionado desde a instalação da escola Nossa Senhora de Nazaré, agora desativada, até as informações contemporâneas, como a reforma do anexo. A figura 8 traz o mural descrito:

Figura 8 – Mural que descreve evolução de posse e escolas da Ilha Grande



Fonte: Autor da pesquisa

As informações expostas no painel evidenciam que a ilha já teve indicativos da existência de proprietários em toda sua extensão, mencionando ainda operações de comercialização desses espaços. Todavia, decisões judiciais descritas através de notícias publicadas no portal do Ministério Público Federal (MPF, 2025), tendo como interessados o MPF e o INCRA, atestam que a justiça tornou nulos títulos de propriedades que existiam historicamente registrados nos cartórios municipais, não reconhecendo como legais as transferências de um bem público para interessados privados. A instituição descreve essa ação como sendo o primeiro passo para promover a regulamentação fundiária da ilha.

As salas de aula foram construídas em um formato que se assemelha ao que os gestores chamam de um estilo *maloca amazônica*, com características regionais atreladas aos prédios, um conceito esse observado com frequência em construções municipais na região metropolitana.

Vale ressaltar que a maioria das unidades de ensino passaram por reformas e adaptações na gestão municipal do então prefeito Edmilson Rodrigues (SEMEC, 2024).

Conforme registrado no Censo Escolar 2024 e descrito no portal QEDu (QEDu, 2025), existem duas escolas municipais de educação do campo na área das ilhas sul de Belém. Os anexos escolares não foram tratados isoladamente no Censo Escolar, pois conforme anteriormente explicado, possuem a gestão integrada às escolas principais. Logo, os dados quantitativos desses anexos somam-se às informações das escolas principais nos relatórios do Censo Escolar.

Segundo dados do Censo Escolar (Brasil, 2024), a EMEIF de Educação do Campo Milton Monte está localizada na costa da Ilha do Combu, sem número. É uma escola da área rural de Belém e sob gestão municipal que atua no ensino regular na Educação Infantil e Ensino Fundamental, etapas iniciais e finais. Seu IDEB vem sendo acompanhado desde 2015 e tem evoluído positivamente, estando atualmente em 4,4 (Inep, 2023).

Em 2024 constavam 443 discentes matriculados e 18 professores. A taxa de aprovação tem sido acompanhada desde 2013 para os anos iniciais e desde 2022 para os anos finais. Essas taxas têm apresentado redução. Nos anos iniciais e finais a aprovação em 2024 foi de 100,0 %. A evolução da distorção idade e série permite evidenciar que aproximadamente 5 discentes estavam com atraso de 2 anos ou mais no Ensino Básico (Inep, 2025).

É uma escola que possui discentes atendidos pelo programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Conforme o Censo Escolar 2024 (Brasil, 2025), as matrículas da EMEIF Milton Monte estavam assim divididas nas referidas etapas:

Tabela 1 – Total de Matrículas da EMEIF de Educação do Campo Milton Monte

<b>Matrículas por etapa - Escola de Educação do Campo Milton Monte</b>	<b>Quantidade</b>
Pré Escola	<b>45</b>
Anos Iniciais	<b>175</b>
Anos Finais	<b>190</b>
EJA	<b>16</b>
Educação Especial	<b>17</b>
<b>Total de matrículas</b>	<b>443</b>

Fonte: Censo Escolar 2024, Inep.

A segunda escola relacionada é a EMEIF de Educação do Campo Sebastião Santos Quaresma, também localizada na da Ilha do Combu, sem número. Também é uma escola localizada na área rural de Belém-PA sob gestão municipal que atua no ensino regular na Educação Infantil e Ensino Fundamental, porém apenas nas etapas iniciais.

O IDEB da instituição vem sendo acompanhado desde 2019 e tem evoluído positivamente, estando atualmente em 5,7 (Inep, 2023). Em 2024 constavam 152 discentes matriculados e 8 professores. A taxa de rendimento de aprovação nos anos iniciais é de 98,2%, com apenas 1,8% de registros de reprovações.

A evolução da distorção idade tem sido acompanhada desde 2019 e tem se mostrado em um movimento de redução. Porém, em 2024, primeiro e terceiro anos reduziram um pouco, quarto e quinto anos aumentaram na mesma proporção e o segundo ano se manteve estável. A evolução da distorção idade e série permite evidenciar que aproximadamente 4 discentes estavam com atraso de 2 anos ou mais no Ensino Básico (Inep, 2025).

Conforme o Censo Escolar 2024 (Inep, 2025), as matrículas da EMEIF Milton Monte estavam assim divididas nas etapas:

Tabela 2 – Total de Matrículas da EMEIF de Educação do Campo Sebastião Santos Quaresma

<b>Matrícula por etapa - Escola de Educação do Campo Sebastião Santos Quaresma</b>	<b>Quantidade</b>
Pré Escola	<b>36</b>
Anos Iniciais	<b>113</b>
Educação Especial	<b>3</b>
<b>TOTAL DE MATRÍCULAS</b>	<b>152</b>

Fonte: Censo Escolar 2024, Inep.

#### **4.5. As iniciativas da gestão pública na execução e melhoria da oferta do ensino da área das ilhas sul de Belém**

Conforme notícias veiculadas pelos portais oficiais da gestão pública municipal, quase todas as escolas da ilha Sul de Belém passaram por reformas recentes no período de mandato do então Prefeito Edmilson Rodrigues (2021 - 2024) com o objetivo de melhorar a sua infraestrutura disponibilizada.

De acordo com registros descritos pela Agência de Notícias da Prefeitura de Belém, em 05 de maio de 2023 foi reinaugurado o Anexo São José, constituindo mais

uma unidade de ensino disponibilizada para atender aos moradores da Ilha do Combu e ilhas adjacentes (Agência Belém, 2023).

A escola foi preparada para receber até 250 discentes na faixa etária de 4 a 15 anos, sendo a única escola dessa área que atende aos anos finais da educação básica. A escola já existia desde 2004, na época inaugurada na primeira gestão do prefeito Edmilson Rodrigues, que neste novo momento, 19 anos depois, realiza a reforma no espaço (Agência Belém, 2023).

Em sua nova estrutura, a escola passou a ter 4 salas de aula, sendo 1 destinada a Atendimento Educacional Especializado (AEE); 5 banheiros, sendo um deles adaptado para pessoas com deficiência; biblioteca; área para recreação; setor administrativo com secretaria: almoxarifado; refeitório e cozinha. Foi a primeira escola da área de ilhas a instalar placas fotovoltaicas.

O investimento foi superior a R\$ 2,1 milhões (Agência Belém, 2023). Ainda segundo o portal de notícias a escola possui projetos como uma orquestra chamada “Filhos do Combu”, composta por crianças e jovens, que fazem aulas regulares com cinco instrumentos musicais diferentes (Agência Belém, 2023). A escola tem ainda os projetos “Esperançar”, que aborda a metodologia pedagógica freireana, e o “Cirandar”, que incentiva a leitura como caminho para reduzir as dificuldades de aprendizagem.

A escola possui também o Projeto “Ecomuseu”, o qual preserva e valoriza o patrimônio para o desenvolvimento sustentável na ilha. Existe ainda a previsão da escola realizar oficinas de teatro em parceria com a Rádio Margarida, e os projetos “Em busca da Paz na Escola” e “Aprendendo Inglês com Música” (Agência Belém, 2003).

No dia da reinauguração foram ofertadas à população na unidade agora reformada diversos serviços voltados à cidadania assistidos pelo projeto da Prefeitura de Belém, através do programa Ação Belém Cidadã, que oferta uma variedade de serviços ao cidadão, entre os quais vacinação, emissão de meia-passagem, carteira de idoso, carteira de trabalho, informações sobre seguro desemprego, cadastro para o Sistema Nacional de Emprego – (SINE), informação sobre os cursos de formação para servidores e seus dependentes, oficinas sobre manejo de resíduos sólidos e distribuição do kit menstrual (Agência Belém, 2023).

Registra-se no portal da SEMEC a reforma realizada no Anexo Santo Antônio, reinaugurado em 30 de junho de 2023, na gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues.

Foram contempladas a reforma do trapiche e da cobertura da unidade, onde foram feitos reparos do piso em madeira, pintura, revisão elétrica e das dependências sanitárias, além da entrega de um gerador de energia elétrica, totalizando um investimento de R\$ 335.798,04. Na ocasião, a escola contava com 81 discentes matriculados na faixa etária de 4 a 11 anos (SEMEC, 2023).

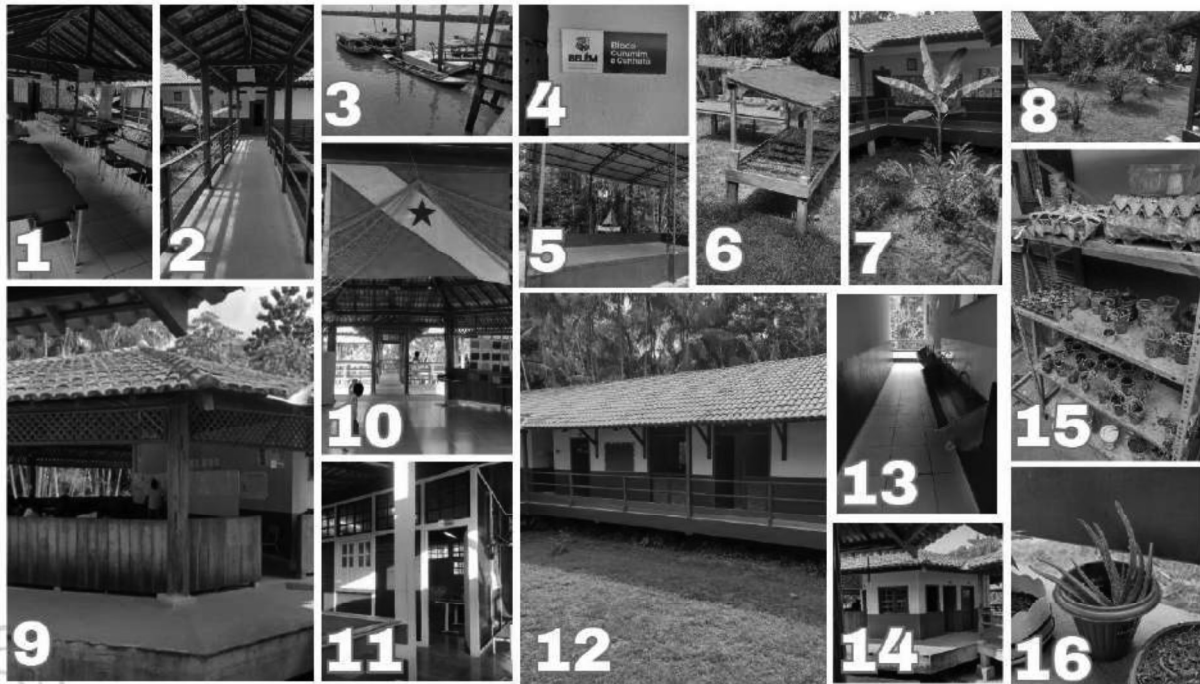
Segundo informações do portal de SEMEC, em 21 de maio de 2024, a EMEIF de Educação do Campo Milton Monte recebeu reforma e novos equipamentos. A reforma incluiu a “ampliação dos espaços escolares, mobiliário novo e adequado, bibliotecas, salas multifuncionais, laboratórios de informática, playgrounds e demais ações essenciais à garantia de educação pública de qualidade e inclusiva” (SEMEC, 2024).

Conforme descrito, a proposta é melhorar ainda as condições de trabalho dos profissionais que atuam nas escolas. De acordo com o portal de notícias, na ocasião a escola contava com 136 estudantes na faixa etária compreendida entre 4 e 11 anos. Vale destacar que a escola é certificada pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF) como Unidade Amiga da Primeira Infância (UAPI).

Entre as ações pedagógicas que são desenvolvidas nela destacam-se o projeto de educação ambiental “Por um Rio de Vida, Cores, Artes, Educação e Cidadania”; e o projeto “Escolas Antirracistas”. A escola possui ainda o grupo folclórico “Pirão de Açai”, composto por discentes que dançam carimbó e manuseiam os instrumentos musicais, demonstrando a cultura local em suas apresentações. É uma instituição com gestão democrática e de participação social SEMEC (2024).

De modo geral, as reformas realizadas nas unidades de ensino seguem muito próximas de um padrão para esse tipo de estabelecimento. Nessas reformas são realizados trabalhos de carpintaria, alvenaria, pintura, recomposição de telhados, paisagismo, substituição de louças e metais sanitários, adequação de cozinhas e novos equipamentos de uso diário. A mosaico de imagens observado na figura 9 apresenta claramente o padrão atualmente aplicado nas unidades reformadas:

Figura 9 – Padronização das novas instalações das escolas das ilhas Sul de Belém



Fonte: Autor da pesquisa

Observa-se nos recortes 1, 2 e 10 que os espaços internos são amplos e permitem um bom deslocamento interno, protegido por guarda corpo nas passarelas de acesso as dependências das escolas. Ainda no recorte 1 é possível ver o mobiliário utilizado nos espaços de uso comum.

Os recortes 9, 11 e 12 apresentam os 3 padrões atuais de sala de aula, sendo o recorte 9 já mencionado formato de maloca amazônica com suas devidas características, e os recortes 11 e 12 já demonstram o formato de sala de aula fechada, o que facilitaria o isolamento acústico e proteção contra os insetos.

O recorte 3 apresenta o padrão de flutuante que intermedia e facilita o acesso entre os barcos e o trapiche da escola. Os espaços internos possuem programação visual informando aos visitantes quais serviços são disponibilizados em cada setor.

Os recortes 5, 13 e 14 apresentam respectivamente área recreativa externa coberta, novos bebedouros e espaços destinados à administração escolar. Já os recortes 6, 7, 8, 15 e 16 demonstram que as unidades de ensino são integradas aos conceitos de preservação e convivência entre o homem e a natureza.

É possível constatar que os espaços abertos internos apresentam o crescimento controlado da vegetação predominantemente amazônica e apresenta harmonia na interação com os frequentadores das escolas. Pode-se ver também

hortas e demais trabalhos escolares internos que valorizam a interação com o meio ambiente.

Em informação apresentada no portal administrativo da Coordenadoria da Educação do Campo e das Florestas (SEMEC, 2024), constam registros de entrega de mobiliário em julho de 2024 para todas as escolas da Ilha do Combu, ilha Grande e ilha de Cotijuba. A ação teve o objetivo de preparar as unidades educativas para o retorno das aulas presenciais.

As unidades educacionais receberam ainda material de escritório, informática e pedagógico; equipamentos de cozinha, como panelas, geladeira, balança digital e moedor de carne; e equipamentos de serviços gerais, como carrinho de mão. O investimento total foi de R\$ 29.602,39, oriundos do Fundo Municipal (SEMEC, 2024).

Das unidades de ensino que atendem as ilhas sul de Belém não constam registros noticiados de reformas recentes ocorridas na EMEIF de Educação do Campo Sebastião Santos Quaresma. Informações relacionadas no portal da SEMEC em 2017, mencionam apenas um breve histórico da doação do terreno por parte da família Quaresma, detentora do título de direito de uso do espaço (SEMEC, 2017).

Na mesma notícia é veiculada a inauguração de uma unidade básica de saúde para atendimento na ilha, e de uma biblioteca, na então denominada Escola Pedagógica do Combu, agora chamada EMEIF de Educação do Campo Sebastião Santos Quaresma (SEMEC, 2017). Na ocasião o prefeito era Zenaldo Coutinho (2017 – 2020). Ambas estariam sediadas no terreno ao lado da escola e a biblioteca teria sido outrora a residência do pai do morador que fez a doação do espaço físico, que foi reformado para atender a escola.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa propôs uma abordagem de campo de caráter quanti-quali, tendo como lócus as escolas de educação básica das ilhas sul de Belém, destacando as que estão sediadas na área da Ilha do Combu-PA.

A pesquisa apresentou uma análise de dados relacionados à educação e à ciência decorrente de ações antrópicas humano com humano e ainda por conta das transformações econômicas e sociais, demarcadas por um período de grande mobilização turística no local. Essas ações de antropização podem promover modificações positivas ou não no espaço e nas relações de convivência entre membros de uma comunidade. A figura 10 apresenta o roteiro metodológico dessa pesquisa:

Figura 10 – Procedimentos Metodológicos



Fonte: Autor da pesquisa

A primeira etapa consistiu em uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) a qual buscou compreender como estava caracterizado o cenário do ensino na Ilha do

Combu uma década atrás, antes dos moradores da ilha terem suas vidas influenciadas pela movimentação turística na área.

Para essa revisão foi utilizada a plataforma Parsifal<sup>1</sup>, automatizando o processo através do uso da metodologia PICOC<sup>2</sup>. Foram relacionados pontos importantes da pesquisa como perguntas norteadoras, palavras chaves e objetivos e utilizado ainda parâmetros - população, intervenção, comparação, resultados e contexto - de inclusão e exclusão de pesquisas, e o foco, mediante a exploração. As bases de dados utilizadas integraram a Scielo, o Google Scholar e o portal de periódicos da CAPES. O resultado dessa configuração associa-se ao uso da parte metodológica qualitativa presente no texto.

A coleta se deu através de dados do censo escolar 2024 descritos no portal Qedu (2025), canais oficiais de notícias da gestão municipal, IDEB e da pesquisa de campo, mediante questionários aplicados aos membros da comunidade escolar: profissionais das escolas e responsáveis dos discentes atendidos por elas.

O período de coleta foi de 05 de novembro a 14 de dezembro de 2024, conforme cronograma de atendimento proposto pelos gestores locais, autorizados pela Secretaria de Educação do Município de Belém.

Os questionários visavam obter o perfil dos entrevistados, a análise da infraestrutura disponibilizada nas escolas e as características operacionais do ensino, avaliando como a escola faz uso da infraestrutura descrita para cumprir a sua atividade fim e como está o nível de satisfação com esse trabalho.

Para essa etapa, além de submeter aos participantes perguntas que demonstram o seu perfil, criaram-se dois grupos de critérios investigados, relacionados com os descritos na RSL realizada ainda na primeira etapa dessa pesquisa.

O primeiro grupo de critérios investigou a análise da infraestrutura disponibilizada nas escolas e o segundo grupo investigou as características operacionais do ensino, avaliando como a escola faz uso da infraestrutura descrita para cumprir a sua atividade fim e como está o nível de satisfação com esse trabalho.

Para dar início à pesquisa foi necessário solicitar junto à gestão municipal a autorização à COECAAF para realização dela. Após o recebimento dessa autorização,

---

<sup>1</sup> <https://parsif.al/>

<sup>2</sup> Definição dos elementos essenciais da pesquisa: população, intervenção, comparação, desfecho, contexto

foram fornecidos os números de telefones dos gestores das unidades de ensino das ilhas. Em um primeiro contato foram feitos os agendamentos dos dias disponíveis para o deslocamento até a unidade e coleta de dados. Porém, algumas datas precisaram ser remar cadas posteriormente devido a compromissos de formação dos profissionais atuantes nas escolas.

Nos dias agendados para a coleta de dados, o pesquisador encontrava-se com as equipes das escolas às 6h da manhã em uma marina particular situada ao lado do portão 1 da Universidade Federal do Pará. Desse local, saem diariamente, às 6h30, todas as lanchas e barcos que atendem às cinco unidades de ensino localizadas nas ilhas sul de Belém.

Não foram fornecidos detalhes acerca de qual tipo de acordo (parceria, permuta de serviços, etc) que permite que a prefeitura faça uso do espaço diariamente, que é amplo, organizado, possui área para estacionamento, banheiros e demais acomodações, das quais os profissionais das escolas podem fazer uso, sem ônus, enquanto aguardam o deslocamento para as unidades de ensino.

Após a saída da marina, o pesquisador e a equipe escolar seguiam pelos barcos e lanchas até as unidades de ensino. No caminho, eram feitas paradas para embarque de crianças que iriam para aquela unidade de ensino junto com a equipe. O embarque era feito em pontes posicionadas nos quintais das residências ou pequenos portos comunitários.

Na escola, o pesquisador teve a oportunidade de observar detalhes do seu funcionamento em um dia comum de trabalho, obtendo ainda registros fotográficos desses espaços, autorizados pelos gestores. Observou-se que o ritmo da atividade laboral demanda a todo instante, nessas unidades, decisões acerca de sua operação, levando em consideração fatores como intempéries da natureza, tábua de marés, atividades das comunidades etc.

O horário de retorno geralmente é às 16 h, podendo ser antecipado, caso os pilotos dos barcos sinalizassem a necessidade de deslocar antecipadamente as crianças e membros da equipe de ensino por conta de uma previsão de maré mais intensa, chuva forte ou ventos, ou ainda algum outro fator que pudesse provocar mais riscos à integridade dos usuários daquele transporte fluvial.

Para conseguir acesso efetivo aos pais ou responsáveis, optou-se pelos dias em que ocorreram as chamadas reuniões de ciclo, nas quais pais, técnicos escolares e professores conversavam de forma coletiva e depois individualmente sobre

assuntos da escola, eventos previstos e o desempenho acadêmico das crianças. Nesses dias, o transporte escolar ficava também a serviço das famílias, nos horários em que ocorriam as reuniões de ciclo.

As informações foram registradas no formato de questionário impresso devido à dificuldade de acesso à internet nas dependências das escolas. O pesquisador conversava com os participantes, explicava os itens questionados e em seguida registrava suas respostas. Essa metodologia foi importante e um diferencial em situações nas quais os participantes se declararam não alfabetizados, ou mesmo quando se mostravam tímidos com aquele tipo de abordagem.

No momento que os participantes eram esclarecidos sobre a importância de se conhecer esse cenário do ensino nas ilhas, percebia-se uma tranquilidade para apresentar suas percepções sobre o ensino e a escola a partir do seu ponto de vista. Tornava-se compreensível que a ação seria em prol de prover melhorias que viessem a atender às demandas da comunidade escolar, melhorando concomitantemente a vida dos profissionais do ensino e das famílias que são atendidas por essas unidades de ensino.

Finalizada a etapa de coleta de dados, iniciou-se a tabulação, que consistiu na ordenação, de forma estruturada e lógica, e na análise gráfica dos dados coletados. Permitindo a descrição quantitativa das percepções dos entrevistados acerca de cada um dos fatores abordados (infraestrutura e características operacionais do ensino), contextualizando a análise do cenário atual do ensino nas ilhas sul de Belém.

Na quinta etapa foi feita a comparação dos dados obtidos através da RSL com as informações coletadas na pesquisa de campo. O objetivo foi confrontar os cenários dos diferentes períodos, sob o aspecto antrópico e evolutivo constante, verificando se o intervalo de tempo passado entre o especificado na RSL e o momento contemporâneo apresentou algum tipo de incentivo ao desenvolvimento do ensino na área ou ainda se tratou esse aspecto como irrelevante ao contexto contemporâneo vivido pelos habitantes da Ilha do Combu.

Por fim, na última etapa, foram apresentadas as considerações acerca dos resultados da pesquisa, caracterizados como o produto que possa servir como um instrumento contemporâneo de análise de um cenário educacional regional, para fomento ao desenvolvimento da educação do campo, especificamente da área ribeirinha das ilhas sul de Belém.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 6.1. Revisão Sistemática de Literatura - RSL

Uma RSL fornece uma visão ampla de uma área de pesquisa, evidenciando lacunas e tendências relacionadas ao tema pesquisado. Segue um processo estruturado e rigoroso em seu protocolo de pesquisa, garantindo maior rigor, transparência e reprodutibilidade.

Portanto, a metodologia adotada na condução da etapa de RSL desta pesquisa, seguiu os preceitos de (Kitchenham, 2004) como definição da questão da pesquisa, do protocolo, extração e síntese de dados, avaliação da qualidade dos estudos e, no modelo PRISMA como um instrumento metodológico de sumarização dos resultados da RSL.

A revisão foi conduzida na plataforma Parsifal, dividida em 6 etapas: pesquisa nas bases indicadas, seleção pelo escopo, exclusão por duplicidade, análise primária, triagem pela temática e análise final.

O protocolo utilizado foi o PICOC e teve como objetivo analisar descrições as quais apresentam aspectos relacionados a oferta da educação básica aos moradores da ilha. Essa etapa teve por objetivo conhecer o cenário existente ao período que antecedeu ao desenvolvimento como área turística

As questões de pesquisas norteadoras foram: *Como os professores e discentes avaliam a qualidade do ensino ofertado nas escolas das ilhas sul de Belém? Quais as dificuldades encontradas no ensino ofertado nas escolas das ilhas de Belém? O que pensam os moradores das ilhas sul de Belém sobre a qualidade do ensino ofertado em suas escolas.*

As bases de dados utilizadas foram SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES no período de 2005 a 2015. O período está assim designado por ter sido um momento que antecede a forte movimentação e crescimento turístico na área.

A figura 11 ilustra os parâmetros que foram utilizados para configurar a revisão sistemática de literatura realizada:

Figura 11 – Parâmetros da RSL realizada



Fonte: Autor da pesquisa

As strings de buscas foram montadas com base nas palavras chaves, extraídas das questões de pesquisa e dos critérios indicados. O quadro 2 apresenta essas strings:

Quadro 2 – Strings de busca utilizadas no Parsifal

<b>Strings de busca utilizadas</b>
Comunidade
Professores
Escolas das ilhas de Belém
Qualidade da aprendizagem

Fonte: Autor da pesquisa

A busca foi orientada pelo objetivo definido nas configurações da pesquisa, resultando em um total de 374 ocorrências.

Realizou-se em seguida uma análise primária desse resultado, onde foram selecionadas 42 ocorrências. Os trabalhos em duplicidade foram excluídos, eliminando mais 12 ocorrências, restando 30 para serem analisadas.

Definidos as 30 produções científicas, as produções científicas foram acessadas individualmente para identificar, a partir de uma leitura inicial dos resumos e resultados que atendiam aos critérios de exclusão estabelecidos na plataforma. Com base nessas exclusões, foram eliminadas 16 ocorrências adicionais, cujo quantitativo está apresentado na tabela 3:

Tabela 3 – Quantidade de produções rejeitadas mediante critérios excludentes propostos

<b>Critério excludente proposto</b>	<b>Quantidade de produções</b>
Menos ênfase ou comentários relacionados ao ensino	7
Não apresentar a prática do ensino uma característica de destaque da pesquisa	7
Indisponibilidade da produção acadêmica para consulta	2
<b>Total</b>	<b>16</b>

Fonte: dados da pesquisa

Em seguida, para os estudos restantes, foi realizada a leitura completa das produções para enfim evidenciar e relacionar os aspectos norteados nas perguntas designadas para a pesquisa. Foram avaliados um total de 14 produções, sendo as mesmas especificadas no quadro 3, descritas por seu título, local da pesquisa, autor e ano de elaboração:

Quadro 3 – Produções Científicas Analisadas

<b>Título de produção científica</b>	<b>Locus da pesquisa</b>	<b>Autor e ano</b>
Constituir-se professor nas ilhas de Belém: ensinando e aprendendo matemática.	Ilhas do Combu, Cotijuba Urubuoca e outras ilhas	Andrade (2007)
Narrativas de professoras das ilhas de Belém: visão de si e saberes ambientais.	Ilha de Cotijuba. Urubuoca e outras ilhas	Araujo (2008)
Saberes ambientais de professoras ilhoas de Belém do Pará: Percepções e práticas docentes.	Ilha de Cotijuba. Urubuoca e outras ilhas	Araujo (2011)
Ilha do Combu: realidades e desafios.	Ilha do Combu	Costa (2015)
O ser e o saber-fazer docente nas escolas das ilhas de Belém/PA.	Ilhas de Caratateua, Combu e Cotijuba e Mosqueiro	Fernandes (2016)
Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas.	Caratateua, Cotijuba, Mosqueiro e outras ilhas	Silva (2016)
Gestão escolar na educação infantil do campo na Ilha de Mosqueiro Belém/Para/Brasil: um estudo de caso.	Outras ilhas	Costa (2017)
Travessias: reflexões sobre o ensino de matemática nas ilhas de Belém e Cotijuba e contribuições para a formação inicial de professor(a)es.	Ilha de Cotijuba	Silva (2017)
Saberes docentes e a prática pedagógica na educação infantil ribeirinha em Belém/PA	Ilha do Combu	Quaresma (2018)
Escolarização, profissionalização e desenvolvimento em escola do campo: o caso de egressos da CEPE na Ilha de Cotijuba, Belém, Pará.	Ilha de Cotijuba	Silva (2019)
Educação e Divulgação Científica na Amazônia: a percepção de quem participa do Projeto Ciência na Ilha em Escolas Ribeirinhas de Belém – PA.	Ilha de Cotijuba	Batista (2019)
Dossiê: As interseccionalidades na Educação Especial e Educação do Campo em ambientes diversos.	Ilhas do Combu e Mosqueiro	Santos (2023)
Ciência na Ilha: educação e divulgação científica em comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense.	Ilha de Cotijuba e Mosqueiro	Brabo (2023)
Currículo, cultura e educação: a realidade insular do currículo em Belém.	Outras ilhas	Gonçalves (2023)

Fonte: dados da pesquisa

O quadro 4 demonstra as metodologias encontradas nas produções selecionadas:

Quadro 4 – Metodologias de pesquisas utilizadas nos trabalhos

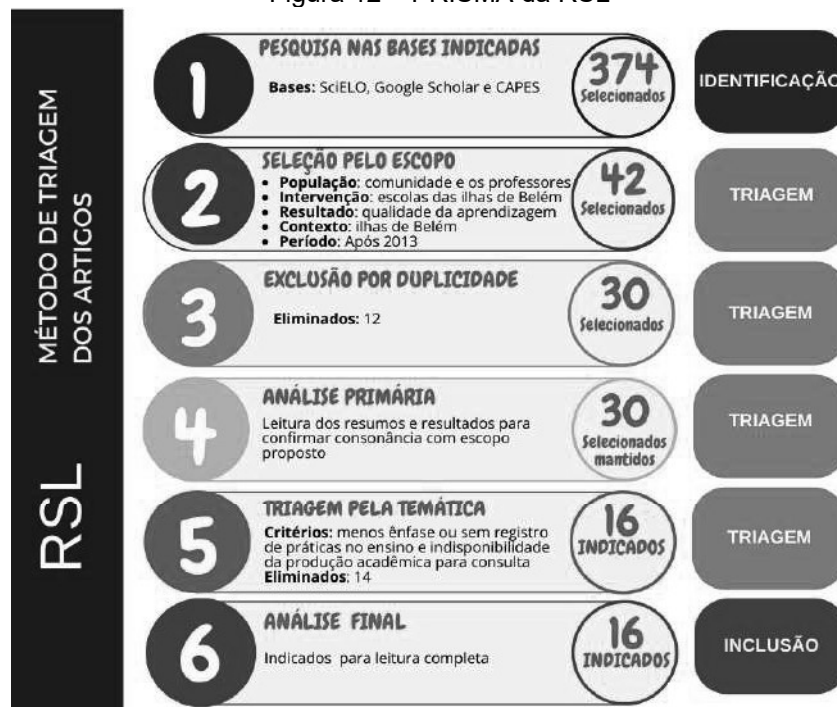
<b>Metodologia de pesquisa utilizada</b>	<b>Autor e ano</b>
Análise etnográfica qualitativa	Andrade (2007)
Análise textual discursiva	Araujo (2008)
Pesquisa qualitativa na abordagem narrativa, cuja análise de dados foi realizada por meio da análise textual discursiva	Araujo (2011)
Pesquisa qualitativa com estudo descritivo observacional não participante	Costa (2015)
Pesquisa de campo	Fernandes (2016)
Pesquisa documental e bibliográfica, com utilização de informações de campo recolhidas no contexto dos projetos de pesquisa dos autores	Silva (2016)
Análise qualitativa, descritiva e exploratória	Costa (2017)
Relato de experiência	Silva (2017)
Análise qualitativa descritiva	Quaresma (2018)
Pesquisa qualitativa de campo, com recolhimento de documentos, aplicação de questionários, realização de entrevistas e observações in loco.	Silva (2019)
Entrevistas qualitativas	Batista (2019)
Revisão Sistemática de Literatura	Santos (2023)
Mapeamento Qualitativo	Brabo (2023)
Pesquisa bibliográfica qualitativa	Gonçalves (2023)

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se então uma variedade de metodologias utilizadas, apontando a predominância de abordagens qualitativas. Outro fator metodológico muito encontrado na revisão realizada foi a presença da coleta de dados em formato de entrevista aos participantes das pesquisas, entre professores, gestores, habitantes das áreas fluviais e discentes, o que denota a importância de se avaliar e conhecer o contexto de um local a partir da experiência das pessoas que o habitam.

Todo o processo de seleção dos estudos pode ser sumarizado pelo diagrama de fluxo PRISMA apresentado na figura 12:

Figura 12 – PRISMA da RSL



Fonte: Autor da pesquisa

### 6.1.1. Resultados da RSL

De posse dos estudos selecionados é possível responder à questão norteadora de número 2:

- **QN2: Quais as dificuldades encontradas no ensino ofertado nas escolas das ilhas de Belém?**

O quadro 5 trata as dificuldades descritas para o desenvolvimento de ações do ensino nas áreas fluviais que são próximas ao estuário de Belém:

Quadro 5 – Dificuldades apresentadas na operacionalização do Ensino na Ilha (continua)

ID	Dificuldades descritas	Autor e ano
1	O transporte para a escola, seja na própria ilha ou na capital	Araujo (2008) Araujo (2011) Andrade (2007) Silva (2016) Quaresma (2018)
2	Custo com logística para deslocar os discentes que estudam na capital	Araujo (2008) Araujo (2011) Andrade (2007) Silva (2016) Quaresma (2018)

Quadro 5 – Dificuldades apresentadas na operacionalização do Ensino na Ilha  
(conclusão)

ID	Dificuldades descritas	Autor e ano
3	Falta de material tecnológico e inexistência de verbas destinadas a manutenção desses	Batista (2019) Silva (2019);
4	Escolaridade defasada de discentes que estudam fora da ilha	Andrade (2007)
5	Pais aceitam o nível básico de escolaridade de até 5º ano como sendo o nível necessário para que os filhos atuem nos empreendimentos familiares, geralmente baseados no empreendedorismo	Andrade (2007)
6	Ausência de transporte fluvial gratuito à população para deslocamento entre ilhas	Araujo (2008) Andrade (2007) Silva (2016) Quaresma (2018)
7	Força das marés comprometendo o acesso às escolas que eventualmente tem seus trapiches destruídos em períodos, demandando uma manutenção que nem sempre é realizada em tempo hábil para torná-los operacional novamente	Araujo (2008); Andrade (2007); Quaresma (2018)
8	Escolas sem itens essenciais como água potável, energia elétrica e profissionais de serviços gerais, algumas até sem banheiros	Andrade (2007) Araujo (2008) Araujo (2011) Silva (2019) Silva (2016) Quaresma (2018)
9	Presença de insetos que prejudicam a concentração dos estudantes	Andrade (2007)
10	Falta de insumos essenciais para a produção de materiais pedagógicos aos estudantes	Andrade (2007) Araujo (2008) Silva (2016)
11	Crianças ribeirinhas com deficiência sem o apoio de uma infraestrutura mínima necessária para promover sua melhoria de aprendizagem	Batista (2019) Santos (2023)
12	Professores recrutados fora da ilha com baixa identidade em relação a realidade encontrada	Silva (2016)
13	Atividades sendo realizadas ainda nos modos tradicionais, sem inovação.	Silva (2017)

Fonte: dados da pesquisa

Dos 13 fatores apresentados no Quadro 4, esta pesquisa identificou de forma direta, nas escolas das ilhas sul, os fatores 1, 3, 5, 11 e 13. Descritos:

### Fatores 1 e 3:

Alguns fatores diagnosticados foram relatados em mais de uma das pesquisas consultadas, como por exemplo a dificuldade de acesso a itens essenciais para o adequado funcionamento dos estabelecimentos de ensino e as situações relacionadas ao transporte dos estudantes predominam na realidade dos habitantes das ilhas.

A falta de investimentos na manutenção mínima para funcionamento de estabelecimentos destinados ao ensino ou mesmo para a aquisição de insumos ligados ao funcionamento desses estabelecimentos, provoca consequências diretas na qualidade da aprendizagem e no desenvolvimento da atividade laboral docente, que se caracteriza por uma condição a parte eventualmente mencionada nos trabalhos pesquisados.

O professor formador precisa ser atendido por políticas de formação continuada de modo que possa oferecer um melhor atendimento aos seus discentes. Segundo Lorenzato (2006, p. 12) “muitas Secretarias de Educação desestimulam a formação continuada e não oferecem ao professor qualquer tipo de retorno, acabando estes por se eximir da responsabilidade de serem competentes”.

O aspecto descrito acima eventualmente se agrava e provoca a perda do estímulo dos professores que passam sentir-se desvalorizados na prática de suas atividades laborais, como se não tivessem um reconhecimento pelo esforço destinado a esse fim.

Além disso, evidenciaram-se nas produções pesquisadas algumas situações inusitadas de caráter operacional, como o uso de recursos próprios por parte de professores e gestores locais para custear insumos destinados à produção da merenda escolar.

As ilhas selecionadas como lócus de pesquisa são vinculadas em recursos orçamentários a partir da prefeitura da capital paraense. Algumas são diretamente assistidas pela prefeitura de Belém, como por exemplo, a Ilha do Combu. Já outras, possuem sua gestão interligadas a agências distritais vinculadas a prefeitura de Belém, como é caso das ilhas de Caratateua, Cotijuba, Mosqueiro e Uribuoca.

Nesse contexto, surge um elemento intermediário no repasse e divisão de valores, recursos e investimentos, são as chamadas Agências Distritais. Essa intermediação pode provocar um confronto de interesses entre o que precisa ser feito contra o que deve ser atendido para as ilhas, ficando o comprometimento maior para a comunidade acadêmica e demais habitantes dos locais assistidos por esses estabelecimentos de ensino.

Segundo Bassi (2011), são constantes as dificuldades orçamentárias demonstradas pela prefeitura de Belém em virtude dos poucos recursos que chegam das fontes de financiamento educacionais para o município.

De acordo com o Guimarães (2023), a humanidade vive hoje em um constante conceito de revolução tecnológica, agora encaixada na quarta fase denominada de indústria 4.0, onde engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem que estão mudando as formas de produção e os modelos de negócios no Brasil e no mundo.

Não foram reportadas dificuldades ou mesmo descontentamento em relação a qualidade ou a inexistência do serviço de internet nas instituições pesquisadas. A esse fator caberia um estudo em particular, pois o estado do Pará soma em 2025 um total de 27 anos com disponibilidade de Internet para o acesso a usuários comuns e corporativos.

Ao longo desse período foram muitas as transformações acerca do método, da qualidade e do custo desse acesso, o que já resultaria em uma provável estabilidade desse serviço, o que de fato, não acontece nas ilhas. Os provedores que as atendem são quase que em sua totalidade via satélite, com suas intempéries e constantes problemas característicos dessa modalidade.

Abordar esse contexto que trata as característica da oferta do serviço de internet na ilha provocaria uma nova discussão acerca da justificativa para a problemática que trata esse assunto, e motivaria novas questões norteadoras que instigasse a avaliar por exemplo, a qualidade do serviço de acesso à Internet para os moradores das ilhas do estado do Pará, as opções disponíveis para esses moradores e os efeitos provocados por essa dificuldade de acesso em plena era digital, retratando elementos que não constituem diretamente os objetos dessa pesquisa.

Ressalta-se que nessa pesquisa o acesso à internet é constituído como um dos elementos compreendidos como necessários para promover a qualidade do ensino disponibilizado na ilha, aos olhos dos participantes. Logo, ele não é um objeto de pesquisa principal, mas uma parte complemento importante que provoca efeitos no resultado apresentado pelos participantes na fase de coleta de dados.

Todo esse cenário descrito provoca na família ribeirinha um desinteresse por exigir o que seria essencial ou complementar ao desenvolvimento de seus filhos, de modo que esses fossem assistidos por uma escola moderna, tecnológica, com uma infraestrutura que atendesse além do essencial.

A Constituição Federal promulgada em 1988, no seu Art. 205 estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essa premissa incentiva para que as famílias assistidas nas ilhas não acatem um sentimento de conformismo e passem a aceitar que a qualidade de serviço educacional prestado possa ser ineficiente ou insuficiente.

### **Fatores 5, 11 e 13**

Informações descritas por Andrade (2007) indicam o ato de resignar com a qualidade do ensino como uma ação comum aos moradores dessas ilhas, que passam a aceitar que seus jovens tenham a sua formação limitada ao essencial para que estejam aptos a dar continuidade às atividades econômicas realizadas por seus pais e parentes.

Andrade (2007) descreve esse relato ao afirmar que o nível básico de escolaridade alcançado até o 5º ano é aceito como o nível necessário para que os filhos atuem nos empreendimentos familiares, gerando um ciclo contínuo de atraso na formação do indivíduo.

Andrade (2007) descreve esse comportamento na comunidade ribeirinha que diante das dificuldades aceitava que a formação de seus jovens leve anos para ser concluída, com adaptações de percursos para adequar a um avanço. Por isso, é comum em discursos de cerimônias de colação de grau de diversos níveis ouvir o termo *é a primeira pessoa que se forma na família, que vira doutor*, fator esse tido como inédito naquele ambiente.

Isso tudo corrobora com outro fator mencionado por Silva (2017) ao descrever que as atividades de formação dos discentes eram algumas vezes executadas por ações pedagógicas tradicionais, dada a falta de recursos e investimentos para a aplicação em metodologias inovadoras de ensino, inclusive relacionadas a formação continuada de professores e a investimentos tecnológicos.

Outra situação relatada foi a dificuldade de fazer com que o ambiente escolar fosse adaptável a pessoas com deficiência, para que elas pudessem ter uma estrutura operacional de apoio e assim possam também ser assistidas pelas escolas que atuam em seus municípios.

A partir dos resultados do levantamento já descrito, esta revisão sistemática possibilitou identificar um segundo contexto bastante relevante: o registro de inovações e adaptações desenvolvidas para superar as dificuldades nas realidades

mencionadas. Essas ações, de caráter individual ou coletivo, impactaram positivamente a prática docente nas escolas pesquisadas e, estão indiretamente relacionadas aos fatores 3, 5 e 10, presentes no quadro 4. As práticas inovadoras encontram-se apresentadas no quadro 6, seguindo a ordem de discussão no texto 5, 3 e 10:

Quadro 6 – Práticas inovadoras de docentes no ensino

<b>Prática inovadora</b>	<b>Autor e ano</b>
Exemplificar com a partilha do que é produzido ou posse dos moradores das ilhas fazendo uso de elementos de operações matemáticas	Andrade (2007)
Cantinho da matemática com uso de ábacos para desenvolvimento do raciocínio, fabricados artesanalmente e com produtos provenientes de descarte irregular, sendo reaproveitados	Andrade (2007)
Cantinho da Ciência com cópias impressas de esqueleto e fichamento de livros afixados na parede da escola, para incentivar a leitura	Andrade (2007)
Professores buscaram formação complementar em LIBRAS para incluir discentes surdos	Andrade (2007)
Busca de formação continuada através de parcerias com outros professores de outras escolas	Andrade (2007)
Jogos temáticos artesanais	Andrade (2007)
Filmes que abordam práticas relacionadas ao cotidiano dos discentes	Andrade (2007)
O uso de reportagens televisivas para exemplificar a presença de frações e decimais	Andrade (2007)
Uso de práticas de conscientização ambiental trabalhando a interdisciplinaridade	Araujo (2008) Araujo (2011)
Pedagogia da Alternância	Silva (2016)
Feirinha de compra e venda em sala de aula, com dinheiro de papel de fantasia e fichinhas representando moedas, socializando conhecimentos com operações diárias da comunidade	Silva (2017)
Confecção de dados de cartolina para auxiliar no aprendizado da ação de contagem	Silva (2017)
A interação contínua da família com a escola em ações as quais permitam aos pais promover o aprendizado em apoio a escola, mediante o uso de elementos comuns no seu dia a dia, como por exemplo, itens coletados nas áreas de floresta das ilhas	Araujo (2008) Costa (2017)
Evento de educação e divulgação científica compartilhados por escolas da mesma localidade e apoiado por universidades	Brabo (2023) Batista (2019)
Formação continuada para professores	Quaresma (2018)

Fonte: dados da pesquisa

## Fator 5

Vale observar que muitas ações são derivadas de uma visão inovadora acerca daquilo que é o cotidiano da vida do ribeirinho, reunindo sua dedicação ao trabalho, ao lazer e ao cuidado com a família e com a terra.

Para Smole e Diniz (2001) a aprendizagem de resolução de problemas convencionais depende da oportunidade de reflexão ofertada aos discentes, investigando um problema e confrontando com outros do seu dia a dia.

Esse é um aspecto muito presente no convívio das famílias ribeirinhas, inclusive para os filhos que participam das movimentações comerciais com seus pais desde muito jovens, validando assim a tradicional premissa que descreve que desde cedo é necessário aprender a conduzir os negócios da família.

Introduzir então conceitos de disciplinas no contexto desse dia a dia é uma oportunidade de vivenciar aonde esse conhecimento pode ser aplicado, é o que demonstra por exemplo Andrade (2007), quando descreve o uso de conceitos matemáticos com materiais manipuláveis para o ensino, como seria o caso do ábaco, conhecido com a primeira calculadora da humanidade, ou mesmo endossando o uso da matemática nas atividades comerciais familiares, criando e executando contextos, facilitando assim a aprendizagem.

Um outro viés dessa prática pedagógica é evidenciado por Silva (2017) quando descreve que a introdução da família no contexto da aprendizagem em apoio a escola induz a melhoria na qualidade de aprendizagem, é o aluno vivenciando o seu dia a dia apoiado pelos conhecimentos adquiridos.

A presença dos pais ou responsáveis, pessoas com experiência de vida, promove não somente a assimilação do conhecimento, mas também o vínculo com aquilo que nos cerca em nossos afazeres diários, pois o ser humano dispõe de conhecimentos os quais adquire ao longo da vida e que são resultados de experiências vividas.

Essas experiências contextualizadas no processo de ensino aprendizagem tornam-se ricas em partilha em comunidade em ambientes como o espaço escolar.

Após evidenciar nos resultados as dificuldades relacionadas a investimentos em ferramentas de cunho tecnológico e pedagógico, sinaliza-se uma nova adaptação, dessa vez promovida pelos docentes para desenvolvimento de suas atividades.

### **Fator 3**

Desse modo, registra-se o uso de materiais alternativos ou mesmo de qualidade e custo inferior para confeccionar ferramentas pedagógicas as quais serão

utilizadas em sala de aula. Assim foi com o exemplo do esqueleto do “Cantinho da Ciência” e a produção dos Jogos Artesanais, ambos descritos por Andrade (2007).

Sobre as restrições do repasse de recursos, é evidente que a responsabilidade por promover a melhoria da oferta de ensino acaba por se tornar mais uma diretriz entregue indiretamente nas mãos do professor.

Segundo Gonçalves (2000), os diversos segmentos responsáveis pela qualidade do ensino acabam por não assumir a responsabilidade pelo que vem acontecendo em nosso país, ficando esse viés por sua formação atribuída ao próprio docente. E esse docente é quem inspira à criatividade para tornar o ambiente escolar muito mais didático e interativo.

Apesar do trabalho gerado por essas ações, o resultado é um incremento na qualidade no aprendizado do aluno. E muitas vezes esse gesto acaba promovendo uma empreitada coletiva de profissionais, que se unem e trocam experiências exitosas de aprendizagem, afinal, como afirma Gonçalves e Mendes (2007, p. 49) que “é na prática, ou seja, na realização da atividade pedagógica que efetivamente compreendemos e construímos os saberes da profissão docente”.

É fato que o docente se torna um ponto de inovação e persistência ao longo de sua trajetória nas escolas, sendo empreendedor a cada nova tentativa alternada de fazer com que seu aluno aprenda em um universo mais lúdico e contextualizado. É só observar a iniciativa de inovar no planejamento como ao de fazer uso de matérias televisivas e filmes que retratem o dia a dia do morador das regiões dos rios.

Eventualmente os meios de comunicação executam reportagens e documentários que demonstram até mesmo as dificuldades que os ribeirinhos encontram quando estão conduzindo suas atividades de subsistência e conseqüentemente comerciais, onde os atores muitas vezes são as próprias pessoas da comunidade que trazem à tona suas dificuldades enfrentadas, ganhando voz e apoio através da mídia televisiva.

## **Fator 10**

O trabalho de Batista (2019) evidencia as dificuldades encontradas por pessoas com deficiência que não são plenamente amparadas pelas escolas das ilhas, as quais não demonstram ter infraestrutura essencial para sua acolhida.

No fator relacionado à inclusão, a escola acaba buscando alternativas de promover a qualificação dos docentes por iniciativas alternativas, como a parceria e

permuta de treinamentos entre esses, na busca de minimizar a grave lacuna que não consegue ser preenchida ou mesmo mascarar a falta de investimentos em infraestrutura adequada a atender pessoas com deficiência.

Andrade (2007) narra o treinamento em Libras executado por docentes parceiros de outras instituições, sem proventos destinados para este fim, apenas pelo ato de auto apoio entre instituições de ensino que vivem a mesma realidade de escassez de investimentos.

Quando se abordam parcerias, é válido mencionar as iniciativas promovidas por instituições de ensino superior que através de seus projetos de pesquisa e extensão levam conhecimento, permuta de saberes multidisciplinares, novas e marcantes experiências à comunidade atendida.

É o que ocorreu no projeto “Ciência na Ilha”, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará, descrito por Brabo (2023) e muito elogiado por Batista (2019). São iniciativas independentes, algumas até subsidiadas por programas de pesquisa e extensão que demonstram a preocupação da academia em promover a melhoria acadêmica desde as raízes do conhecimento, fazendo que novas gerações venham a surgir com esse respeito pela formação acadêmica de jovens e adultos, independente de suas localidades geográficas.

Em eventos e projetos com essas características é possível tratar muitas temáticas que se traduzem em preocupações coletivas e atuais das comunidades acadêmicas mundiais, como por exemplo o descarte coletivo e consciente do lixo e do e-lixo.

Segundo Guimarães (2006, p.12) a questão do lixo precisa ser trabalhada em relação ao manejo, acrescentando que a iniciativa tem que partir da família, da escola e da sociedade como um todo. Com isso, a consciência se cria a partir da sala de aula, dos eventos acadêmicos, estendendo-se pelos lares e comunidades onde os discentes habitam.

Em algumas das escolas das ilhas que já passaram por reformas você encontra ações que fomentam a iniciativa de promover a separação do lixo para o descarte adequado e encaminhamento a postos de reciclagem. Elas possuem lixeiras de coleta seletiva pelo menos em um local nas dependências da escola, conforme observamos na figura 13, que apresenta uma iniciativa para ser trabalhado nas pessoas que fazem uso das dependências das unidades de ensino ao descarte adequado do lixo:

Figura 13 – Ponto de coleta seletiva do lixo no anexo São José



Fonte: Autor da pesquisa

Tratar essas iniciativas a partir do contexto acadêmico se traduz em promover um espaço amplo de discussão coletiva e fortalecimento de boas práticas, as quais precisam ser implementadas pela humanidade, dada a preocupação pelo impacto que as ações de cuidados não realizadas vão provocar para as próximas gerações.

### **6.1.2. Considerações acerca dos resultados da RSL**

Ao analisar os resultados dessa RSL acerca das dificuldades encontradas pelos povos ribeirinhos por ocasião de seu acesso à educação uma década atrás, surgem diversas lições compreendidas e ao mesmo tempo realidades que tornam cada vez mais forte a discussão acerca de até que ponto o poder público tem realmente atuado com eficiência na melhoria de vida de suas comunidades, principalmente aquelas que vivem mais isoladas e com menos disponibilidade de recursos, como fora evidenciado.

O Brasil ainda se caracteriza como um país hegemônico, com forte retrato de desigualdade social, que se reflete a partir dos serviços essenciais, cuja oferta deveria ser feita à população. Os povos das ilhas sofrem o reflexo direto desse desnivelamento social, mesmo sendo em alguns casos mesorregiões que muitas vezes transcendem a extensão geográfica das áreas tidas como principais.

É uma nítida disparidade constatada entre o que é ofertado e entregue aos povos das ilhas e, em contrapartida, o que é reservado a uma parcela de habitantes

dos continentes, mesmo sabendo que as ilhas se traduzem em uma única representatividade de riqueza cultural, econômica e socioambiental.

A persistência dos povos ribeirinhos em se fazer serem ouvidos e atendidos em seus direitos abre um rico espaço para debates e aprendizagem de conscientização acerca da importância desses povos à nossa história. Promover a melhoria educacional dessas regiões configura iniciativa de reduzir as lacunas que separam o que se tem na teoria da prática educacional e o que se trabalha de fato, traduzida em uma preocupante realidade.

Uma alternativa poderia ser a criação, fiscalização, controles e penalidades efetivas acerca de leis que obriguem investimentos e práticas educacionais para atender a demandas singulares, como o universo dos povos ribeirinhos.

Respeitar e cuidar dessas comunidades e seus espaços é um cuidar da própria história de um povo que necessita de uma atenção especial para a construção e de um futuro melhor para as próximas gerações.

As ilhas, assim como as escolas dentro delas, não podem ser tratadas como um acessório que se cuida somente quando se quer usufruir do que ele tem a oferecer, ou mesmo extrair seus recursos até um esgotamento, mas sim precisam ter um cuidado e atenção especial para que não se perca a riqueza cultural e econômica promovida por esses espaços e a história de seus povos.

A melhoria da qualidade da educação ofertada nas ilhas pode ser realizada através do cumprimento daquilo que é determinado como essencial para o desenvolvimento da educação de um povo, resguardadas as suas especificidades e combatidas as deficiências apresentadas nessas regiões, asseguradas em lei, pela Constituição Federal. Para Fernandes e Fernandes (2021), os povos ribeirinhos das regiões fluviais ainda são visualizados como um artigo em exposição.

Porém, para esses povos, a sua sobrevivência constitui uma luta diária com permanente reconstrução, para que estes possam ter a oportunidade de receber condições igualitárias aos habitantes das regiões continentais, visto que são todos integrantes de um país só.

Não se deve exclusivamente se acomodar com o conceito de que os jovens pertencentes a comunidades ribeirinhas tenham que procurar alternativas para garantir a continuidade de seus estudos fora de suas comunidades.

Mediante a percepção de uma baixa qualidade de ensino eventualmente constatada em suas comunidades, torna-se necessário romper paradigmas que

insistem em limitar o acesso à educação, desde o cuidado relacionado ao transporte, a manutenção dos espaços de ensino e até mesmo as políticas de incentivo para que esses jovens estejam em sala de aula.

Combater essa desigualdade é respeitar os seus contextos culturais e suas histórias. E mesmo que se constate o avanço e melhorias acerca da escolarização básica dos povos ribeirinhos em Belém, sempre serão presentes as assimetrias, cujas problemáticas devem ser debatidas e solucionadas.

E nesse universo de busca da melhoria contínua, sempre existirá o papel de determinados personagens que buscam incansavelmente reduzir o efeito das mazelas não observadas pelo descuido do poder público.

Assim são relacionados os professores inovadores e empreendedores, pais ou responsáveis atuantes e parceiros da escola e instituições que compreendem a importância da educação em todas as fases, para que se crie um futuro promissor aos jovens que constituirão as gerações que mudarão contextos ofensivos de descaso com a história, a cultura e o avanço em nosso país.

Portanto, diante da análise e da constatação das dificuldades que ocorrem direta ou indiretamente, é possível ilustrar, na figura 14, os principais pontos evidenciados na RSL e confirmados pela pesquisa de campo:

Figura 14 – Resultados evidenciados na RSL

## RESULTADOS EVIDENCIADOS NA RSL



Fonte: Autor da pesquisa

### 6.2. Coleta de dados com profissionais e familiares de discentes atendidos pelas escolas na Ilha do Combu (PA)

A pesquisa de campo foi conduzida com o objetivo de responder às seguintes questões norteadoras:

- **QN1: Como professores e pais avaliam a qualidade do ensino ofertado nas escolas das ilhas sul de Belém?**
- **QN3: O que pensam os moradores das ilhas sul de Belém sobre a qualidade do ensino oferecido em suas escolas?**

Para tanto, organizou-se de forma lógica e estruturada os resultados da coleta de dados realizada em cinco unidades de ensino de educação do campo que atuam na região das ilhas sul de Belém. A coleta foi realizada mediante a aplicação de

questionários junto aos profissionais dessas unidades de formação básica, bem como aos pais ou responsáveis pelos discentes atendidos.

No total foram ouvidos 39 profissionais atuantes nas 5 escolas e 24 pais ou responsáveis. Existe uma observação importante acerca da compreensão do quantitativo de participantes por escolas. Como já mencionado, apenas a EMEIF Milton Monte e a EMEIF Sebastião possuem registros oficiais no Inep, incluindo seus anexos. Dessa forma, o quantitativo apresentado no Censo Escolar 2023 (Inep, 2024) resulta da soma dos registros das escolas e de seus anexos, vinculados administrativamente às unidades principais.

A tabela 4 descreve quantidade de participantes vinculada à EMEIF Milton Monte (69,2%) e a EMEIF Sebastião dos Santos Quaresma (30,8%), considerando seus respectivos anexos. Verifica-se ainda na tabela que existe uma divergência em relação ao quantitativo informado no Censo Escolar 2024, onde constam menos profissionais do ensino oficialmente registrados.

Tabela 4 - Quantitativo de profissionais atuantes nas escolas x quantitativo de profissionais participantes na coleta de dados

Unidade de ensino	Quantitativos		
	Censo escolar	Participantes	Total por escola
EMEIF de Educação do Campo Sebastião dos Santos Quaresma	8	9	12
Anexo Santo Antônio	-	3	
EMEIF de Educação do Campo Milton Monte	18	12	
Anexo São José	-	10	27
Anexo Nossa Senhora dos Navegantes	-	5	
		<b>TOTAL</b>	<b>39</b>

Fonte: dados da pesquisa

A tabela 5 apresenta o perfil do primeiro grupo de participantes que atuam nas escolas, definidos nesta pesquisa com o termo de COLABORADORES, descrevendo os critérios de FAIXA ETÁRIA, GÊNERO e TEMPO DE ATUAÇÃO na unidade de ensino:

Tabela 5 – Perfil dos participantes – Profissionais atuantes nas unidades de ensino – Faixa etária, gênero e tempo de atuação

Unidade de ensino/nº de participantes	Faixa etária	Gênero	Tempo de atuação na escola
<b>EMEC Sebastião Quaresma</b> 9 participantes	30 a 40 anos: 5 41 a 50 anos: 2 51 a 60 anos: 2	Masc: 2 Fem: 7	Menos de 1 ano: 8 De 1 a 3 anos: 1
<b>Anexo Santo Antônio</b> 3 participantes	Menos de 30 anos: 1 41 a 50 anos: 1 51 a 60 anos: 1	Fem: 3	Menos de 1 ano: 2 Mais de 6 anos: 1
<b>EMEC Milton Monte</b> 12 participantes	Menos de 30 anos: 2 30 a 40 anos: 3 41 a 50 anos: 1 51 a 60 anos: 5 Mais de 60 anos: 1	Masc: 1 Fem: 11	Menos de 1 ano: 6 De 1 a 3 anos: 4 De 4 a 6 anos: 1 Mais de 6 anos: 1
<b>Anexo São José</b> 10 participantes	Menos de 30 anos: 1 30 a 40 anos: 4 41 a 50 anos: 4 Mais de 60 anos: 1	Masc: 6 Fem: 4	Menos de 1 ano: 6 De 1 a 3 anos: 4
<b>Anexo Nossa Senhora dos Navegantes</b> 5 participantes	41 a 50 anos: 4 51 a 60 anos: 1	Masc: 1 Fem: 4	Menos de 1 ano: 3 De 1 a 3 anos: 2
<b>TOTAIS PERCENTUAIS</b>	Menos de 30 anos: <b>10,2 %</b> 30 a 40 anos: <b>30,8%</b> 41 a 50 anos: <b>30,8%</b> 51 a 60 anos: <b>23,1%</b> Mais de 60 anos: <b>5,1%</b>	Masc: <b>25,6 %</b> Fem: <b>74,4 %</b>	Menos de 1 ano: <b>64,1 %</b> De 1 a 3 anos: <b>28,2%</b> De 4 a 6 anos: <b>2,6%</b> Mais de 6 anos: <b>5,1%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Ao verificar o perfil desses participantes, constata-se que a maioria dos participantes está na faixa etária compreendida entre 30 e 60 anos. Ainda são poucos os que estão abaixo dessa faixa etária ou acima dos 60. Já o gênero predominante nas escolas é o feminino, constituindo quase 75% dos participantes. Ressalta-se que os profissionais do gênero masculino estão principalmente vinculados ao Anexo São José e aos anos finais.

Em relação ao tempo de atuação, observa-se que a maioria dos participantes está na escola há menos de um ano. Vale ressaltar que grande parte desses profissionais é proveniente de contratação por processo seletivo simplificado. Nessa modalidade, os educadores são admitidos por um período de um ano, podendo ter seu contrato renovado por mais um ano.

Esse contexto é pertinente diante das manifestações entre os participantes em relação ao docente ter um tempo curto de convivência com suas turmas, dificultando a oportunidade de criar laços com seus discentes e conseqüentemente gerar uma relação de confiança e harmonia, melhorando o trabalho realizado em sala de aula.

Por isso, entre as sugestões apresentadas pelos participantes na pesquisa, consta a ampliação do tempo de contratação proposto nos processos seletivos simplificados, para que passem a ser de pelo menos 2 anos, com a possibilidade de renovação por mais 2.

A tabela 6 ilustra outros critérios do perfil desses mesmos profissionais, agora relacionando FORMAÇÃO ACADÊMICA, CARGO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA e RESIDÊNCIA NA ILHA. Os resultados foram:

Tabela 6 – Perfil dos participantes – Profissionais atuantes nas unidades de ensino – Formação acadêmica, cargo e residência na ilha

Unidade de ensino/nº de participantes	Formação acadêmica	Cargo de atuação na escola	Residência na ilha
<b>EMEC Sebastião Quaresma</b> 9 participantes	Graduado: 2 Especialista: 5 Mestre: 1 Outras: 1	Diretor: 1 Coord. Ped.: 1 Secret. Acad.: 1 Professor: 4 AEE: 1 Bibliotecário: 1	Não reside na ilha: 9
<b>Anexo Santo Antônio</b> 3 participantes	Graduado: 2 Especialista: 1	Diretor: 1 Coord. Ped.: 1 Professor: 1	Reside na ilha: 1 Não reside na ilha: 2
<b>EMEC Milton Monte</b> 12 participantes	Graduado: 3 Especialista: 4 Doutor: 1 Outras: 4	Coord. Ped.: 1 Secret. Acad.: 1 Professor: 4 AEE: 1 Serviços Gerais: 3 Outros Cargos: 2	Reside na ilha: 1 Não reside na ilha: 11
<b>Anexo São José</b> 10 participantes	Graduado: 1 Especialista: 7 Mestre: 2	Coord. Ped.: 3 Professor: 7	Reside na ilha: 1 Não reside na ilha: 9
<b>Anexo Nossa Senhora dos Navegantes</b> 5 participantes	Graduado: 1 Especialista: 4	Coord. Ped.: 1 Professor: 3 AEE: 1	Não reside na ilha: 5
<b>TOTAIS PERCENTUAIS</b>	Graduado: <b>53,8%</b> Especialista: <b>20,5%</b> Mestre: <b>7,7%</b> Doutor: <b>2,6%</b> Outras: <b>15,4%</b>	Coord. Ped.: <b>17,9%</b> Secret. Acad.: <b>5,1%</b> Professor: <b>48,7%</b> AEE: <b>7,7%</b> Serviços Gerais: <b>5,1%</b> Outros Cargos: <b>15,5%</b>	Reside na ilha: <b>7,7%</b> Não reside na ilha: <b>92,3%</b>

**LEGENDAS:**

AEE – Atendimento Educacional Especializado  
Coord. Ped. – Coordenador(a) Pedagógico(a)  
Secret. Acad. – Secretário(a) Acadêmica(a)

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se então que a maioria dos participantes desse grupo é composta de graduados com pelo menos uma especialização. Ainda é pequeno o percentual reunido de mestres, doutores e outras formações. Na distribuição dos cargos da

escola, a maior parte dos participantes atua como professor, seguido dos coordenadores pedagógicos, que atuam como gestores de suas unidades ou representantes desses.

Algumas escolas possuem técnicos para tratar documentações da secretaria escolar, apenas uma delas possui uma Bibliotecária. Destaca-se ainda a presença de profissional para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, que atende a discentes que necessitam de atendimentos especiais, de modo a diminuir a dificuldade destes em relação ao desempenho de suas atividades escolares.

Quase todos os participantes declararam não morar na ilha, mas sim na região metropolitana, deslocando-se diariamente para atuar nas unidades de ensino.

O segundo grupo de entrevistados foi composto por pais ou responsáveis dos discentes atendidos pelas cinco unidades de ensino. O acesso a esse grupo mostrou-se mais difícil, uma vez que sua presença no ambiente escolar ocorre, em geral, apenas quando convocados para reuniões pedagógicas, para acompanhar os filhos em eventos escolares ou em atendimentos individualizados relacionados a demandas documentais.

Embora as reuniões pedagógicas voltadas aos interesses dos discentes sejam momentos de grande relevância, o quórum de participação costuma ser inferior ao esperado. A maioria dos participantes são mães e avós, com pouca presença dos pais, cujos relatos indicam que atuam principalmente em atividades comerciais, deixando o acompanhamento escolar a cargo das mães.

Observa-se ainda que muitas das mulheres que participam dessas reuniões também desempenham funções ativas nas atividades comerciais familiares. Apesar disso, recai sobre elas a maior responsabilidade de acompanhar quase exclusivamente a vida acadêmica dos filhos, função atribuída por uma tradição cultural construída ao longo dos anos

Um exemplo recorrente citado pelos participantes foi a solicitação de declarações de frequência escolar, exigidas por instituições que condicionam o pagamento de bolsas assistenciais à comprovação de que o discente está regularmente frequentando as aulas. Esse perfil é parcialmente evidenciado na tabela 7:

Tabela 7 – Perfil dos Participantes – Pais ou responsáveis dos alunos – Idade, gênero e Formação acadêmica

Nº de participantes	Idade	Gênero	Formação acadêmica
24 pais os responsáveis	Menos de 30 anos: 11 30 e 40 anos: 9 41 a 50 anos: 3 51 a 60 anos: 1	Feminino: 21 Masculino: 3	Não alfabetizado: 2 E. Fund. incompleto: 5 E. Fund. completo: 3 E. Médio incompleto: 10 E. Médio completo: 4
<b>TOTAIS PERCENTUAIS</b>	Menos de 30 anos: <b>45,8%</b> 30 e 40 anos: <b>37,5%</b> 41 a 50 anos: <b>12,5%</b> 51 a 60 anos: <b>4,2%</b>	Feminino: <b>87,5%</b> Masculino: <b>12,5%</b>	Não alfabetizado: <b>8,3%</b> E. Fund. incompleto: <b>20,8%</b> E. Fund. completo: <b>12,5%</b> E. Médio incompleto: <b>16,7%</b> E. Médio completo: <b>41,7%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se, então, que temos um grupo predominante de pais jovens, na faixa etária abaixo dos 40 anos, sendo a maioria que se faz presente na escola do sexo feminino, possuindo ensino médio completo. O aspecto da formação retrata ainda as características de um passado bem demarcado no perfil dos moradores das ilhas, onde muitos não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos ou mesmo desistiram, por fatores como a necessidade de se dedicar às atividades comerciais familiares. A tabela 8 complementa esse perfil:

Tabela 8 – Perfil dos Participantes – Pais ou responsáveis dos alunos – Grau de parentesco, nº de crianças atendidas pelas escolas e forma de deslocamento

Nº de participantes	Grau de parentesco	Nº de crianças atendidas pelas escolas da ilha	Forma de deslocamento para a escola
24 pais os responsáveis	Pais: 21 Avós: 2 Tios: 1	1 criança: 16 2 crianças: 5 3 crianças: 3	Barco escolar: 24
<b>TOTAIS PERCENTUAIS</b>	Pais: <b>87,5%</b> Avós: <b>8,3%</b> Tios: <b>4,2%</b>	1 criança: <b>66,7%</b> 2 crianças: <b>20,8%</b> 3 crianças: <b>12,5%</b>	Barco escolar: <b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, portanto, que os pais, predominantemente representados pelas mães, são os familiares que mais comparecem às unidades de ensino quando convocados. Em geral, trata-se de famílias pequenas, na maioria com apenas uma criança atendida pelas escolas, e todos relataram que os alunos se deslocam até as unidades de ensino utilizando o barco escolar. Em dias de eventos que exigem a presença dos pais ou responsáveis, os barcos também realizam viagens para transportá-los até a escola.

## QN1: Como professores e pais avaliam a qualidade do ensino ofertado nas escolas das ilhas sul de Belém?

Para responder esta pergunta foram analisados dois critérios: a infraestrutura, composta por 16 itens e, as características operacionais do ensino contendo 7 perguntas comuns aos participantes da pesquisa, 3 exclusivas aos pais e responsáveis e 8 destinadas exclusivamente aos professores.

No que se refere aos critérios de infraestrutura, as percepções estão dispostas em níveis de satisfação, insatisfeito e indiferente. Já para os critérios das características operacionais, temos para as perguntas comuns aos dois tipos de participantes, as percepções também entre os níveis satisfeito, insatisfeito e indiferente.

Registram-se agora os resultados dos primeiros critérios investigados, os quais estão relacionados à infraestrutura operacional disponibilizada para que a escola desenvolva suas tarefas cotidianas. Foram relacionados 15 serviços, setores ou demandas visualizadas que permitem uma melhor atuação da instituição de ensino na prestação de sua atividade fim. São itens que influenciam na qualidade do ensino e na melhoria da condição de trabalho para seus colaboradores. Os critérios investigados estão relacionados na figura 15:

Figura 15 – Critérios de Infraestrutura operacional investigados

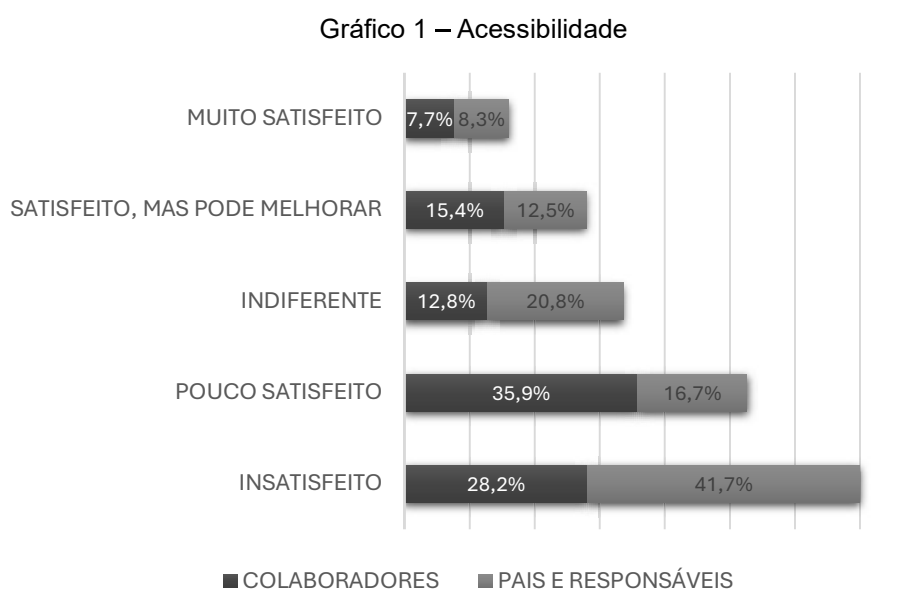


Fonte: dados da pesquisa

O primeiro quesito, diz respeito à acessibilidade oferecida pela escola aos alunos com deficiência mobilidade reduzida.

Destaca-se que, desde o ano 2000, já existem leis que estabelecem normas gerais e critérios básicos para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2000), como a Lei nº 10.098, da Presidência da República, datada de 19 de dezembro de 2000. Assim, há mais de 20 anos esses direcionamentos vêm sendo abordados.

Diante disso, nesse intervalo temporal, muitas instituições de ensino nasceram ou mesmo passaram por reformas, permitindo adaptações ou criação de espaços adequados a este público discente. Os resultados, estão descritos no gráfico 1:



Fonte: dados da pesquisa

O tipo de acessibilidade mais sugerido pelos entrevistados consistiu em adaptações que permitam às pessoas com deficiência se deslocarem com facilidade no ambiente escolar.

Durante as visitas às escolas, alguns entrevistados fizeram uma pausa em suas respostas para observar, de forma tímida e atenta, o entorno — rampas, deslocamentos, estivas, entre outros — demonstrando nunca terem refletido sobre o tema e sua importância.

Três participantes comentaram, em efeito de comparação visual, que estavam tentando analisar se teria condições de um cadeirante se deslocar naquele ambiente. Nenhum dos participantes abordou, por exemplo, a adaptação do espaço para o deslocamento de deficientes visuais, como o uso de piso tátil direcional.

Os resultados demonstram, após análise e reflexão dos entrevistados, insatisfação em relação ao quesito acessibilidade no ambiente escolar. Ressalta-se, ainda, que 33,6% das respostas foram indiferentes quanto à presença de recursos desse tipo, visto que muitos declararam não conseguir avaliar tecnicamente esse quesito.

Vale destacar que alguns participantes relataram dificuldades de acesso aos espaços escolares, decorrentes da baixa qualidade das pontes que interligam o ponto de desembarque dos alunos, com os barcos escolares que os levam às escolas.

Alguns relatos ainda descrevem que a manutenção desses pontos de embarque tem sido realizada com a participação operacional efetiva dos membros da cooperativa de barqueiros, descritos como parceiros da escola.

O segundo quesito analisou a qualidade do acesso à internet disponibilizada na escola. Nesse critério, os resultados apresentados foram quase unânimes ao descrever um alto nível de insatisfação devido à escola não disponibilizar o acesso efetivo à internet, inclusive à unidade que passou pela reforma mais recente. Existe a promessa por parte da gestão municipal de solucionar esse problema, mas até a data das visitas realizadas para a coleta de dados não existiam serviços ativos nas unidades.

Vale ressaltar que a ilha apresenta pouco investimento em infraestrutura das operadoras de telecomunicações para este fim, e estas estão centralizadas nas áreas onde estão os restaurantes da ilha, com o intuito de promover um acesso à internet, mesmo que de baixa qualidade, mas com condições de permitir a consolidação de operações financeiras de cartões, transferências via pix, etc.

Como a ilha não possui antenas de transmissão, o sinal recebido é proveniente de outras antenas no continente, via rádio ou satélite, locados pelas operadoras, constituindo um acesso lento e inferior a 3 megabits por segundo, conforme constatado em visita realizada em diferentes dias a esses espaços.

Figuram nos resultados um percentual de 10,3% de participantes que declaram estar satisfeitos com o que é disponibilizado. Esse número é representado por grupos de profissionais que atuam nas escolas e contratam, de forma individual ou coletiva, o acesso independente de operadoras de telefonia que apresentam sinal fraco na região. Essas contratações independentes geralmente são pacotes coletivos caros e por isso demandam um interesse maior de pessoas pelo serviço de modo a dividir esse custo.

Por ser uma contratação independente, esse formato não é caracterizado como um serviço disponibilizado pelo poder público e entregue à escola como recurso para desenvolver suas atividades. Destaca-se que com exceção da EMEIC Milton Monte, localizada no Igarapé do Combu, ponto de referência turística na área, as demais escolas estão em pontos geograficamente mais distantes dos lugares cujo fluxo de visitantes é mais intenso.

Em 2025, sob a gestão atual do Prefeito de Belém Igor Normando, foi noticiada a aquisição de internet via satélite para distribuição e uso nas escolas das regiões de ilhas do Pará. A informação circulou nas redes sociais da prefeitura e foi reproduzida nos portais de atualidades dos jornais locais. Porém, não estão incluídas na relação de escolas contempladas aquelas localizadas na área das ilhas sul de Belém.

Para essa contemplação, estão indicados cinco anexos da Escola Bosque, localizadas nas ilhas de Outeiro, além de unidades em Mosqueiro, com previsão de atendimento a 6 mil discentes. (ROMANEWS, 2025).

O terceiro critério abordado foi a disponibilidade de água potável para uso nas dependências da escola. Nesse item, foi provocada pelo pesquisador uma reflexão nos participantes acerca de suas percepções sobre características da água fornecida para consumo e usada para preparação de alimentos, bem como a água disponibilizada para outros fins, como higienização dos espaços, banheiros, higiene pessoal, hortas, etc. Segundo Zorzi (2016, p. 255):

Negar às pessoas o acesso à água potável é negar-lhes o direito à vida. Além disso, a água deve estar disponível e cumprir certos níveis de qualidade. Melhorar a disponibilidade de abastecimento de água é crucial para a saúde pública, uma vez que este é o terceiro maior fator de risco para a saúde, principalmente em nações que estão em desenvolvimento, onde ocorrem as maiores taxas de mortalidade.

Assim como no item anterior, os resultados desse critério pesquisado demonstraram que 81,1% dos participantes estão insatisfeitos com a qualidade da água disponibilizada para consumo e uso geral na escola, e apenas um pequeno quantitativo afirmou não conseguir opinar a respeito.

A ilha não possui sistema próprio de distribuição de água, como ocorre nos espaços urbanizados. Dessa forma, a água é captada diretamente nas margens dos furos e igarapés, armazenada em cisternas e, a partir daí, distribuída nas

dependências da escola. Apresenta coloração ora turva, ora amarelada, com odor intenso e sabor característico de metal.

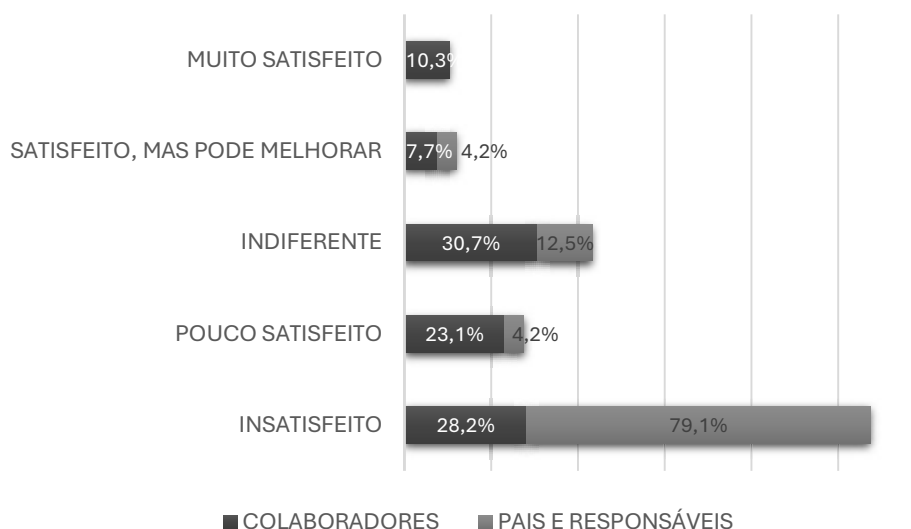
Quando utilizada em ambientes como banheiros, essa água provoca reações químicas e físicas que mudam os aspectos das louças sanitárias, ficando manchadas. Não existem sistemas de captação de chuva que estejam operando ou outro mecanismo de filtragem e purificação da água coletada do rio.

Esse cenário ocasiona a compra de garrafões de água, pela escola, para consumo alimentar de professores e discentes. É a mesma água usada para cozimento dos alimentos da merenda escolar. Ela é extraída e comprada a partir de uma fonte de água potável proveniente de poço artesiano de um morador da área, que envasa artesanalmente e abastece semanalmente essas escolas.

Os recursos financeiros para esta aquisição são obtidos a partir dos valores mensais destinados à operação dos espaços de ensino. Este item se configurou como uma das maiores surpresas desta pesquisa, pois, considerando a água como um recurso indispensável à sobrevivência humana, esperava-se que os meios de sua oferta já estivessem controlados e disponíveis nesses espaços.

O quarto critério analisado foi a disponibilidade na escola de um atendimento clínico emergencial aos alunos em caso de acidentes decorrentes de quedas, picadas de inseto, cortes ou situações diversas que possam acontecer dentro da escola. Os resultados são apresentados no gráfico 2:

Gráfico 2 – Atendimento clínico emergencial



Fonte: dados da pesquisa

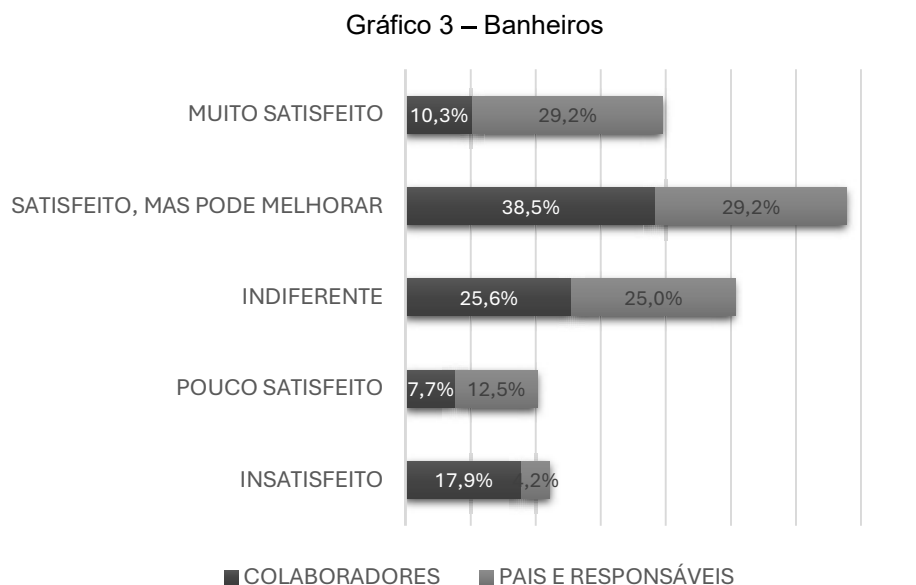
Os resultados demonstram 67,3% de percentual de insatisfação acerca desse critério, principalmente por parte dos pais ou responsáveis. Este resultado está associado à ausência de profissionais como técnicos de enfermagem e local apropriado para este tipo de atendimento dentro da escola.

É fato que podem ocorrer acidentes no ambiente escolar, e muitos dos pais participantes fizeram relatos específicos de ocorrência com seus filhos ou de outros parentes, o que influenciou essa insatisfação.

Chama a atenção que 30,7% de participantes do grupo de colaboradores do ensino que se mostrou indiferente ao ser questionado, muitos alegam não ter conhecimento sobre ações que a escola poderia realizar em casos de atendimento emergencial aos alunos.

Ressalta-se que, os professores e dirigentes das escolas, não estão autorizados a administrar medicamentos. A recomendação, nestes casos, é o deslocamento de barco para a unidade de saúde mais próxima, em companhia de um membro da comunidade escolar e, em casos de menor complexidade, fazer o retorno do aluno para sua residência em segurança, para que os responsáveis possam prestar os devidos cuidados.

O quinto critério investigado foi a infraestrutura dos banheiros. Os resultados foram assim descritos no gráfico 3:



Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que 53,3% dos participantes afirmam que os banheiros estão de acordo com as expectativas acerca desses espaços, resguardada apenas a condição da água captada e utilizada para este fim. Destaca-se que 25,3% dos participantes declararam não conseguir analisar este critério, seguidos de 21,1% que afirmam que os espaços ofertados não atendem ao esperado para sua finalidade.

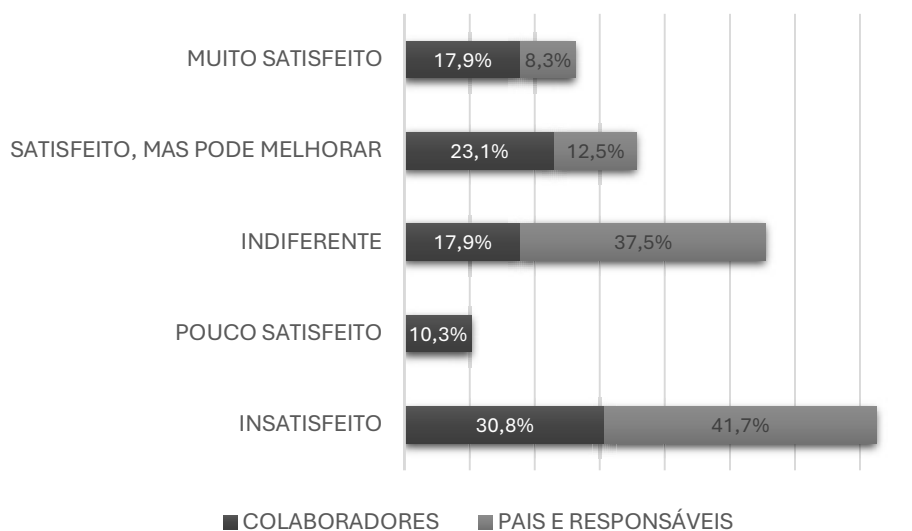
Conforme já descrito anteriormente, algumas escolas passaram por reformas prediais recentes, nos anos de 2023 e 2024. Logo, esses espaços foram readaptados e estão sob cuidados contínuos pela equipe de serviços gerais. Porém, algumas escolas ainda aguardam por essa oportunidade de promover melhorias em suas estruturas físicas. Além disso, apenas a reforma não se faz suficiente, visto que, conforme relatado por alguns participantes, é necessário ter uma manutenção mais eficiente acerca de reparos nas dependências. Esse critério será abordado mais à frente.

As escolas apresentam em média 3 banheiros, sendo 1 destinado ao uso dos colaboradores e 2 destinados ao uso dos discentes. Para estes, existem as divisões em boxes independentes, em média 3 a 4 em cada banheiro. A água de serviço utilizada é captada do rio, o que conforme já relatado, altera a coloração dos equipamentos sanitários instalados (padrão predominante brancos). Dada a quantidade de discentes, seria interessante dispor de espaços com mais infraestrutura, para que os alunos pudessem realizar ações relacionadas à higiene pessoal com maior conforto.

As escolas que ainda não foram reformadas contam com equipamentos antigos, demandam atualização, conforme previsto para as escolas ainda não contempladas. Não foram percebidas adaptações para pessoas com deficiência nesses espaços.

O sexto critério analisado foi a disponibilidade de biblioteca como elemento de apoio às atividades de ensino. Nesse critério, os resultados são assim visualizados no gráfico 4:

Gráfico 4 – Bibliotecas



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que os resultados mostram uma aproximação de opiniões a respeito da disponibilidade do espaço de biblioteca, dividida entre os que estão satisfeitos e os que estão insatisfeitos com o que é ofertado, e ainda alguns indiferentes a presença desse recurso.

Destaca-se entre o grupo de pais e/ou responsáveis que 41,7% demonstram insatisfação, bem como de indiferença acerca da disponibilidade do recurso. Muitos pais, tomam conhecimento, somente quando suas crianças relatam ao chegar em casa, que realizaram algum tipo de trabalho, referente à leitura, diferente do que consta em seu material escolar diário. Portanto, quando esta informação deixa de ser transmitida em casa, o serviço acaba passando despercebido no acompanhamento diário pelos responsáveis.

Já entre os colaboradores, principalmente docentes e coordenadores pedagógicos, o acesso aos livros é visto como um importante instrumental de apoio à prática docente, principalmente com turmas de primeiro ciclo, quando a oportunidade de fazer uso de uma biblioteca se traduz em permitir levar o imaginário da criança a um universo diferenciado.

Os resultados são compatíveis com a realidade oferecida em tais espaços. Geralmente as escolas possuem um acervo bibliográfico improvisado e limitado, acondicionado em um espaço não preparado para este fim, ficando disponível em uma sala de aula comum ou em uma das salas dos setores administrativos das escolas, como a sala da Coordenação Pedagógica ou a ainda na Direção.

Existem algumas exceções em relação ao diagnóstico desse critério, observadas em duas unidades de ensino. A primeira exceção é verificada na EMEIF Sebastião Quaresma que possui um espaço destinado à biblioteca com um pequeno acervo e uma bibliotecária em tempo integral, que desenvolve projetos da área com os alunos da unidade. Mesmo tendo essa escola não recebido reforma recente, esse espaço encontra-se preservado.

A segunda exceção está na escola Milton Monte, já reformada e com um espaço de biblioteca adequado, acolhedor e confortável, com mobiliário próprio para esse fim. A escola não possuía bibliotecário associado no período da pesquisa e os projetos relacionados a esse espaço são administrados de forma independente pelos professores da unidade de ensino. A figura 16 apresenta esse novo espaço da escola Milton Monte:

Figura 16 – Biblioteca da Escola Milton Monte



Fonte: Autor da pesquisa

Os participantes manifestaram interesse em ter profissionais dessa área, para execução deste tipo de serviço na escola, não somente para empréstimo de livros, mas ainda para desenvolvimento de atividades de incentivo à socialização e à leitura. Apenas a EMEIF escola Sebastião Quaresma possui um espaço destinado à biblioteca, com um profissional da área dedicado ao desenvolvimento dessas atividades, realizando os atendimentos e trabalhando com projetos que incentivam a leitura das crianças.

O sétimo critério de infraestrutura analisado foi a oferta de brinquedoteca para os discentes. A brinquedoteca é um espaço que estimula o desenvolvimento de

habilidades que provocarão o aprimoramento de aptidões futuras, conforme afirma Silva et al. (2021, p.1311):

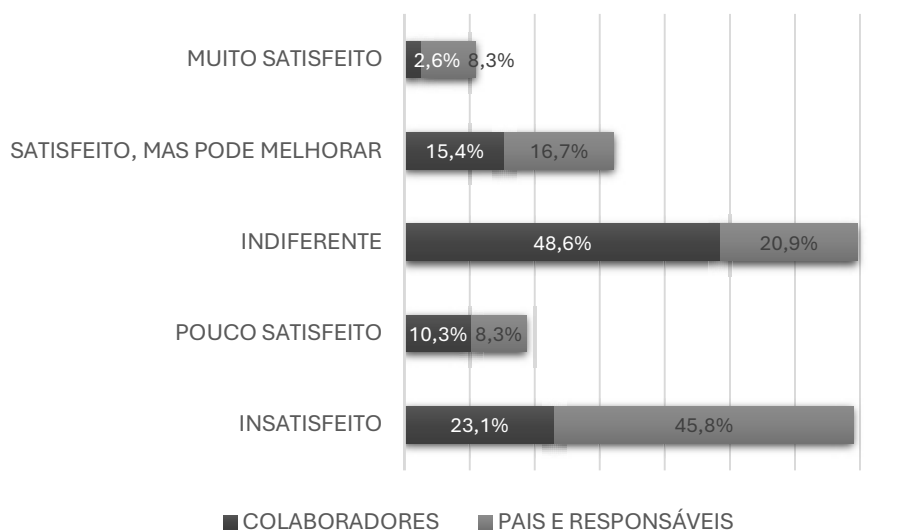
Na Brinquedoteca, o potencial e habilidades das crianças surgem de modo natural, uma vez que elas não são forçadas a realizarem atividades que não gostam, ou que não lhes são interessantes, favorecendo a ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano, resgatando um espaço para a expressão mais genuína do ser, é o espaço do exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

Os resultados indicaram que 91,1% dos participantes estão insatisfeitos com esse critério em ambos os grupos investigados, sendo essa manifestação assim indicada devido às escolas não possuírem brinquedoteca em suas dependências. Algumas delas disponibilizam poucos recursos através de brinquedos pedagógicos adquiridos por intermédio de doações de colaboradores das unidades e que ficam localizados nas salas de aula das turmas iniciais.

Vale ressaltar que esse tipo de recurso pedagógico não é caracterizado como obrigatório a ser disponibilizado nas escolas, ao mesmo tempo em que se indica como desejável, dada a possibilidade de desenvolvimento de habilidades ainda na infância, mediante o uso dos equipamentos desses espaços (Silva et al, 2021).

O oitavo critério de infraestrutura analisado trouxe um parecer dos participantes acerca da qualidade da energia elétrica fornecida para a escolas, com os resultados assim descritos no gráfico 5:

Gráfico 5 – Energia elétrica



Fonte: dados da pesquisa

Antes de analisar o resultado, vale destacar a diferença entre qualidade e disponibilidade elétrica. A qualidade elétrica é descrita como “conjunto de alterações que podem ocorrer no sistema elétrico e que podem ser representadas por qualquer problema de energia que resulte em falha ou má operação de equipamentos” (Pinheiro, 2022, p. 1). Já a disponibilidade elétrica está associada à capacidade de uma concessionária de energia fornecer energia de qualidade ao consumidor (Pinheiro, 2022).

Desse modo, de acordo com as informações comentadas pelos participantes no momento da coleta de dados, o serviço de energia elétrica que é distribuído pela concessionária de energia apresenta uma baixa disponibilidade, bem como uma qualidade inferior, o que leva à compreensão e justificativa dos resultados apresentados.

Conforme relatos, a energia que chega às escolas apresenta muita oscilação, o que tem provocado danos a alguns equipamentos mais sensíveis à variação elétrica.

Vale ressaltar que um quantitativo de 45,8% de pais demonstrou insatisfação. Esse fator está relacionado ao tempo de uso diário desse tipo de serviço, que não se limita exclusivamente ao tempo que os jovens passam nas unidades de ensino, mas também quando estes estão em suas residências e nas consequências imputadas pela baixa qualidade do serviço.

Entre os relatos dos participantes que indicaram 34,5% de insatisfações, foram mencionados que a qualidade da energia elétrica entregue na área das ilhas é deficitária, com interrupções não programadas que chegam a durar dias, provocando até a perda de insumos utilizados para o preparo da merenda escolar. Foi mencionado ainda que esses problemas eventualmente provocam instabilidade e danos aos equipamentos eletrônicos utilizados pelas escolas.

Porém, dada a necessidade de um conhecimento técnico mais aprofundado sobre o assunto, muitos participantes alegaram serem indiferentes a esse critério, exatamente por não terem capacidade técnica de fornecer um parecer a respeito, mas apenas uma opinião como usuários dos serviços. Apenas 5,5% dos participantes declararam que a energia elétrica disponibilizada está de acordo com o desejado.

Após a reforma, a escola Milton Monte começou a receber parcialmente uma infraestrutura de um sistema de geração própria de energia fotovoltaica off grid, contando com um conjunto de baterias que armazenariam energia (Castro, 2002) para a escola. Porém, até o momento da coleta de dados, esses equipamentos ainda não

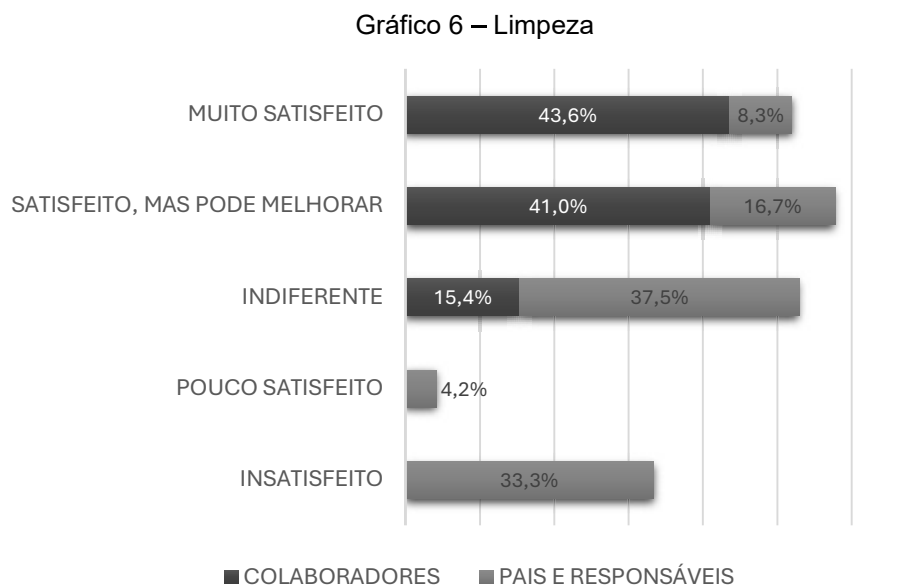
estavam em operação. Já as demais unidades recebem apenas a energia fornecida pela concessionária.

Destaca-se que as escolas não possuem equipamentos de proteção eletrônica para seus aparelhos, estando sujeitos a danos e panes por ocasião da instabilidade da energia elétrica.

O critério seguinte abordou a disponibilidade de laboratórios de práticas de ensino para os discentes, entre eles, laboratórios de ciências, informática e outros. Segundo Rodrigues “laboratórios possuem diferentes propostas de utilização, umas mais teóricas, outras mais práticas, algumas em tecnologia da informação e comunicação e outras não” (Rodrigues, 2011, p. 59).

O resultado atestou que quase todos os participantes estão insatisfeitos em relação a esse critério, visto que nenhuma das escolas apresenta espaços destinados para esse fim e nem equipamentos condizentes com essas atividades.

O próximo critério buscou constatar como as pessoas analisam o estado geral de conservação e limpeza dos espaços escolares, serviços esses mantidos por profissionais de serviços gerais, com insumos subsidiados pelos recursos financeiros mensais disponibilizados para as escolas. O resultado é demonstrado no gráfico 6:



Fonte: dados da pesquisa

Esse item apresentou 54,8% de resultados positivos por parte dos colaboradores do ensino. Por outro lado, 33,3% dos pais afirmaram que é um serviço

de infraestrutura que precisa melhorar, e ainda 37,5% declararam ser indiferentes ou não conseguir avaliar esse critério.

A diferença entre esses dois pontos de vista distintos pode estar relacionada com o tempo de permanência diária de cada um desses grupos no contexto do ambiente escolar. Professores e técnicos fazem uso diariamente, momento em que a demanda de uso e o controle são muito mais restritos, visto que a maior frequência de uso dos banheiros se faz no momento de intervalos de aula, entrada e saída. Isso permite que entre esses momentos possa ser realizada uma breve manutenção pela equipe de serviços gerais da escola, que não atua exclusivamente nessa ação.

Já os pais frequentam esses espaços em dias em que o controle é bem mais complicado e a demanda é maior, dias de reuniões e eventos escolares, momento no qual as pessoas que estão na unidade de ensino tendem a fazer mais uso dos banheiros.

Os dois pontos de vista podem retratar um cenário não constante, mas fruto de um momento específico proporcionado pelo aumento de uma demanda de uso daquelas dependências.

Vale ressaltar a excelência de atendimento desse critério envolve outro fator já mencionado anteriormente, a disponibilidade de recursos hídricos para esse fim, cujos relatos descreveram como bem limitados e contaminados. Além disso, as escolas contam com poucos profissionais atuantes nessa frente de trabalho, que eventualmente executam outras tarefas do ambiente escolar.

Para a realização deste serviço, a água utilizada requer captação dos furos e igarapés. Considerando esse fator e a dimensão dos prédios ficam responsáveis pelas ações de limpeza do ambiente um ou dois agentes de serviços gerais. O resultado retrata uma proficiência da equipe que consegue elevar o nível de satisfação mediante a realização de suas tarefas.

Importante mencionar que foi declarado pelos participantes que esses colaboradores atuam ainda em outras frentes dentro da unidade de ensino, como por exemplo, o apoio ao preparo da merenda escolar e a organização dos espaços para os eventos internos, como datas comemorativas.

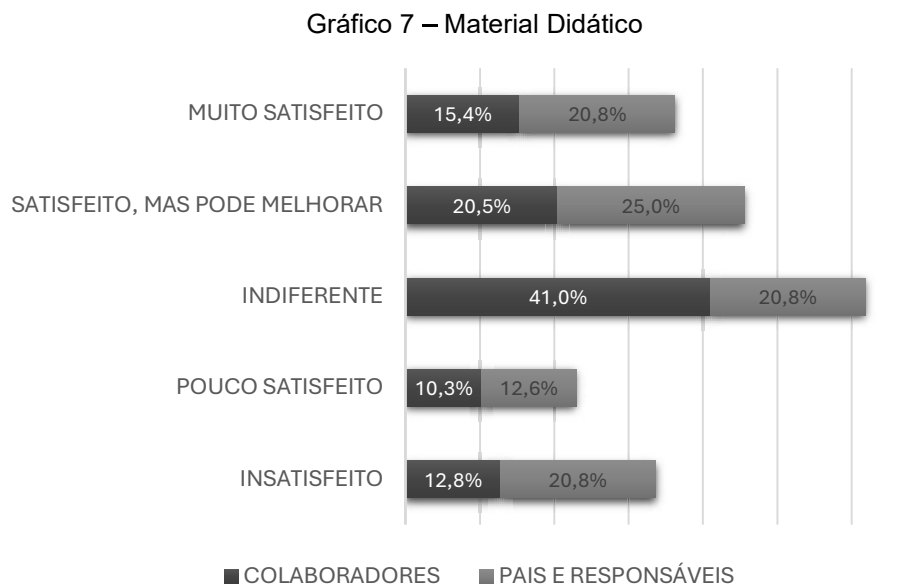
Mencionou-se também que os docentes com habilidades técnicas especiais colaboram voluntariamente para a manutenção da limpeza dos espaços, que por se tratar de um ambiente integrado à floresta, acumula muitos resíduos produzidos por

insetos ao longo da noite, sendo necessário diariamente limpar o espaço logo cedo para receber os discentes.

O material didático foi o critério seguinte a ser avaliado. A importância desse recurso é descrita por Souza (2007, p. 110) quando afirma que:

O material didático, é o meio que proporciona ao estudante uma compreensão mais clara e abrangente sobre determinados assuntos, e lhe dá capacidade de pesquisa e investigação científica, despertando interesse pelos novos conhecimentos.

No momento da coleta de dados, foi explicado aos participantes para essa análise, que deveria ser considerada não apenas a quantidade e a qualidade dos livros didáticos, mas também a disponibilidade de outros materiais que fazem parte da prática dos discentes em seu dia a dia, como os próprios insumos (cadernos, canetas, lápis, fardas, acessórios para transporte dos livros etc.) utilizados por eles. Nesse contexto, os resultados apresentados no gráfico 7 foram:



Fonte: dados da pesquisa

Os resultados mostram opiniões bem similares entre os dois grupos. Observa-se no grupo de colaboradores do ensino que a maioria dos profissionais atuantes na escola declarou não estar apta ou indiferente ao avaliar esse item.

Os 28,25% de participantes indiferentes foram influenciados por três fatores no momento da aplicação dos questionários. O primeiro fator é a associação do uso do material à sua disciplina especificamente. O segundo descreve o quantitativo como

insuficiente para distribuição na escola. E o terceiro descreve a desaprovação do conteúdo disponibilizado nos livros.

Esses mesmos participantes declararam não ter participado da escolha desses materiais, visto que a consulta aos profissionais que avaliaram as opções ofertadas ocorreu em momento anterior à sua entrada na instituição.

Ainda conforme resultados mostrados, mais de um terço dos participantes declararam estar de acordo com a qualidade e a quantidade de materiais didáticos disponibilizados aos discentes, sejam itens de consumo ou mesmo os livros destinados aos estudos.

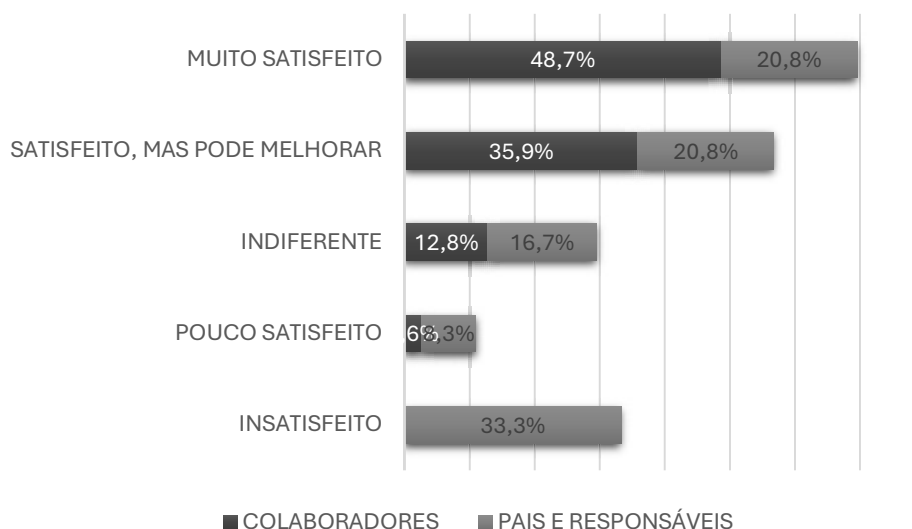
Apenas um pequeno grupo informou não aprovar, destacando fatores já mencionados, semelhantes aos justificados pelos que se declararam indiferentes, tais como a qualidade considerada insatisfatória, inclusive mencionando as fardas entregues aos discentes e a falta de itens para reposição, situação em que muitas vezes o próprio corpo técnico realiza a reposição às suas custas ou o responsável pelo aluno assume essa função.

Outro fator importante mencionado foi a não regionalidade presente no material, que por serem escolas de educação do campo, poderiam estar mais inseridas nesse contexto, respeitando essa regionalidade, o fomento à cultura e a valorização das regiões.

Os pontos de insatisfação descritos estão mais evidentes em relatos individuais de pais cujos(as) filhos(as) estão nas séries que fazem parte do primeiro ciclo, pois, conforme já abordado, eles sentem falta de um quantitativo maior a ser ofertado de materiais especiais para trabalhar em sala de aula com as séries iniciais.

O critério seguinte também foi responsável por surpreender positivamente nos resultados da pesquisa, quando abordada em relação à qualidade da merenda escolar entregue aos discentes. Os resultados foram assim descritos no gráfico 8:

Gráfico 8 – Merenda escolar



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que no grupo de colaboradores 48,7% afirma que a merenda escolar disponibilizada é de qualidade e a quantidade entregue atende aos discentes.

Informaram que a periodicidade da entrega dos insumos é regular garantindo que o aluno esteja alimentado e em condições adequadas para frequentar o ambiente escolar e realizar seus estudos.

Nesse grupo 6% declararam não aprovar a qualidade desta merenda justificou essa escolha por desejarem que entre os insumos tivessem alimentos regionais, trazendo para a mesa dos discentes produtos que são de seu consumo diário em suas residências, como frutas tropicais típicas da área e o próprio açaí, que faz parte da alimentação do povo ribeirinho. Poucos declararam não conseguir fornecer uma análise a respeito.

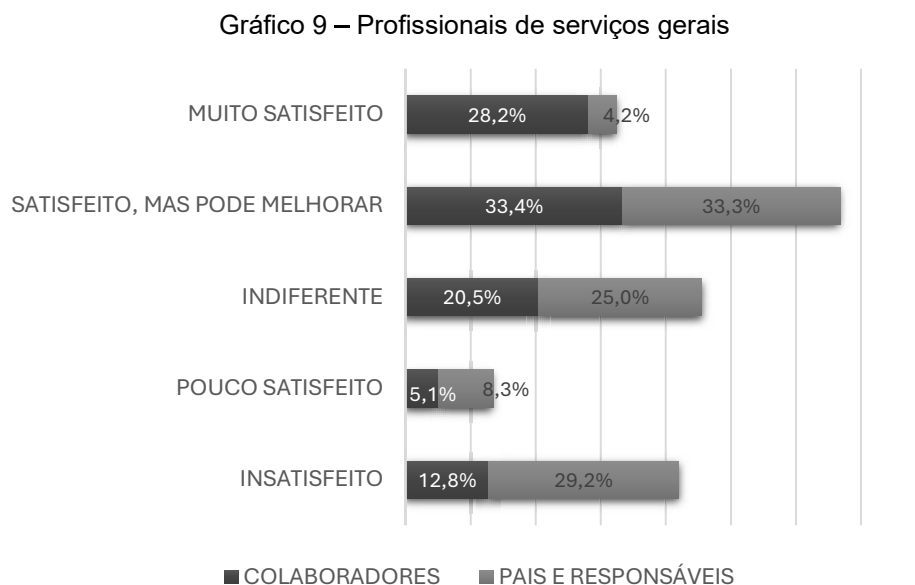
Entre os pais ou responsáveis, o índice de insatisfação foi mais expressivo. No entanto, muitos desses participantes que opinaram dessa forma indicaram que sua percepção refletia a maneira como seus filhos relataram em casa o acesso à merenda escolar, caracterizando um ponto de vista mais próximo do aluno do que aquilo que seria efetivamente constatado pelos pais nas escolas.

No período em que foi realizada a coleta de dados, os gestores das unidades de ensino informaram que tiveram intercorrências em todas as escolas relacionadas a entrega de insumos. Porém, como tinham estoque de alimentos cuidadosamente administrado pelas equipes responsáveis, foi possível reorganizar o serviço de modo a atender ao tempo em que se aguardava nova entrega de alimentos.

De fato, por observação, foi possível constatar que as crianças atendidas nas escolas recebiam, após se organizarem na chegada do início do turno, um café com biscoitos salgados ou doces; já no intervalo da merenda, era uma alimentação mais reforçada, como uma sopa ou outros itens com mais proteínas.

De fato, em nenhuma das escolas foi observada a falta desses alimentos e as crianças eram todas servidas pela equipe da escola, comiam e algumas até pediam para repetir a refeição, sendo atendidas. Não foi constatado que colaboradores usufríssem dessa mesma merenda. Esses se organizavam conforme a demanda e levavam alimentos para o café, o almoço e o lanche da equipe, com as despesas divididas entre os participantes.

O critério seguinte de infraestrutura abordou a atuação de profissionais de serviços de manutenção corretiva e preventiva do espaço escolar. A conservação do ambiente é um fator determinante para que o aluno possa perceber que está em um espaço agradável, seguro e bem cuidado. Os resultados foram assim descritos no gráfico 9:



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que a opinião de quase 30% dos profissionais atuantes na escola relata que a maioria afirma que esses profissionais conseguem realizar bem os serviços de manutenção predial. Essa avaliação apresenta uma relatividade devido a um fator externo: muitas dessas manutenções são realizadas com o apoio de cooperativas de barqueiros, parentes de discentes e docentes, pessoas com

habilidades específicas para realizar esse tipo de trabalho que muitas vezes envolve carpintaria, capinagem, trabalho na água, etc.

Essa informação foi relatada de forma recorrente por alguns responsáveis que atestaram insatisfação, onde informaram que essas manutenções só acontecem de fato por conta da participação da comunidade.

Nesse grupo também é sinalizada a baixa disponibilidade de profissionais contratados pelo poder público para esse fim. Alguns participantes informaram que preferiam não tecer comentários para não se indispor a respeito.

As escolas informaram também que conseguem essas manutenções por intermédio da secretaria que as gerencia, mas é uma ação que demanda uma solicitação antecipada, dada a escassez de profissionais contratados ou a dificuldade nos processos em que essa contratação é terceirizada. Mencionaram a existência de uma agenda de atendimento de profissionais para este fim que estão vinculados à Secretaria de Educação Municipal.

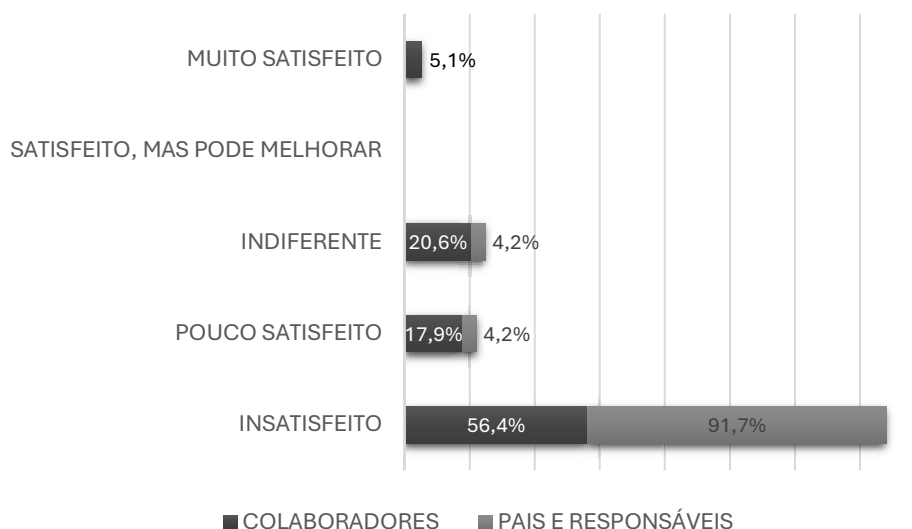
Mesmo assim, 21% participantes afirmou que, de alguma forma, essa manutenção precisa passar por melhorias. Essa mesma proporção declarou ser indiferente ao critério ou não conseguir opinar a respeito.

O próximo item avaliado aborda a disponibilidade de recursos tecnológicos para o desenvolvimento do trabalho na escola. Segundo Sousa (2018, p. 3):

A importância de utilizar recursos tecnológicos pelo educador faz com que as aulas sejam mais vantajosas, na utilização de elementos que sejam um diferencial na aprendizagem aderindo-se a uma nova maneira de ensinar na utilização de recursos que possibilite a construção do conhecimento e momentos prazerosos na hora de aprender. A importância instrumental não está nos meios, mas na maneira como se integram na atividade didática, em como eles se inserem no método porque é este que os articula e lhes dá sentido no desenvolvimento da ação.

A presença desses materiais na escola ainda esbarra em muitos obstáculos quando relacionado com elemento indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem nas séries iniciais, principalmente motivado pela dificuldade em dispor de recursos para compra dos equipamentos para o investimento em infraestrutura e manutenção dos materiais. Observa-se no gráfico 10 os resultados:

Gráfico 10 – Recursos tecnológicos



Fonte: dados da pesquisa

Nesse critério 91,7% dos participantes do grupo de pais ou responsáveis declara estar de alguma forma insatisfeitos com a oferta dos recursos tecnológicos. Já entre os colaboradores, esse percentual também foi de 56,4%, dividido entre os que estavam pouco ou completamente insatisfeitos.

Esse descontentamento se traduz pelo fato dessas escolas não terem sido contempladas com materiais tecnológicos eletrônicos para ofertar. São escolas que não possuem projetor, computadores, tablets, enfim, não são entregues por intermédio da gestão para uso no ambiente escolar.

Os pais entendem e expressam em seus relatos que gostariam muito de ver seus jovens usando computadores, alguns até arriscaram dizer que seus(suas) filhos(as) têm mais acesso à tecnologia em casa do que na escola, independentemente de suas condições financeiras. Conforme relatos, são problemas que já deveriam ter sido pelo menos parcialmente sanados, dada a variedade de equipamentos tecnológicos que hoje é disponibilizado no mercado ao consumidor.

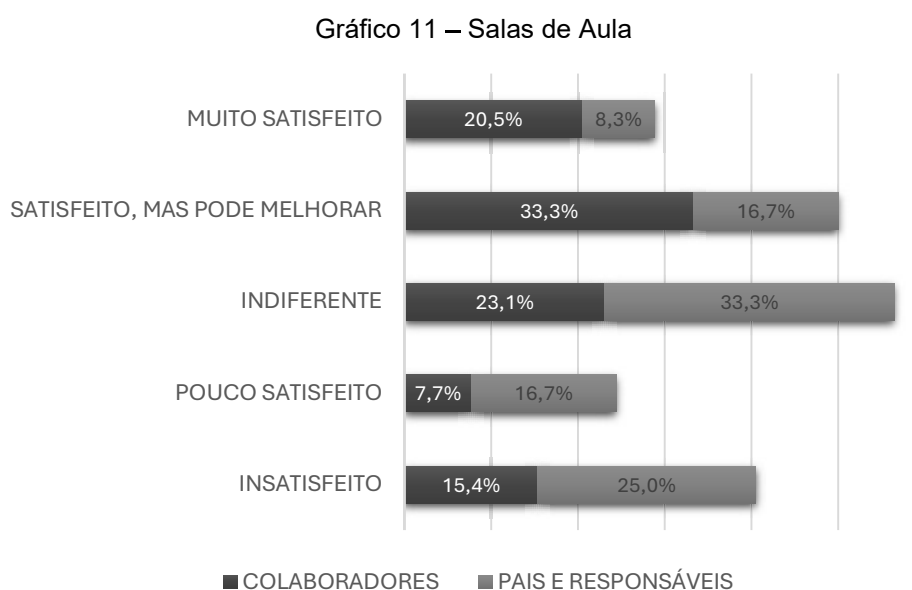
O grupo que representa os que estão satisfeitos pertence aos profissionais do anexo São José que possuía no período da coleta de dados uma televisão, equipamento esse deslocado internamente pelos docentes como recurso tecnológico. Mas os computadores ligados ao aparelho eram de uso particular dos docentes. Mesmo assim, o uso desse recurso é afetado pela qualidade da energia elétrica que chega até a unidade de ensino, já abordada em critério anterior. Já os indiferentes

foram representados por colaboradores que afirmaram não necessitar do uso desse tipo de recurso.

Excluso o item mencionado no parágrafo anterior como recurso tecnológico, o que é utilizado para este fim é proveniente de iniciativas independentes dos profissionais que atuam nas escolas, seja através de uma coleta de valores com os interessados, ou por via de premiações e doações recebidas por essas instituições.

Uma particularidade está relacionada ao anexo Santo Antônio, que foi contactado por uma faculdade privada da capital e selecionado para ser contemplado com a participação em um projeto dessa instituição, cuja finalidade será a entrega de computadores para uso na escola.

Avalia-se agora o nível de satisfação da comunidade escolar com as salas de aulas disponibilizadas nas escolas. Os resultados são descritos no gráfico 11:



Fonte: dados da pesquisa

Nesse item, os resultados apresentam-se inversamente proporcionais entre os dois grupos. A avaliação dos participantes demonstra que 53,8% dos profissionais atuantes nas escolas estão de acordo com o padrão das salas de aula utilizadas. Mesmo assim, ainda nesse grupo, há um percentual de 23,1% de participantes que não concordam.

Já no grupo de pais ou responsáveis, a manifestação é exatamente o inverso do primeiro grupo. O nível de insatisfação é bem mais expressivo, chegando a quase 32% entre aqueles que concordam que o espaço atende à demanda dos alunos.

Entre os relatos obtidos no momento da aplicação dos questionários, as observações mais diretas foram em relação à impossibilidade de ter um melhor isolamento acústico entre salas, bem como garantir a proteção dos discentes em relação à entrada de insetos no período marcado pela forte ocorrência desses, geralmente na temporada de inverno amazônico.

Alguns participantes justificaram a insatisfação no critério, manifestando o desejo de que as salas de aula fossem fechadas e refrigeradas, como as utilizadas na capital. Alegaram que esse tipo de estrutura ajudaria a evitar problemas recorrentes com a presença de insetos, principalmente no período de inverno, onde poucos dias após as chuvas eles começam a eclodir na margem dos rios e procuram os ambientes internos da floresta, e na interseção desse caminho estão localizadas as salas de aula.

Para prover essas modificações seria necessário atuar em outros fatores, como por exemplo, mudar o padrão das arquiteturas regionalizadas dos espaços escolares, melhorar a estabilidade da energia elétrica disponibilizada na ilha e um cumprimento efetivo de manutenção desses equipamentos.

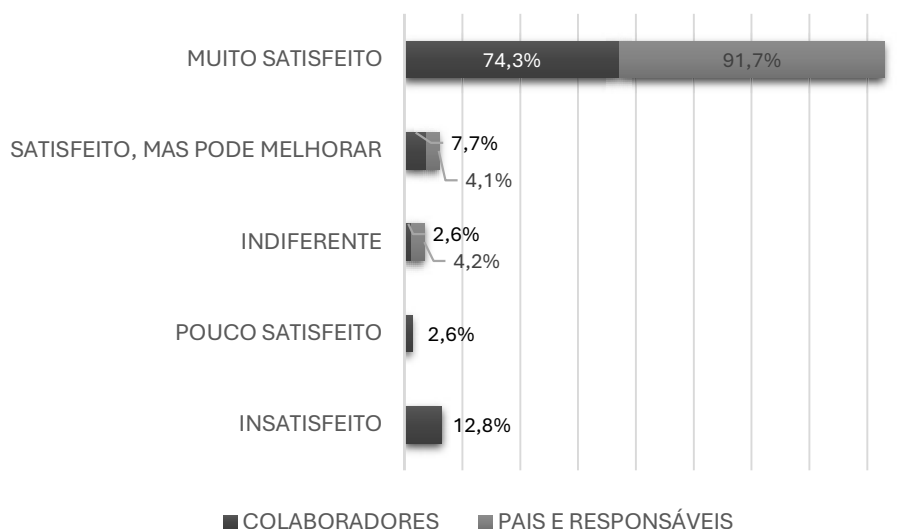
Conforme já comentado anteriormente, o formato físico das salas de aula hoje ainda é criado com traços originais das malocas amazônicas, representadas por salas em forma circular, com meia parede, sem janelas, abertas para garantir a ventilação. Porém, como a vegetação da área geralmente apresenta árvores muito altas ao seu redor, essa ventilação acaba sendo prejudicada, não atingindo assim ao seu objetivo inicial. Já existem unidades que possuem salas de aula que não usam mais esse formato, na verdade integram os dois tipos de construções no mesmo ambiente.

Foram narradas manifestações descrevendo que até então não estariam atentos ao que é ofertado ou mesmo desconhecendo o padrão das salas usadas.

O último segmento de infraestrutura operacional avaliado foi o transporte escolar, quesito esse que aborda o deslocamento de toda a comunidade escolar, técnicos, docentes e discentes até seu local de estudo e trabalho.

Por conta da localização das escolas e das comunidades que são atendidas por elas na área das ilhas, o transporte desponta como um fator que sempre influenciará no absenteísmo dessa comunidade, o que caracteriza um desafio para gestores. Os resultados obtidos são expressos no gráfico 12:

Gráfico 12 – Transporte Escolar



Fonte: dados da pesquisa

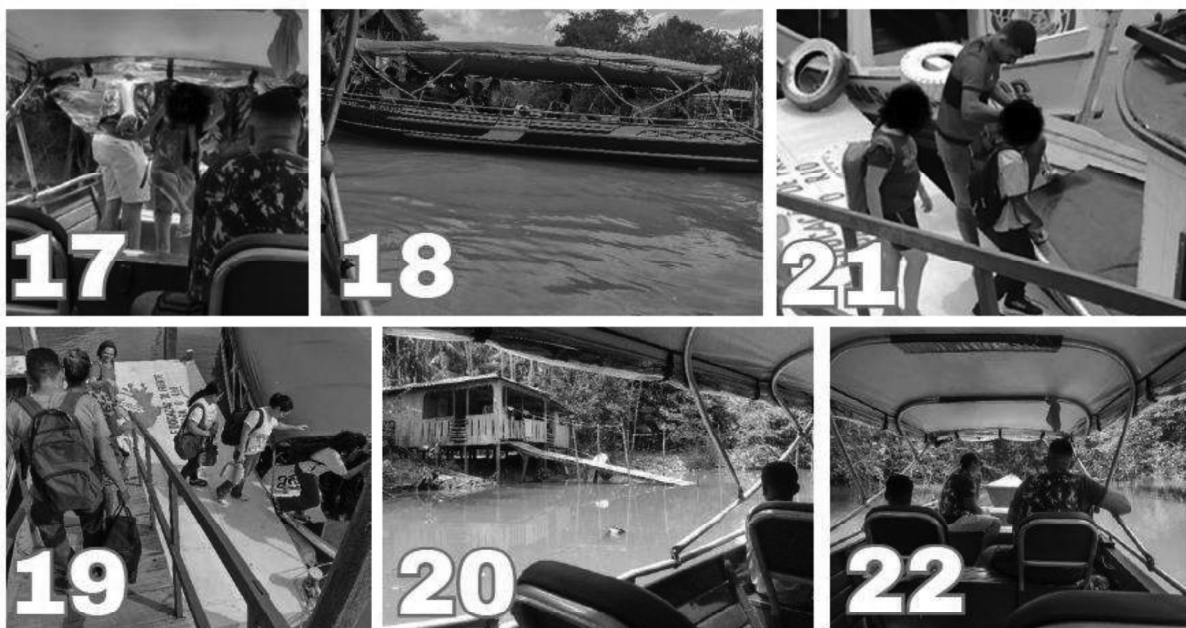
Verifica-se, então, que o transporte escolar apresentou entre 80% e 90% de percentual de satisfação pela maioria dos participantes dos dois grupos.

Apenas 12% dos colaboradores se declararam insatisfeitos ou indiferentes à qualidade do transporte. Os comentários dos insatisfeitos estavam relacionados a problemas pontuais, como por exemplo, um eventual desencontro entre os estudantes e o barco no horário previsto de embarque. Já os indiferentes foram representados por pessoas que faziam uso de embarcação própria para deslocamento na ilha, local de suas moradias.

O resultado positivo é associado ao formato como esse serviço é realizado na atualidade. Os barcos são disponibilizados pela SEMEC para fazer o deslocamento dos discentes de suas residências até a escola, retornando ao término da aula ao ponto de origem. Desse modo, ele é acolhido na porta de sua residência e no final do turno é entregue no mesmo local aos seus pais ou responsáveis. A qualidade desse serviço é um dos fatores que atua como grande facilitador e impulsionador da presença das crianças nas escolas.

Toda a logística é planejada no início do ano a partir do período de matrícula, onde são verificadas as moradias e definidos os percursos, os tipos de barcos e os horários que farão o atendimento à comunidade escolar. Observa-se no mosaico de imagens da figura 17 momentos da execução desse serviço de transporte:

Figura 17 – Registros da execução do serviço de transporte



Fonte: Autor da pesquisa

Todos os barcos contam com o piloto e mais um profissional para auxiliar no embarque dos passageiros, como é observado nos recortes 17 e 21 da figura. Para todos são disponibilizados e exigidos o uso de coletes salva vidas, em respeito a orientação obrigatória da Capitania dos Portos, que regulamenta e fiscaliza as atividades de deslocamento fluvial na área.

Duante toda a operação foi possível constatar que o condutor e o auxiliar usam coletes salva vidas. Ao se acomodar na lancha, os discentes também colocam o equipamento de proteção, tudo acompanhado pelos profissionais executores do serviço.

Os barcos ficam ainda disponíveis nas escolas para eventualidades durante o período de aula, bem como auxiliam na prestação de serviços para atender às demandas dessas, como por exemplo, o transporte de água potável para uso nas unidades.

São disponibilizados barcos que cobrem áreas atendidas por cada uma das unidades de ensino. Essas embarcações são dimensionadas e selecionadas conforme o local onde as pessoas habitam e a quantidade de passageiros que serão transportados a partir desse local. Um grande barco que acomode 42 pessoas sentadas não consegue acessar espaços onde o leito do rio é mais raso, ficando a cargo de lanchas para 12 ou 14 passageiros fazerem esse deslocamento. Eventualmente, quando o acesso é difícil para lanchas pequenas, os pais precisam

deslocar seus filhos em barcos menores até um ponto mais próximo com acesso para as lanchas, configurando um ponto de conexão neste transporte.

Alguns discentes fazem uso de portos públicos, como por exemplo o porto da CEASA. Outros fazem suas operações de embarques em pontes localizadas em suas residências, como visto nos recortes 20 e 22 da figura, mesmo que esse embarque precise ser feito em um local cujo acesso é ainda mais estreito.

Para os docentes e técnicos, a saída é feita diariamente às 6h30 da manhã a partir de um porto particular na capital, deslocando os profissionais até as cinco unidades de ensino e retornando após o dia de trabalho, por volta de 16h30, como ilustrado o recorte 19 da figura. Não foram fornecidos detalhes acerca do acordado sobre esse serviço, se é em regime de parceria, contratação, permuta ou outro tipo de acordo.

Toda essa caracterização faz com que o transporte se mostre como um dos melhores serviços de infraestrutura disponibilizado para a comunidade escolar. Com base nas informações de infraestrutura coletadas e registradas, a figura 18 apresenta um resumo dos resultados referentes aos critérios de infraestrutura investigados junto ao grupo de profissionais que atuam nas escolas:

Figura 18 – Resumo dos resultados de infraestrutura investigados – profissionais atuantes nas escolas

<b>Crêterios de Infraestrutura Investigados</b>			
<b>Profissionais atuantes nas escolas - Resultados</b>			
<b>Cr�terio Avaliado</b>	<b>Satisfeitos</b>	<b>Insatisfeitos</b>	<b>Indiferentes</b>
Acessibilidade	23,1 %	64,1 %	12,8 %
Acesso � Internet	10,3 %	87,1 %	2,6 %
�gua Potável	-	92,3 %	7,7 %
Atendimento clínico emergencial	18 %	51,3 %	30,7%
Banheiros	48,8 %	25,6 %	25,6 %
Biblioteca	41,0 %	41,1 %	17,9 %
Brinquedoteca	2,6 %	97,4 %	-
Energia elétrica	18,0 %	33,4 %	48,6 %
Laboratórios	-	100,0 %	-
Limpeza	84,6 %	-	15,4 %
Material Didático	35,9 %	23,1 %	41,0 %
Merenda escolar	84,6 %	2,6 %	12,8 %
Profissionais de serviços gerais	61,6 %	17,9 %	20,5 %
Recursos Tecnológicos	5,1 %	74,3 %	20,6 %
Salas de aula	53,8 %	23,1 %	23,1 %
Transporte escolar	82,0 %	15,4 %	2,6 %

Fonte: dados da pesquisa

A figura 19, apresenta a síntese dos resultados de infraestrutura investigados junto aos pais ou responsáveis.

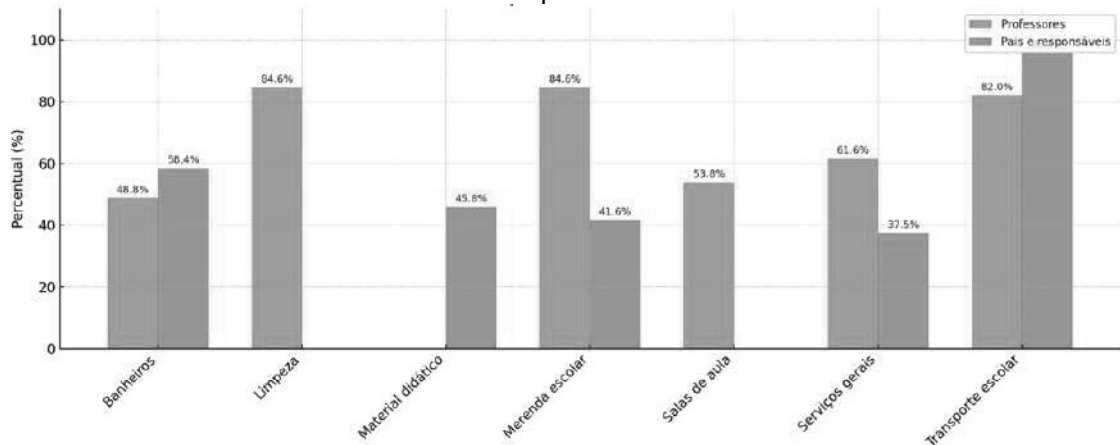
Figura 19 – Resumo dos resultados de infraestrutura investigados – pais ou responsáveis

<b>Crêterios de Infraestrutura Investigados</b>			
<b>Pais ou Responsáveis - Resultados</b>			
<b>Cr�terio Avaliado</b>	<b>Satisfeitos</b>	<b>Insatisfeitos</b>	<b>Indiferentes</b>
<b>Acessibilidade</b>	20,8 %	58,4 %	20,8 %
<b>Acesso � Internet</b>	-	95,8 %	4,2 %
<b>�gua Potável</b>	8,3 %	83,4 %	8,3 %
<b>Atendimento clínico emergencial</b>	4,2 %	83,3 %	12,5 %
<b>Banheiros</b>	58,4 %	16,6 %	25,0 %
<b>Biblioteca</b>	20,8 %	41,7 %	37,5 %
<b>Brinquedoteca</b>	8,4 %	87,4 %	4,2 %
<b>Energia elétrica</b>	25,0 %	54,1 %	20,9 %
<b>Laboratórios</b>	-	95,8 %	4,2 %
<b>Limpeza</b>	25,0 %	37,5 %	37,5 %
<b>Material Didático</b>	45,8 %	33,4 %	20,8 %
<b>Merenda escolar</b>	41,6 %	41,6 %	16,8 %
<b>Profissionais de serviços gerais</b>	37,5 %	37,5 %	25,0 %
<b>Recursos Tecnológicos</b>	-	95,9 %	4,1 %
<b>Salas de aula</b>	25,0 %	41,7 %	33,3 %
<b>Transporte escolar</b>	95,8 %	4,2 %	-

Fonte: dados da pesquisa

Portanto, a qualidade do ensino no que se refere a infraestrutura, tanto para professores quanto pais ou responsáveis, apresentam-se satisfatórios em 4 dos 16 itens pesquisados, conforme ilustra o gráfico 13:

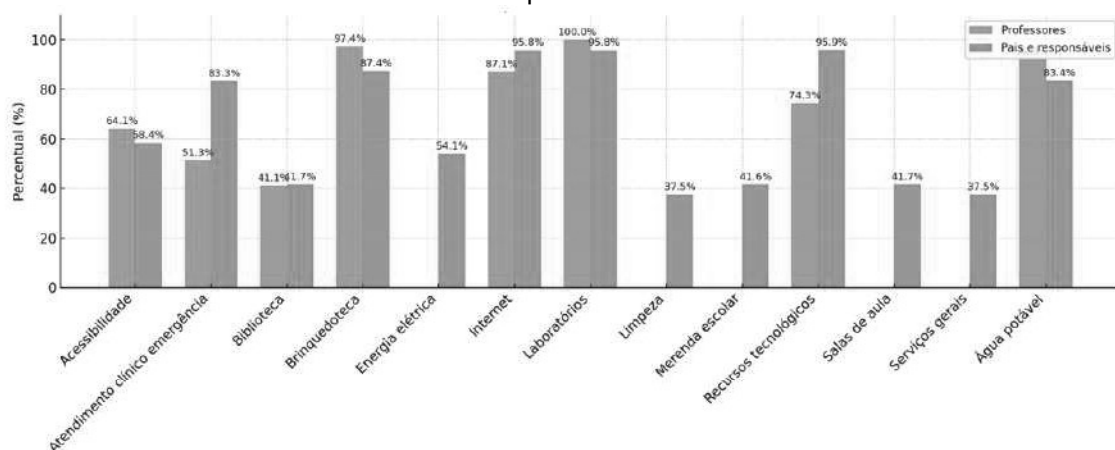
Gráfico 13 – Comparativo de Satisfeitos



Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere a insatisfação, ela é percebida em 8 critérios dos 16 avaliados, conforme exhibe o gráfico 14:

Gráfico 14 – Comparativo de Insatisfeitos



Fonte: Dados da pesquisa

O segundo grupo de critérios investigados, que buscam responder a QN1 - qualidade do ensino ofertado. Este conjunto avaliado está relacionado às características operacionais do ensino e avalia a forma como a escola realiza seu serviço e o nível de satisfação da comunidade escolar com a execução de suas atividades, demonstrando como o corpo técnico tem realizado seu trabalho, na visão do provedor do serviço e do cliente atendido.

Por se tratar de uma análise da prestação dos serviços educacionais e da possibilidade de existirem divergências entre perspectivas dos grupos, foram inseridos questionamentos complementares tratados apenas com grupos específicos.

Desse modo, para o grupo de colaboradores do ensino foram inseridas três perguntas exclusivas que abordam a formação continuada e a participação da família na vida escolar dos seus jovens. Os critérios operacionais desse grupo são apresentados na figura 20. Destaca-se nas circunferências com um tom de verde mais claro as perguntas específicas desse grupo:

Figura 20 – Critérios operacionais investigados – colaboradores do ensino



Fonte: dados da pesquisa

Já para o grupo de pais ou responsáveis, foram inseridas oito perguntas para auxiliar a contextualização acerca de como os familiares avaliam o resultado do trabalho de professores e técnicos escolares.

O propósito dessa diretriz foi fornecer mais detalhes de percepções desse grupo que auxiliarão na caracterização do cenário descrito com foco na avaliação da qualidade do serviço, detalhando a análise dos pais acerca do que é ofertado pelas unidades de ensino. A figura 21 apresenta os critérios operacionais investigados desse segundo grupo. Novamente destacam-se nas circunferências com um tom de verde mais claro as perguntas específicas desse grupo:

Figura 21 – Critérios operacionais investigados – pais ou responsáveis



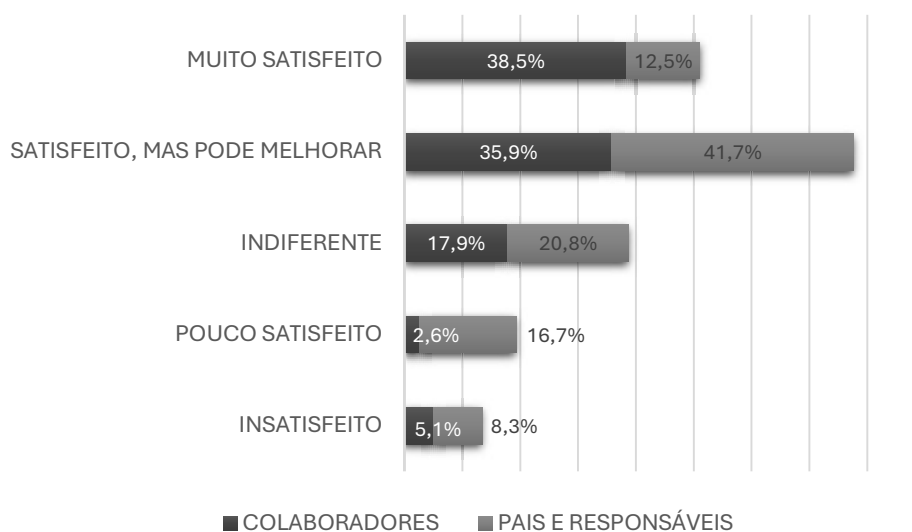
Fonte: dados da pesquisa

O primeiro critério pesquisado questionou os participantes sobre a oferta de atividades extraclasse, aquelas que promovem o aprendizado através de visitas supervisionadas em outros lugares que transcendem os muros da escola, como por exemplo oportunizar aos discentes conhecer teatros, museus, espaços de projetos culturais, feiras e eventos escolares ou científicos.

Alguns discentes das escolas das ilhas sul de Belém tiveram participaram do congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sediado na Universidade Federal do Pará em 2024. Outras participações registradas foram em olimpíadas de Matemática.

Vale ressaltar que algumas dessas atividades podem ser realizadas longe da área de ilhas, o que demanda o uso de mais de um modal de transporte para deslocamento dos discentes, sendo necessária a organização e reserva prévia desses transportes junto à SEMEC. Os resultados obtidos são descritos no gráfico 15:

Gráfico 15 – Oferta de atividades extraclasse



Fonte: dados da pesquisa

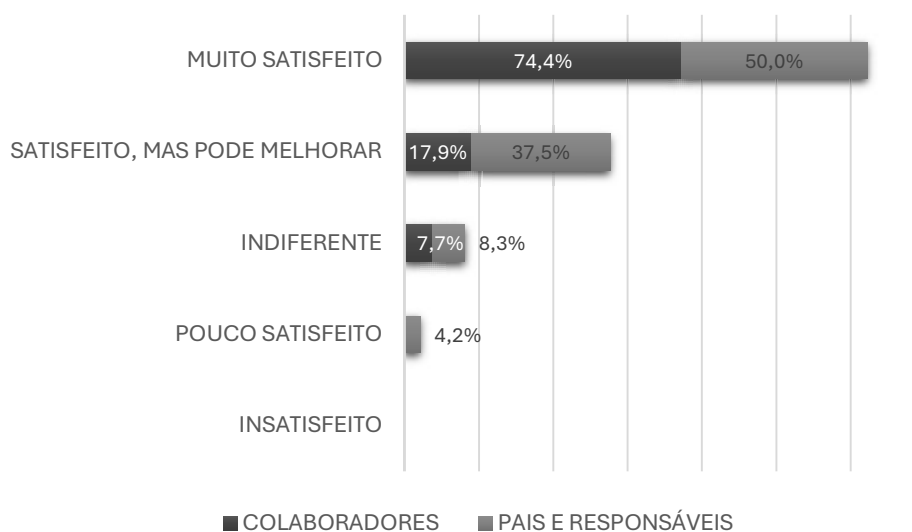
Apesar da dificuldade de deslocamento dos discentes das ilhas, a maioria da comunidade escolar definiu em ambos os grupos estar satisfeita com as oportunidades que surgiram para esse fim. Ainda que sejam sinalizadas dificuldades de agendamento e efetivação do transporte, docentes e técnicos conseguem realizar essas atividades através de projetos, em apoio ao ensino.

Destaca-se que a manifestação dos pais é sempre bem mais direcionada pela vontade de que as oportunidades desse tipo de atividades sejam disponibilizadas às crianças com mais frequência, independentemente dos ajustes logísticos já mencionados, e assim justificam os que opinaram com índices de insatisfação.

O item seguinte deu ênfase às atividades realizadas nas dependências da escola, os eventos escolares. São programações especiais e celebrações de datas comemorativas do calendário acadêmico regular.

Esses eventos ocorrem com muito mais frequência que os do grupo anterior, pois seu planejamento exige mais controle e esforços internos provenientes da própria comunidade escolar. Outro ponto forte dessas atividades é o fato de possibilitar a participação de pais e convidados. Nesse aspecto, os resultados descritos no gráfico 16 foram:

Gráfico 16 – Oferta de eventos escolares



Fonte: dados da pesquisa

Nesse critério quase 90% dos participantes atestaram grande satisfação demonstrando que aprovam a qualidade e a quantidade de eventos escolares ofertados. Apenas um pequeno percentual de 20,2% declarou não conseguir opinar a respeito e poucos manifestaram algum tipo de insatisfação.

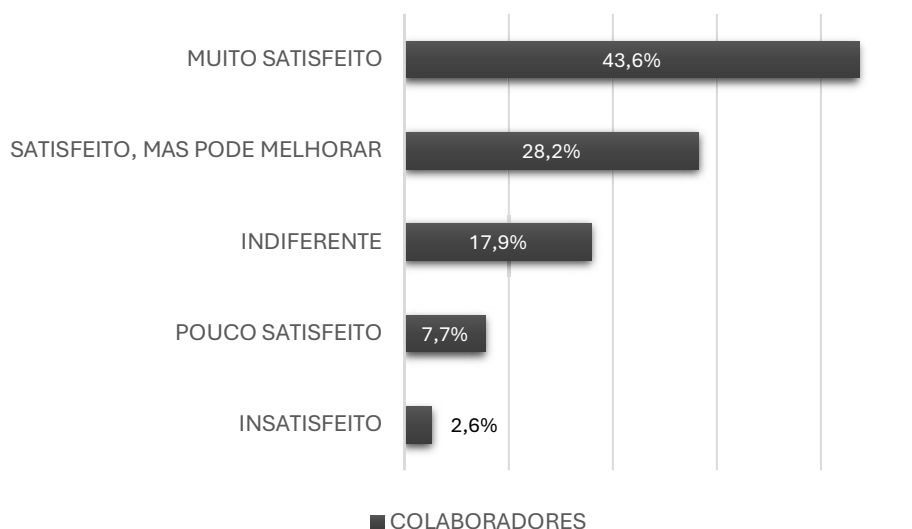
Esse cenário comprova que as ações as quais a escola consegue realizar internamente sempre são observadas como um ponto forte pela comunidade escolar, e a interação proporcionada entre a família, o discente e a escola configuram um excelente meio para que os três grupos atuem efetivamente na formação educacional das crianças e adolescentes.

Os critérios seguintes avaliaram a formação continuada dos docentes e técnicos das unidades de ensino. Como já informado, a pergunta foi respondida exclusivamente pelos colaboradores das unidades de ensino.

A formação continuada hoje é ofertada em sua maioria por ações criadas pelo próprio planejamento da SEMEC, com calendários regulares e alternância entre grupos específicos. São disponibilizadas formações mensais cujo a participação dos colaboradores constitui um fator relevante na avaliação de desempenho desses.

Essas formações são realizadas em grupos de modo a garantir que os discentes não fiquem sem aula nesses dias. Na primeira instância fora perguntado aos participantes como eles avaliam a qualidade e a quantidade de ofertas de ações de formação continuada aos professores. Os resultados obtidos foram descritos no gráfico 17:

Gráfico 17 – Oferta institucional de capacitação



Fonte: dados da pesquisa

Nesse critério 43,6% dos profissionais do ensino entrevistados declararam estar satisfeitos com as oportunidades de eventos para qualificação da equipe, comentando positivamente no momento da aplicação do questionário de pesquisa acerca da qualidade e da frequência a qual essas formações são ofertadas. Todavia 17,9% declararam indiferentes ao analisar esse critério e menos de 10% atestaram insatisfação.

No momento da coleta de dados houve algumas manifestações orais por parte dos participantes que atestaram insatisfação. Entre elas foram descritos o interesse em uma definição de temas mais diversificados, incluindo, por exemplo, aspectos específicos do ensino no campo. Outro comentário relevante solicitava que a comunidade escolar pudesse sugerir temas ou palestrantes para abordagens futuras.

A segunda pergunta que envolveu esse critério discorreu acerca da participação efetiva da equipe técnica e docentes nas capacitações. Um total de 97,4% dos participantes declara estar satisfeito com essa participação e apenas 2,6% informam que não conseguiriam avaliar o critério.

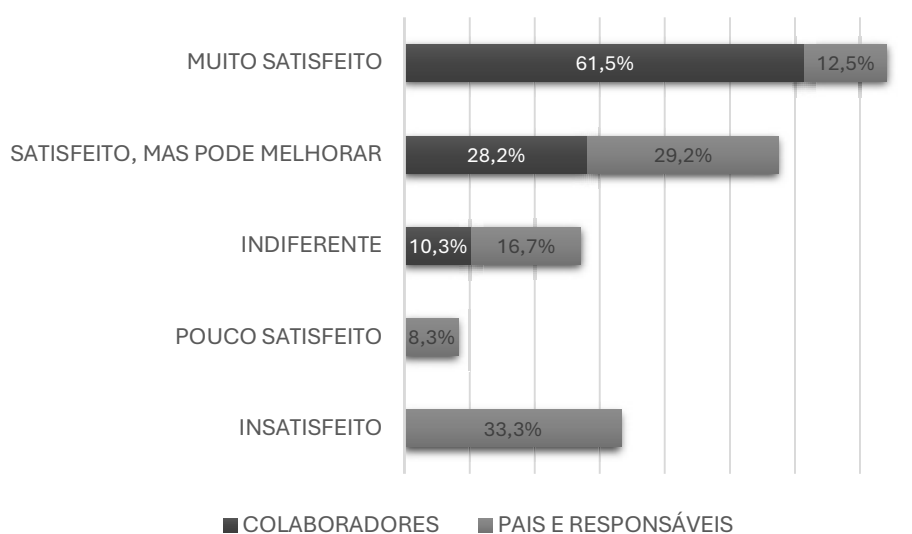
O resultado desse item é respaldado pelo fato de que as ações de formação continuada são caracterizadas como de participação compulsória, estando vinculadas à distribuição das atribuições e contando com uma reserva de carga horária dos profissionais das unidades de ensino destinada a esse fim.

As próximas perguntas promovem uma análise acerca da interação e do envolvimento de membros da comunidade escolar no exercício efetivo de seus papéis,

ao longo da operacionalização dos serviços educacionais da busca pela formação do indivíduo. Eles analisam parte das relações que envolvem o discente, a escola, seus colaboradores e a família. Foram descritas perspectivas diferenciadas e integradas desse acompanhamento.

O primeiro questionamento avaliou a qualidade do acompanhamento efetivo dos discente por parte dos professores, sob a perspectiva dos dois grupos investigados. Os resultados são descritos no gráfico 18:

Gráfico 18 – A acompanhamento dos professores aos discentes



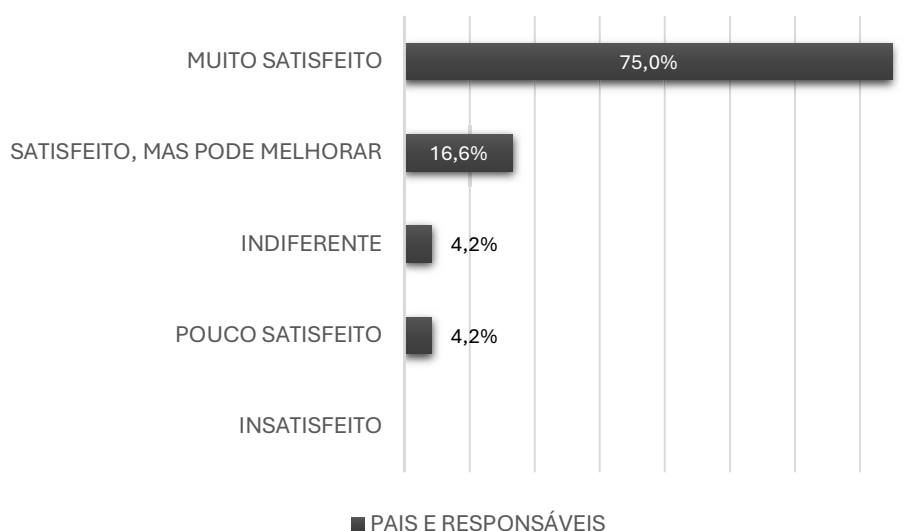
Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que no grupo de colaboradores do ensino, mais de 90% dos participantes avaliam de forma positiva esse acompanhamento, contrariando a opinião dos pais ou responsáveis, que atestam essa eficiência em pouco mais de 40% e se manifestam negativamente praticamente na mesma proporção.

A análise desse resultado pode retratar uma premissa já conhecida do relacionamento entre família e escola, onde em muitas ocasiões a família acredita que a escola poderia fazer um atendimento mais ativo e individualizado dos discentes.

Foi questionado em seguida como os pais avaliavam o relacionamento existente nessa interação entre professores e alunos. Essa pergunta foi incluída por conta de registros encontrados na RSL realizada que atestam naquela ocasião alguns docentes demonstravam não ter identidade com o ambiente escolar na região de ilhas, apresentando dificuldades de interação com seus alunos. O resultado é apontado no gráfico 19:

Gráfico 19 – Como você avalia a relação professor e alunos?



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que o mesmo grupo de pais que questiona a qualidade do acompanhamento realizado pelos professores aos alunos atesta em seguida que, apesar desse contexto, a interação entre eles é muito satisfatória, com poucas narrativas indicando um descontentamento nesse critério, possivelmente provocadas por problemas individuais ocorridos e não narrados pelos participantes.

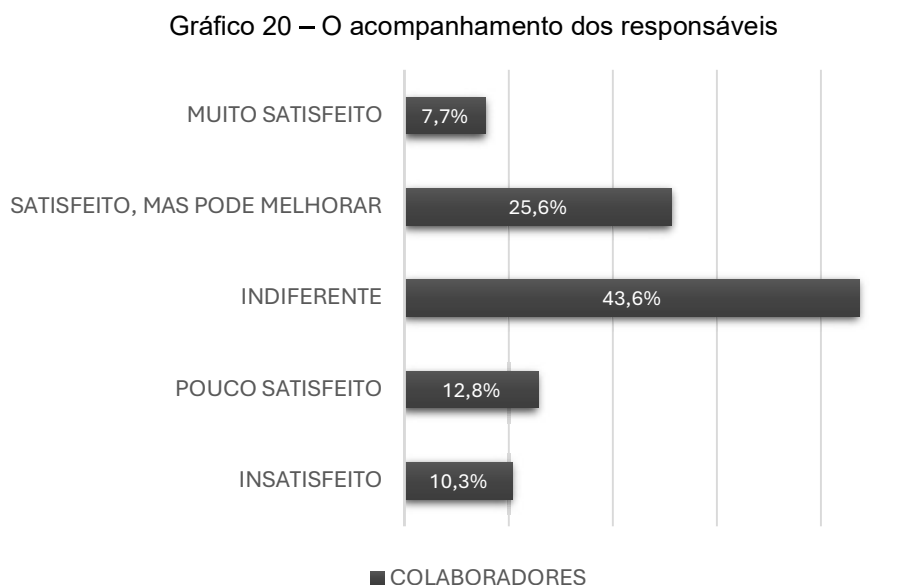
Vale destacar que o pesquisador teve oportunidade de perceber momentos dessa interação ao longo dos dias de coleta de dados, observando a empatia manifestada de ambos os lados. Essa interação era percebida desde o momento do embarque no transporte escolar, estendendo-se em sala de aula e nos espaços compartilhados com todos em diversos momentos.

Esse fator demonstra um progresso positivo diante do diagnosticado na RSL e se traduz ainda no compromisso que os educadores possuem com a preocupação acerca da evolução de seus discentes.

Mesmo assim, muitos condutores do processo de ensino, sejam eles docentes ou outros técnicos, atestam não ter como prover plenamente um acompanhamento individualizado e efetivo, dada a quantidade de alunos a serem assistidos e as demandas da práxis docente.

De fato, muitas diretrizes e ações interagem para proporcionar esse cenário e, por consequência dele, incentivar para um menor absentéismo discente, reduzindo índices de evasão e gerando qualidade ao serviço educacional ofertado.

Analisando outro aspecto dessa relação da tríade discente, escola e família, foi questionado aos colaboradores do ensino como eles percebiam a dedicação efetiva dos pais ao acompanhamento da vida escolar dos filhos. A percepção é apresentada no gráfico 20:

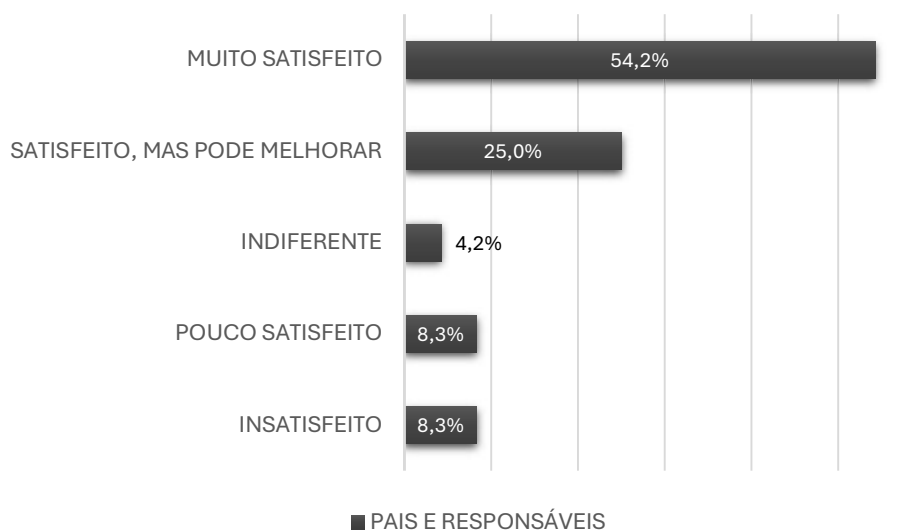


Fonte: dados da pesquisa

Esse resultado surpreende quando registra que 43,3% dos participantes são indiferentes, seja por falta de acompanhamento da participação desses pais responsáveis das atividades da escola, ou mesmo por não conseguir mensurar a respeito dessa participação. Isso pode ser respaldado pela presença dos pais no ambiente escolar eventualmente, conforme descrito pela equipe.

Na pergunta seguinte, os pais foram questionados se a escola os convida para participar das atividades escolares dos seus jovens. O resultado atesta essa avaliação de forma positiva, com quase 90% dos participantes, como é possível descrever no gráfico 21:

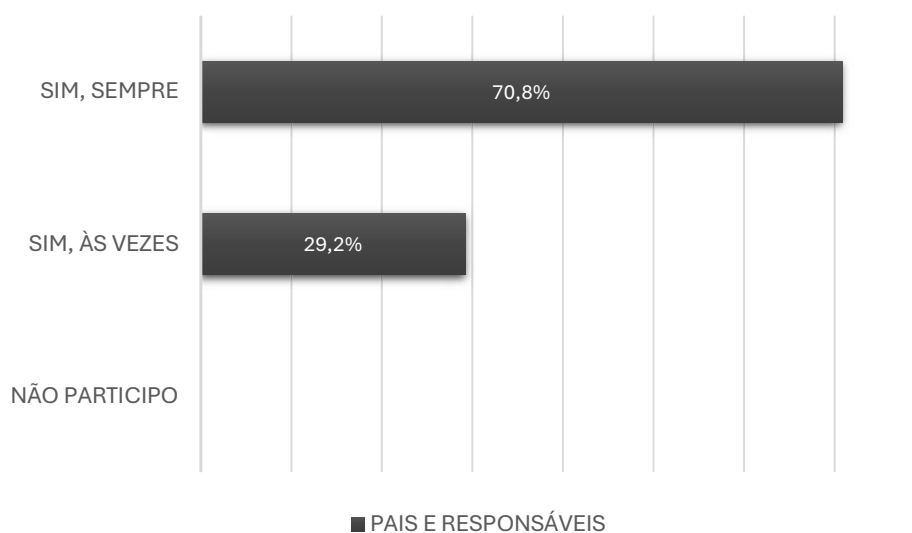
Gráfico 21 – A escola convida os pais para participação nas atividades escolares?



Fonte: dados da pesquisa

A próxima pergunta feita ao grupo de pais aborda sua participação efetiva nos momentos em que eram convidados pela escola a essa participação. Na resposta indicada no gráfico 22 atesta 70,8% que se declaram presente nas atividades escolares:

Gráfico 22 – Você participa em eventos e reuniões na escola?

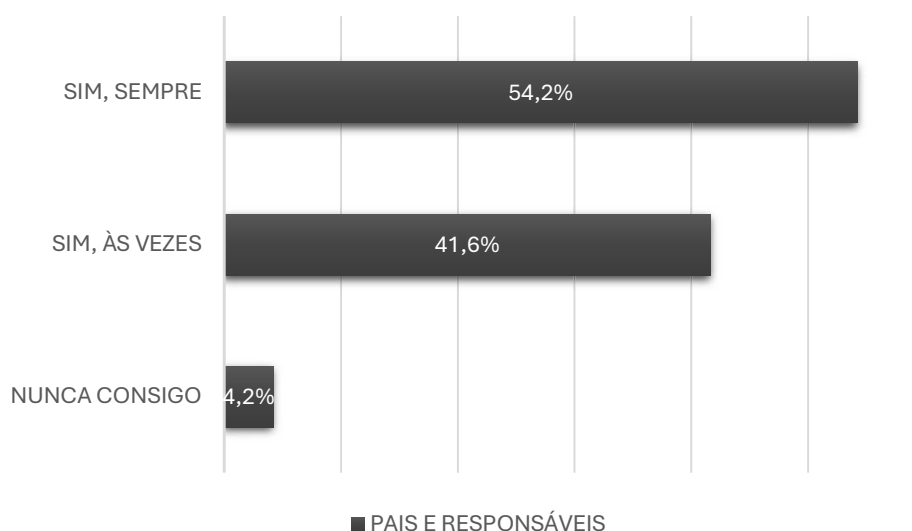


Fonte: dados da pesquisa

Para o grupo de pais foi feito um último questionamento acerca de seu acompanhamento dos discentes. Foi perguntado se eles dedicavam tempo para auxiliar os alunos nas atividades enviadas para casa. O resultado dessa perspectiva

é descrito no gráfico 23, onde 54,2% dos participantes afirmam ser plenamente participativos nessa movimentação e quase todo o percentual restante, em sua maioria, afirma que realiza esse procedimento com regularidade, como vemos:

Gráfico 23 – Você destina tempo e auxilia seu(sua) filho(a) com as tarefas escolares enviadas para casa?



Fonte: dados da pesquisa

Desse modo, analisando o contexto completo, temos, de um lado, o grupo de colaboradores do ensino, que afirmam acompanhar os alunos com excelência e que declaram, em sua maioria, serem indiferentes ao avaliar o acompanhamento dos pais ou responsáveis.

Já, do outro lado, temos o grupo de pais, que atestam que o acompanhamento da equipe não atende às expectativas, ao mesmo tempo em que afirmam exercer plenamente esse papel em casa, participando das atividades quando são convidados pelas escolas e estendendo esse acompanhamento de forma efetiva no ambiente familiar.

De fato, a participação dos pais no processo de ensino precisa ser uma parceria de forma contínua, pois existem responsabilidades dos discentes que precisam ser administradas pelos pais ao longo da trajetória escolar do aluno(a), principalmente pelos mais jovens, em séries iniciais.

Segundo Costa e Souza (2019), escola e a família devem estar em parceria em relação à educação, pois há necessidade de que ambas tenham expectativas positivas, com troca de experiências e ideias, agindo de forma recíproca e constante,

pois o papel da família é muito importante na construção de seus valores, que constituem um dos objetivos da escola, a formação do indivíduo para estar em sociedade.

Na construção do conhecimento, a escola torna-se o elo entre a participação dos discentes e a interação de seus pais ou responsáveis, onde estes, por sua vez, têm o papel que atesta a responsabilidade para com seus filhos, de incentivar o seu acesso à educação. Logo, torna-se vital que o relacionamento família e escola seja forte na formação dos jovens.

A dedicação desses pais, por sua vez, promove o desenvolvimento de habilidades, incentiva o aprendizado e a evolução do educando como membro de uma sociedade à qual está inserido. Desse modo, o discente precisa perceber que toda a construção está sendo realizada para proporcionar a sua evolução gradativa, desde as séries iniciais até a formação dos níveis médio, técnico e, posteriormente, o ensino superior. Escola, família e educandos constroem a tríade que precisa ser fortalecida em cada um desses três pilares.

De qualquer modo, muitos colaboradores da escola atestaram estarem satisfeitos com a quantidade de pais que estão presentes no ambiente escolar. Durante o período de coleta de dados, o pesquisador teve a oportunidade de acompanhar as chamadas reuniões de ciclo, onde os pais são convidados a vir a escola para receber informes gerais e conversar particularmente com os professores acerca do desenvolvimento educacional de seus(suas) filhos(as).

Nessas reuniões de ciclo, os barcos que atuam nas escolas realizam o deslocamento dos pais até a escola, e para suas residências ao término. Nos dias acompanhados, foram vistas muitas mães, alguns poucos pais e avós. Esse mesmo momento se traduziu na oportunidade de aplicar os questionários de pesquisa com os pais ou responsáveis dos alunos.

Vale ressaltar dois fatores que provocam impacto no cenário contemporâneo de presença regular desses pais nas escolas das ilhas. O primeiro é o transporte escolar, cujo formato realizado é a busca e a entrega dos discentes na porta de suas residências ou nas pontes dessas, contribuindo para que os pais ou os responsáveis não se desloquem para a escola, deixando esse acompanhamento à sombra da ação da própria instituição de ensino.

O segundo fator, está relacionado às políticas de assistencialismo social, a exemplo do Bolsa Família, tendo os participantes informado que muitos pais procuram

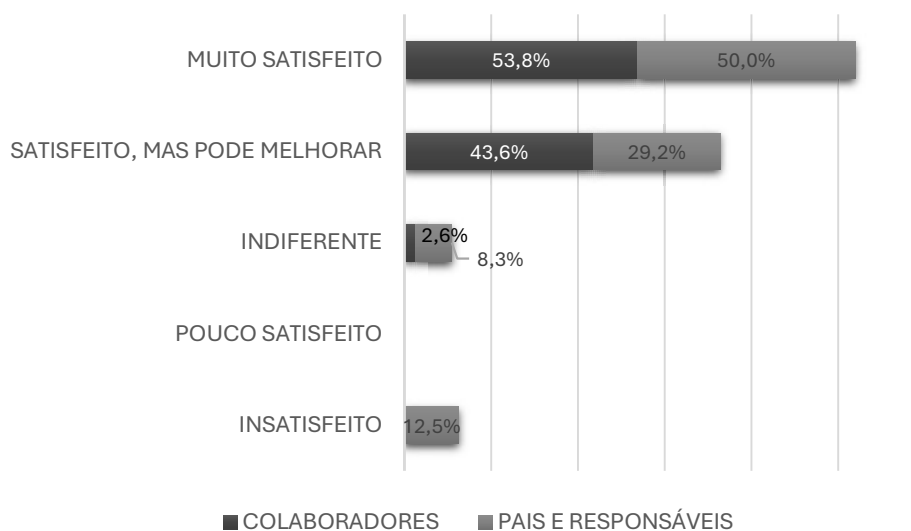
a unidade de ensino quando estão com problemas para ter acesso ou regularizar a sua situação frente a essas políticas sociais, acarretando a suspensão de seus benefícios e pagamentos. Isso acontece devido à permanência do aluno em sala de aula, registrada pela frequência discente, e é um dos determinantes para que as famílias tenham acesso a esse tipo de assistência.

Desse modo, muitos pais procuram manter essa regularidade do filho na escola, de modo a não gerar problemas frente a esses benefícios assistenciais. Exatamente nessa perspectiva, abre-se o espaço para abordar o próximo item, o qual está relacionado às características do ensino, onde se avalia o atendimento que a escola presta aos pais ou responsáveis quando procurada por demandas específicas, como a obtenção de declarações e demais documentos que sejam de interesse familiar.

A interação também se faz necessária em momentos nos quais a escola convida os pais ou responsáveis para tratar assuntos relacionados ao desempenho dos discentes na instituição, além das convocações para as chamadas às reuniões de ciclos, onde são tratados assuntos generalizados de interesse da comunidade escolar.

Assim sendo, foi questionado aos dois grupos de participantes como eles avaliavam o atendimento prestado pela escola por ocasião da procura por parte dos pais ou responsáveis. Os resultados são descritos no gráfico 24:

Gráfico 24 – O atendimento da escola aos responsáveis



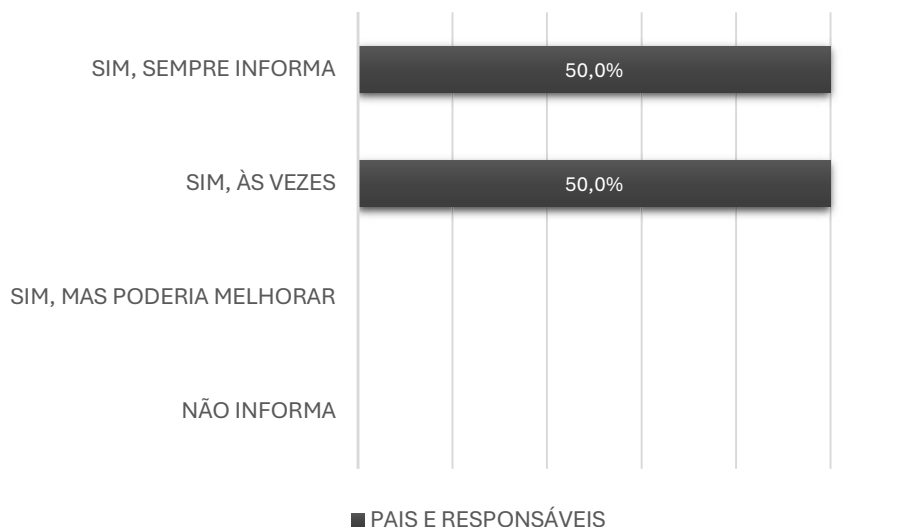
Fonte: dados da pesquisa

Nesse critério, mais de 50% da comunidade escolar atesta como positiva a forma como o atendimento é prestado pelo corpo técnico aos pais ou responsáveis. Esse fator, demonstra uma das vertentes do compromisso das equipes que estão à frente das ações das instituições de ensino para com a qualidade do tratamento ofertado aos seus usuários.

Apenas 12,5% dos participantes afirmaram não conseguir analisar o item ou que declara insatisfação com essa atenção destinada ao procurarem atendimento na escola. Algumas dessas manifestações negativas foram específicas de pessoas que não tiveram sua demanda atendida, chegando a descrever o ocorrido no momento da coleta de dados. De fato, não caberia ao pesquisador o ônus do julgamento pelo motivo o qual situações particulares ocorreram.

Complementando a análise acima, foi questionado ao grupo de pais ou responsáveis se a escola os mantém informados sobre o desempenho escolar do seu discentes, e o resultado é descrito no gráfico 25:

Gráfico 25 – A escola mantém você informado(a) sobre o desempenho acadêmico do seu filho(a)?



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que mesmo atestando anteriormente como satisfatório o atendimento prestado pelas unidades de ensino aos responsáveis, ainda assim metade dos participantes afirma que a escola os informa sobre o rendimento acadêmico de seus filhos, mas nem sempre com uma frequência efetiva.

Vale ressaltar que a família precisa se fazer presente nos momentos oportunizados pela escola para discutir esse rendimento, em dias de reuniões de ciclos, quando os pais ou responsáveis têm a oportunidade de conversar com professores e técnicos acerca da trajetória escolar de seus jovens.

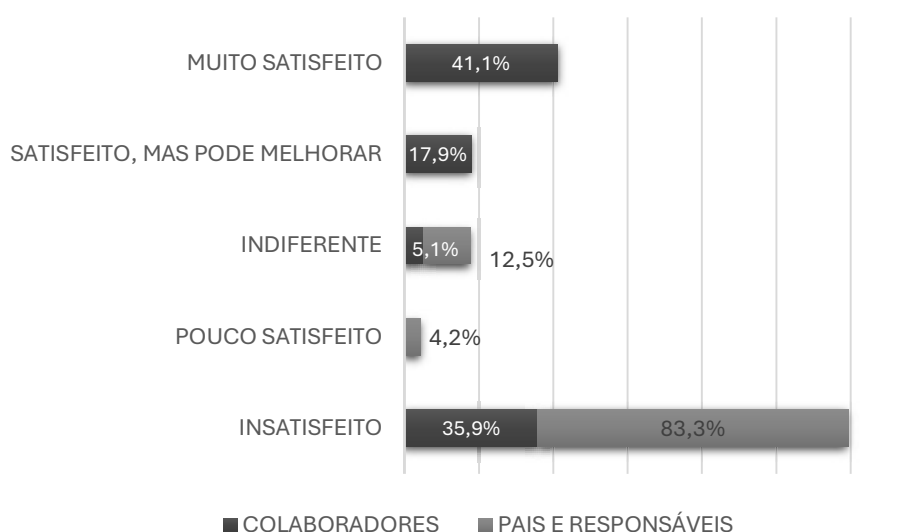
Por ocasião das visitas para realização da observação e coleta de dados, o pesquisador teve a oportunidade de participar de algumas dessas reuniões que geralmente ocorriam no contraturno, e percebeu que o quantitativo de pais presentes era muito discreto diante do quantitativo de alunos associados às unidades de ensino.

O item seguinte retorna a atenção ao uso de recursos tecnológicos, já abordada a sua disponibilidade nos critérios operacionais, onde 74% dos participantes manifestaram insatisfação em relação ao que é ofertado para este fim. Agora, observa-se sobre o interesse pelo uso do que deveria ser disponibilizado.

Vale ressaltar, o que existe hoje dentro das instituições pesquisadas foi provido a partir de iniciativas independentes por parte do corpo docente e da equipe técnica atuante nessas instituições. São iniciativas que permitem ofertar mais ferramentas a favor do processo educacional, ferramentas que, historicamente, promovem a melhoria da aprendizagem.

Desse modo, foi perguntado aos participantes como eles se relacionavam frente à oportunidade atual de uso de recursos tecnológicos ofertados em suas instituições. Os resultados são descritos no gráfico 26:

Gráfico 26 – O uso de recursos tecnológicos



Fonte: dados da pesquisa

Constata-se, então, que apesar da pouca disponibilidade de recursos tecnológicos ofertados, 59% da equipe dessas instituições é favorável ao seu uso, ainda que parcialmente satisfeito com as oportunidades que são geradas. Esses índices de satisfação foram manifestados por profissionais que buscam ofertar diferentes oportunidades de aprendizagem aos alunos sob perspectivas alternativas, sendo que muitos fazem uso de recursos próprios para esse fim.

Por outro lado, 41% dos participantes apontam uma insatisfação, observada principalmente entre os pais, que alegam não perceber a existência de opções alternativas para atender a essa demanda. De acordo com relatos dos entrevistados insatisfeitos, para que esse uso ocorra de fato, é imprescindível que a escola forneça os subsídios tecnológicos necessários, os quais não podem depender de ações individuais dos executores.

O item seguinte aborda um serviço pedagógico de grande relevância para os discentes, a oferta de reforço escolar, uma atividade que é designada para minimizar fragilidades do ensino que atrapalhem um bom rendimento dos alunos.

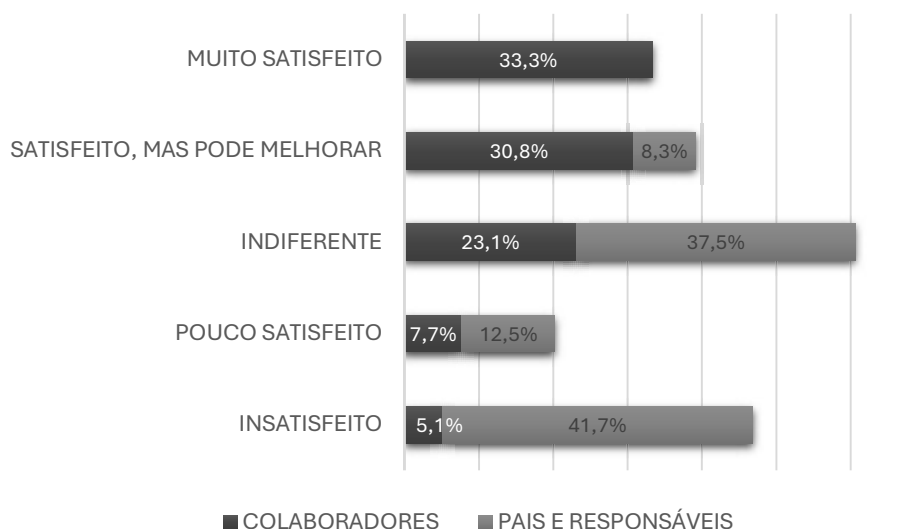
Muitas vezes, essas ações trabalham as instâncias mais básicas da formação escolar, como por exemplo, o treino e o desenvolvimento de habilidades de interpretação de textos, leituras, facilidade de realização de operações matemáticas essenciais e muito mais.

É uma demanda que lida com diferentes realidades, as quais podem se manifestar a partir de uma investigação de anamnese preliminar ou por conta do relato dos pais sobre as dificuldades apresentadas por seus filhos no decorrer de suas aulas ou, nas atividades a serem desenvolvidas em casa

Outra possibilidade de diagnóstico, se faz através da observação dos docentes a partir da interação existente entre eles e seus discentes, pautada no acompanhamento diário dos jovens em sala. Independente da forma do diagnóstico, a oferta de soluções para este fim precisa ser viabilizada para prestar o apoio necessário ao discente e ao docente no decorrer do processo educacional.

Todavia, essa solução pode envolver a demanda de aquisição de recursos de infraestrutura especializada, espaços apropriados e principalmente a contratação de profissionais dedicados a essa atividade de reforço. Desse modo, os resultados obtidos foram assim diagnosticados e descritos no gráfico 27:

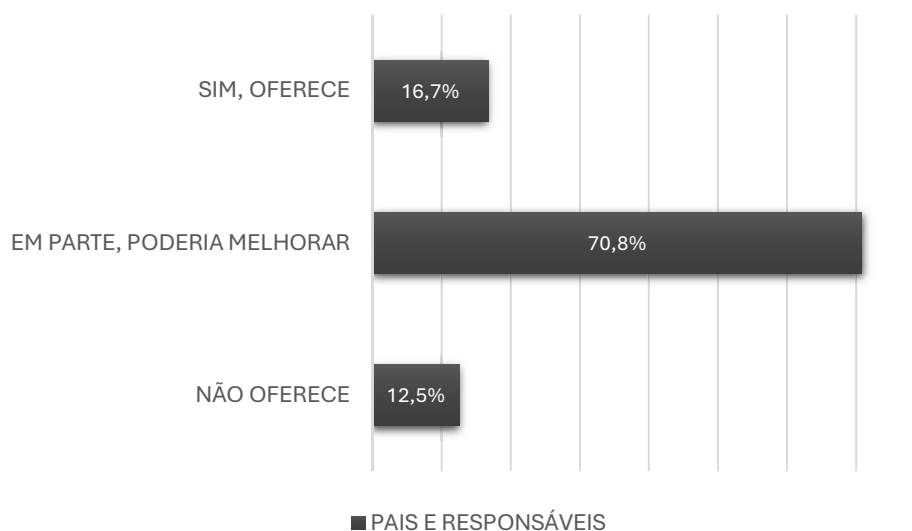
Gráfico 27 – Oferta de reforço escolar



Fonte: dados da pesquisa

Ainda nesse contexto, foi questionado ao grupo de pais ou responsáveis como eles analisam a diversidade de ofertas de apoio especializado para alunos com dificuldade de aprendizagem. O resultado é no gráfico 28:

Gráfico 28 – Você considera que a escola oferece apoio adequado para alunos com dificuldades de aprendizagem?



Fonte: dados da pesquisa

O cenário registrado aponta os dois grupos possuem percepções distintas em relação a oferta deste serviço. É possível observar, que 64,1% dos profissionais atuantes nas escolas definem como sendo satisfatório esse atendimento. Por outro

lado, 54,2% dos pais apresentam algum nível de insatisfação. Observa-se ainda que 37,5% dos pais e 23,1% dos profissionais do ensino declaram-se indiferentes a esse critério observado.

A interpretação dessa ambiguidade avaliativa decorre da quantidade de pessoas disponíveis para esse tipo de atendimento, em detrimento a quantidade de pessoas que precisam dele. O número de profissionais nas escolas para este fim ainda precisa ser ampliado para que não haja uma sobrecarga entre os docentes e técnicos que compartilham dessa tarefa.

Conforme com relatos orais de alguns pais ouvidos na coleta de dados, muitos atestam que as unidades de ensino não ofertam o serviço disponível. Alguns afirmaram que essas mesmas unidades justificavam o não atendimento, devido não ter em seu corpo técnico profissionais para este fim na unidade de ensino, ou ainda não conseguir vaga para este atendimento.

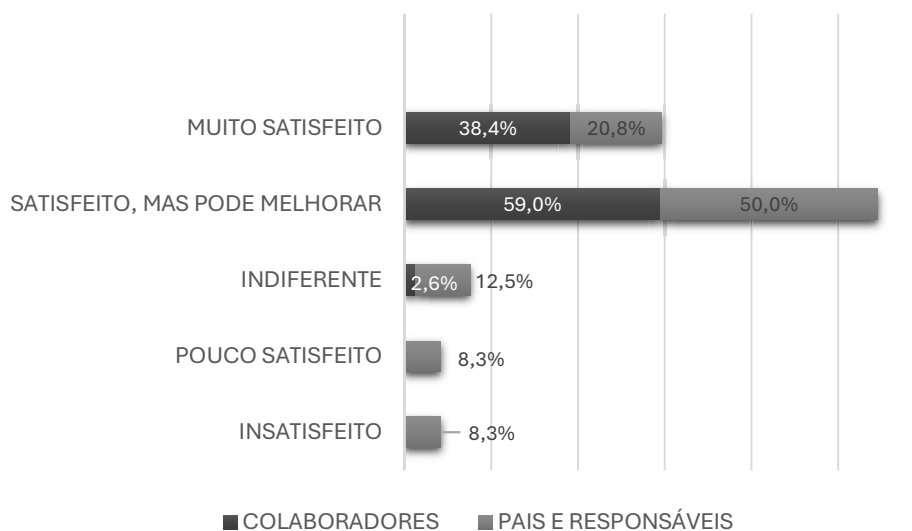
Nas visitas para coleta de dados, o pesquisador teve a oportunidade de conhecer iniciativas propostas pelas equipes para diminuir o efeito do desnível de aprendizagem entre as crianças e jovens. São projetos independentes, realizados mediante o planejamento de docentes de disciplinas específicas, até do profissional atuante na biblioteca, no caso, da EMEIF Milton Monte.

Alguns projetos tratam da prática da leitura, outros da interpretação ou a compreensão das operações matemáticas essenciais. Alguns projetos trabalham o respeito e a continuidade da formação cultural do povo ribeirinho, como por exemplo, o projeto Pirão de Açaí, por meio do qual um grupo de crianças do Anexo São José se apresenta atuando em danças folclóricas da área, inclusive manuseando os instrumentos musicais dessas apresentações.

Em uma última pergunta relacionada ao trabalho realizado pelas unidades de ensino das ilhas sul, foi questionado aos participantes como eles classificariam, sob a perspectiva de uma avaliação geral, todo o conjunto que envolve infraestrutura e serviços disponibilizados, atuando juntos na construção do processo educacional.

Foi pedido aos participantes que considerassem as dificuldades e experiências exitosas, assim como a participação de todas as partes integrantes da comunidade escolar (docentes, discentes, família, corpo técnico, etc). Esse critério foi denominado Qualidade do Ensino. O resultado registrado é ilustrado no gráfico 29:

Gráfico 29 – A qualidade do ensino

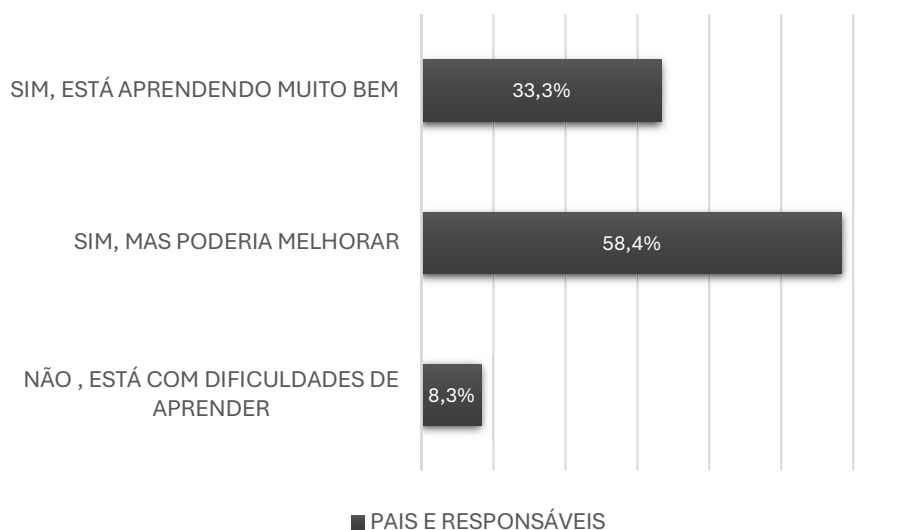


Fonte: dados da pesquisa

Constata-se que quase 97,4% dos profissionais do ensino e 70,8% dos pais atestam satisfação com relação a esse quesito. Já 16,6% dos pais declaram-se insatisfeitos, e 2,6% são indiferentes ao critério.

Ainda nessa perspectiva, as duas perguntas seguintes foram destinadas exclusivamente ao grupo de pais. O intuito desses questionamentos foi provocar uma reflexão e confrontar com uma informação resultante da RSL, que indicava que a comunidade aceitava que fosse oportunizada uma formação com conhecimentos básicos para o desenvolvimento de habilidades mínimas necessárias para atuar nas atividades familiares, sendo dispensável a conclusão de seus cursos. Desse modo, a primeira pergunta exclusiva indagava se os pais consideravam que seus jovens estariam tendo um bom progresso de aprendizagem na escola. o resultado ilustrado no gráfico 30:

Gráfico 30 – Você considera que seu/sua filho(a) está aprendendo bem na escola?



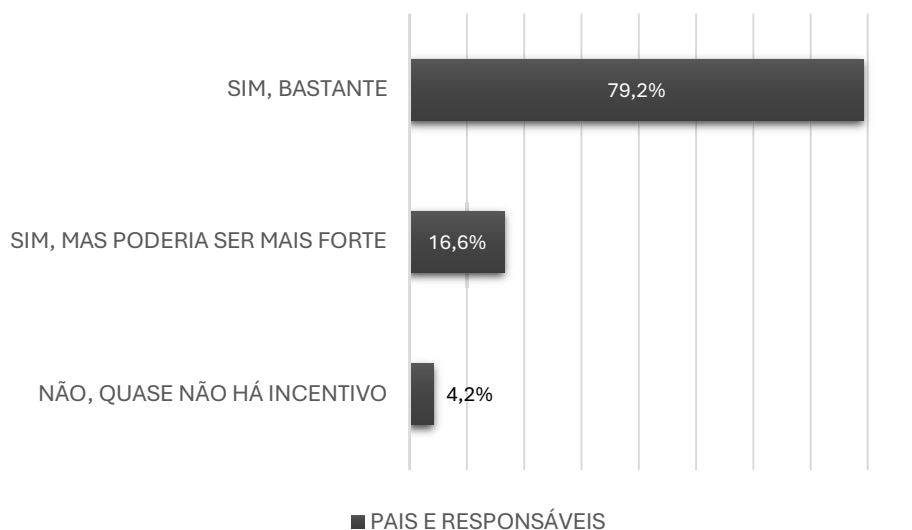
Fonte: dados da pesquisa

Observa-se, então, que nos resultados as famílias reconhecem o progresso dos seus jovens no ambiente escolar, deixando sempre, é claro, o anseio de que o serviço pode sempre vir a melhorar. Mesmo assim, mais de um terço dos participantes já atesta que seus jovens estão aprendendo muito bem.

A segunda pergunta exclusiva remonta a uma das fortes influências que a escola desempenha na sociedade como formadora de cidadãos pautados em valores éticos e cientes de seus direitos e do exercício de seus deveres.

Essa formação de caráter, precisa ser assistida conjuntamente pelo trabalho integrado e constante de escola e família, e faz parte da constituição do caráter do indivíduo. Desse modo, foi perguntado ao grupo de pais ou responsáveis se eles consideram que a escola incentiva o desenvolvimento de valores morais e regras de convivência em sociedade, e os resultados são ilustrados no gráfico 31:

Gráfico 31 – Você considera que a escola incentiva o desenvolvimento de valores morais como respeito, responsabilidade e convivência em grupo?



Fonte: dados da pesquisa

Diante do observado, percebe-se que os pais identificam esse tipo de formação complementar é trabalhada pelas escolas, mesmo tendo 16,6% afirmado que poderia ser mais fortalecida essa formação do caráter do aluno, acompanhados de mais 4,2% de registros negativos a esse incentivo.

Com todo esse contexto, essa análise se torna relativa quando observamos os grupos que participaram da coleta de dados, onde temos, de um lado, os operadores das atividades da escola e, do outro, as pessoas que têm os filhos assistidos por essas escolas.

De fato, pode ocorrer dos operadores superestimarem a qualidade do serviço prestado por se tratar de uma avaliação de autosserviço. Por isso, torna-se essencial e importante comparar em conjunto os resultados apresentados pelo segundo grupo de participantes.

Agrega-se ainda a estas comparações os resultados provenientes dos instrumentos de análise de desempenho oficiais do Ministério da Educação, através dos resultados de Ideb e Saeb. Sobre o Ideb:

O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino (Brasil, 2025).

O Ideb é um índice obtido a partir da aplicação de provas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática para alunos de todo o país. As notas que podem ser atribuídas são escaladas de 0 a 10. É um índice que permite identificar os pontos fortes e as fragilidades do sistema educacional, e assim nortear ações de políticas públicas que venham a melhorar a qualidade do ensino (Brasil, 2025).

As provas são realizadas no intervalo de dois anos, de onde se extraem os índices de aprovação e evasão (taxa de rendimento escolar), e o desempenho médio nas provas aplicadas pelo Inep aos alunos do 5º ao 9º ano, séries iniciais e finais, e ainda para alunos do Ensino Médio (Brasil, 2025). Já sobre o Saeb:

O Saeb é um resultado obtido através de testes e questionários aplicados pelo Inep para avaliar o desempenho dos alunos da educação básica brasileira. Essas avaliações são realizadas em larga escala e servem para diagnosticar a qualidade da educação, identificar pontos fortes e fracos, e subsidiar a elaboração de políticas públicas educacionais (Inep, 2025).

O Saeb é aplicado aos alunos dos 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, e ainda aos alunos da 3ª série do Ensino Médio. Algumas edições podem incluir a Educação Infantil, tanto de escolas públicas quanto privadas (Brasil, 2025).

Os dois índices são relevantes quando se deseja avaliar o andamento e a qualidade dos serviços prestados por uma instituição de ensino. São indicadores importante de serem analisados pois “se uma comunidade tem índices educacionais baixos, certamente isso vai refletir negativamente no modo de vida, na saúde, economia, desenvolvimento social, dentre outros” (Costa et al., 2015, p. 42).

Desse modo, a tabela 9 demonstra os resultados do Ideb que foram apurados a partir do ano de 2017 nas escolas Milton Monte e Sebastião Quaresma:

Tabela 9 – Resultados Ideb das escolas da Milton Monte e Sebastião Quaresma

Escola	2017		2019		2021		2023	
	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais	Anos iniciais	Anos finais
<b>EMEIF Milton Monte</b>	5,0	-	4,8	-	4,2	-	4,4	3,8
<b>EMEIF Sebastião Quaresma</b>	-	-	5,3	-	4,1	-	5,7	-

Fonte: Qedu (2025)

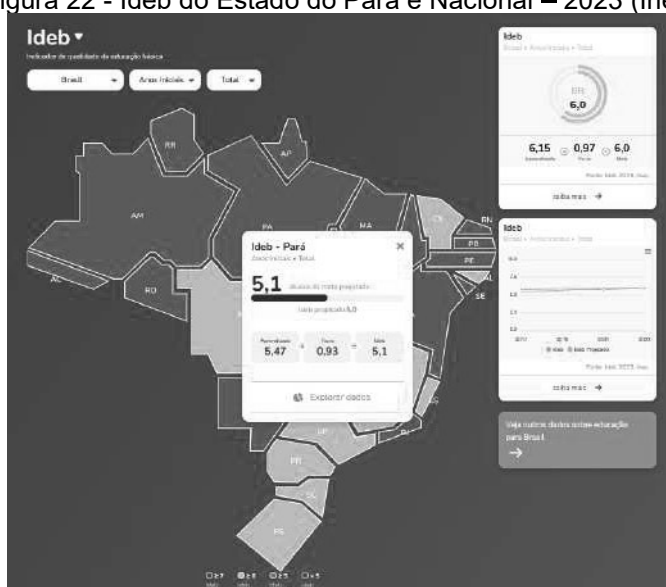
A tabela 9 demonstra os resultados das avaliações do Ideb entre os anos de 2017 e 2023. Conforme já descrito anteriormente, figuram nos registros do MEC apenas as duas escolas principais, visto que as demais são anexos dessas, ou seja, os discentes desses anexos participam das avaliações, no entanto os registros são vinculados às escolas principais.

Observa-se então, que nos anos iniciais a EMEIF Milton Monte vem apresentando uma queda nessa avaliação, com uma tímida melhoria na última edição, realizada em 2023. Nesse mesmo ano, foi feita pela primeira vez a avaliação relativa aos anos finais.

Não existem relatos que descrevam o motivo pelo qual os anos anteriores não foram registrados. Mas vale a pena lembrar que os discentes dos anos finais estão no anexo São José, inaugurado recentemente e agregado como anexo da EMEIF Milton Monte. Antes dessa inauguração, esses alunos estavam em outra escola que foi desativada.

Para a EMEIF Sebastião Quaresma, o Ideb diminuiu, no intervalo entre os anos de 2019 e 2021. Na edição de 2023, o índice apresentou um crescimento considerável, atingindo seu maior patamar até a presente dada. Observa-se agora na figura 22 os resultados do Ideb, estadual e nacional, obtidos a partir do Inep (Inep, 2023) e ilustrados a partir do portal Qedu.org:

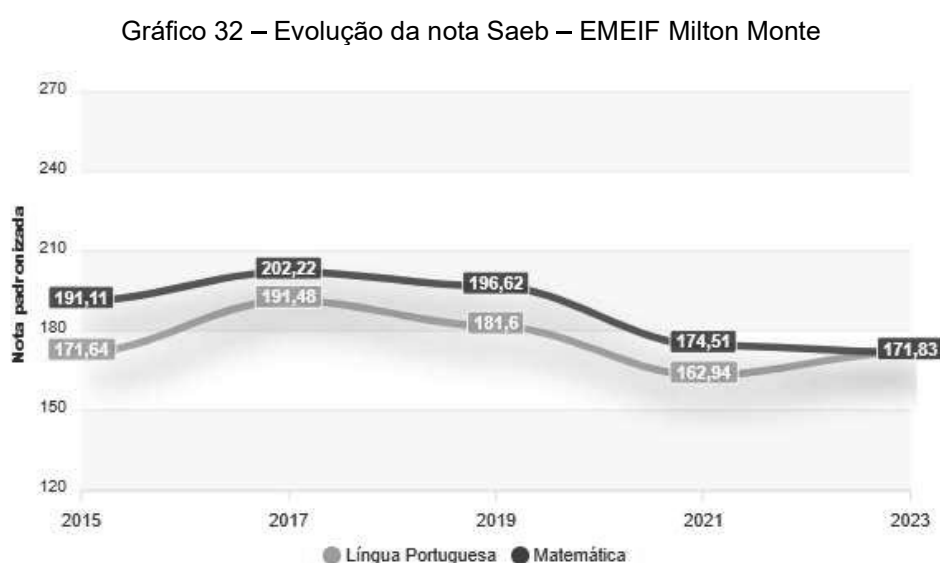
Figura 22 - Ideb do Estado do Pará e Nacional – 2023 (Inep)



Fonte: Qedu (Inep, 2023)

Comparando os resultados da última edição de 2023 com o Ideb estadual que é 5,1, e o Ideb nacional que é 6, percebe-se que a EMEIF Milton Monte apresenta um índice abaixo da média nacional e estadual. Já a EMEIF Sebastião Quaresma superou o índice estadual e ficou bem próximo do índice nacional, revelando que o trabalho desenvolvido está seguindo conforme os seus objetivos de formação e crescimento de seus jovens.

O gráfico 32 ilustra a evolução da nota Saeb da escola Milton Monte, relativa as avaliações realizadas entre as edições de 2019 a 2023:

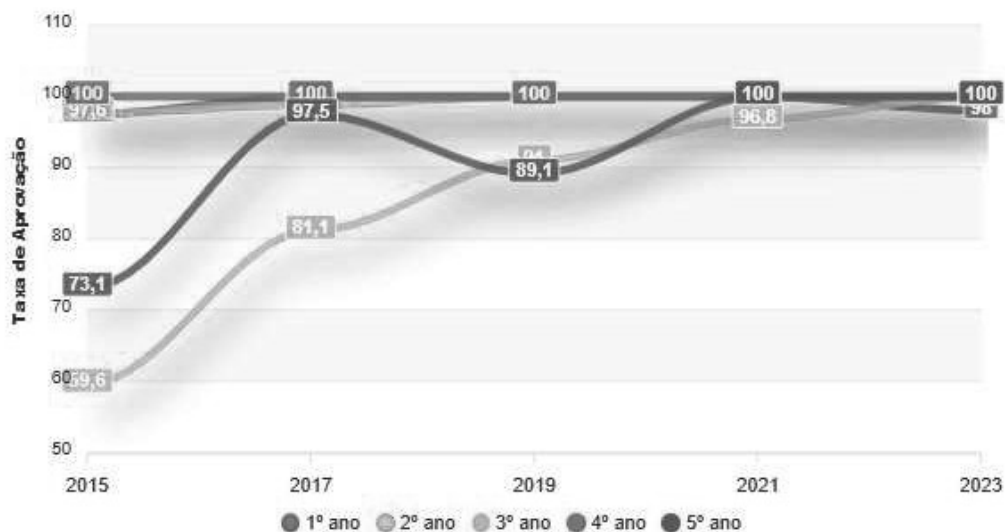


Fonte: Qedu (Inep, 2023)

Percebe-se que desde 2017 a escola vem apresentando nas duas disciplinas analisadas. Já em 2023, as notas praticamente retornaram aos valores obtidos por ocasião da primeira análise realizada em 2019. É possível identificar que a escola vem tendo uma queda nesses índices avaliativos frente aos registros do Ministério da Educação, o que implica em articular ações que visem a melhoria desses parâmetros.

Observa-se no gráfico 33 de evolução de fluxo da mesma escola:

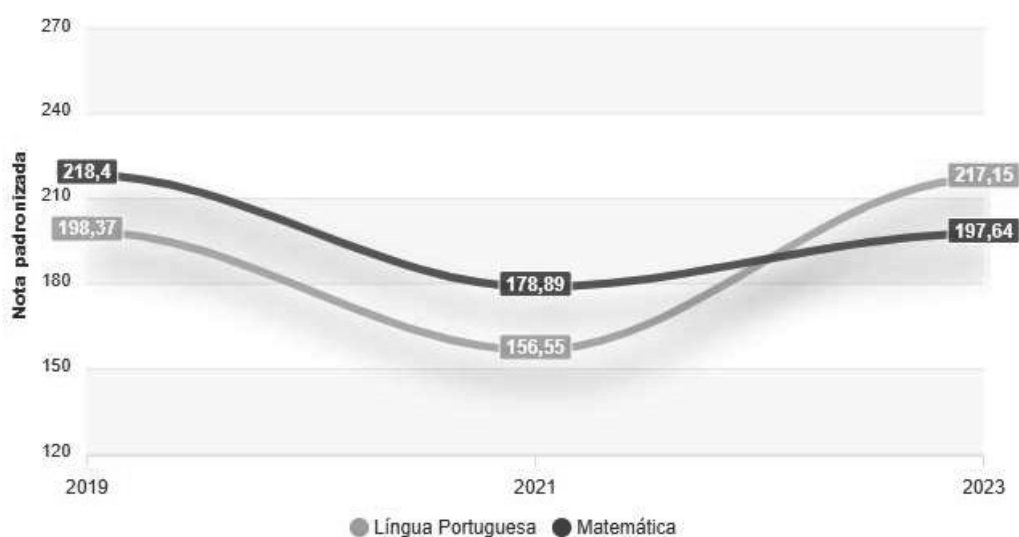
Gráfico 33 – Evolução do Fluxo – EMEIF Milton Monte



Fonte: Qedu (Inep, 2023).

A evolução do fluxo descreve a quantidade de alunos aprovados em cada série, por edição, com dados obtido a partir do Inep e ilustrados pelo portal Qedu.org. Para a escola Milton Monte, observa-se que, apesar dos índices Ideb e Saeb apresentarem queda, o índice de aprovação se manteve, aproximando-se da totalidade de aprovados no ano de 2023, ou seja, quase todos os alunos matriculados na escola naquele ano foram aprovados. Analisa-se agora no gráfico 34 a nota Saeb da EMEIF Sebastião Quaresma:

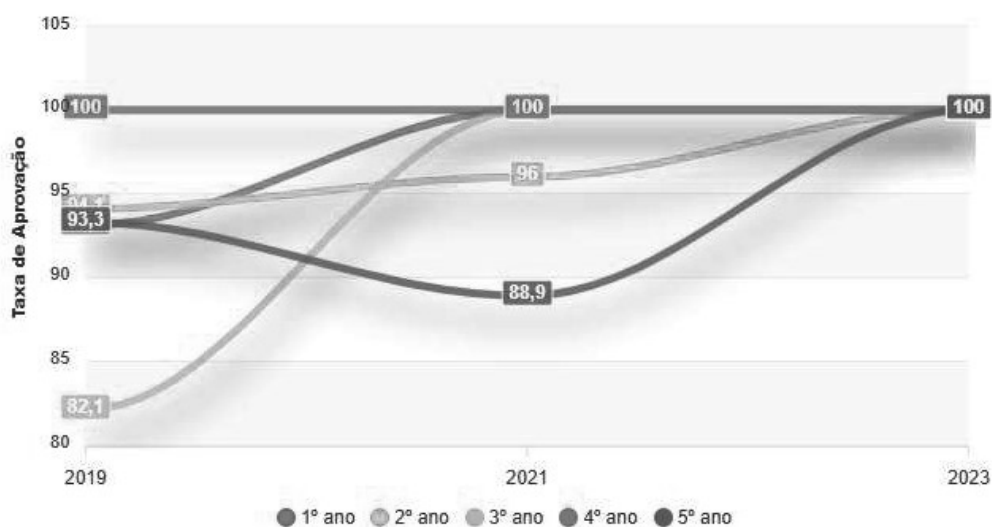
Gráfico 34 – Evolução da nota Saeb – EMEIF Sebastião Quaresma



Fonte: Qedu (Inep, 2023)

Verifica-se uma variação entre as três edições com uma diminuição da nota em 2021, e uma recuperação na mesma proporção em 2023, sendo que nesse mesmo ano os resultados para Língua Portuguesa ultrapassaram o que foi atingido nas avaliações de Matemática. Observa-se no gráfico 35 a evolução do fluxo da escola:

Gráfico 35 – Evolução do Fluxo – EMEIF Sebastião Quaresma



Fonte: Qedu (Inep, 2023).

A evolução do fluxo da escola Sebastião Quaresma atesta um crescimento contínuo a partir de 2019. A exceção aparece apenas em 2021, com uma queda das aprovações nas turmas do 5º ano, mas logo recuperando-se no ano seguinte. Dados de 2023, atestam que nesse ano o índice de aprovação foi de total para todas as séries, assim como ocorreu com a EMEIF Milton Monte.

Para a nota Saeb, o Ministério da Educação estabelece uma classificação que varia de 0 a 9 para Língua Portuguesa e de 0 a 10 para Matemática, onde cada nível estabelece um conjunto de habilidades, as quais os alunos provavelmente conseguiriam demonstrar. Desse modo, para a EMEIF Milton Monte foi atribuída a classificação Nível 2 (até 175 pontos) para ambas as disciplinas. Já para a EMEIF Sebastião Quaresma, a classificação atribuída para Língua Portuguesa e Matemática são os níveis 4 (até 225 pontos) e 3 (até 200 pontos) respectivamente.

Analisando todo esse contexto, conclui-se então que ainda faltam caminhos a serem percorridos para equiparar o resultado atestado pelo corpo técnico da escola ao que tem sido diagnosticada mediante as avaliações e índices constatados nos

instrumentos propostos pelo Ministério da Educação, em especial à escola Milton Monte, que apresentou menores índices nas avaliações.

A figura 23 apresenta o resumo dos resultados das características operacionais do ensino investigados junto à equipe de técnicos e docentes das escolas:

Figura 23 – Resumo dos resultados de critérios operacionais investigados – profissionais atuantes nas escolas

<b>Crítérios Operacionais Investigados</b>			
<b>Profissionais atuantes nas escolas - Resultados</b>			
<b>Crítério Avaliado</b>	<b>Satisfeitos</b>	<b>Insatisfeitos</b>	<b>Indiferentes</b>
A oferta de atividades extraclasse	74,4 %	7,7 %	17,9 %
A oferta de eventos escolares	92,3 %	-	7,7 %
A oferta institucional de capacitação à equipe	71,8 %	10,3 %	17,9 %
A participação de docentes em capacitações	97,4 %	-	2,6 %
O acompanhamento dos professores aos discentes	89,7 %	-	10,3 %
O acompanhamento dos responsáveis	33,3 %	23,1 %	43,6 %
O atendimento da escola aos responsáveis	97,4 %	-	2,6 %
O uso de recursos tecnológicos	59,0 %	35,9 %	5,1 %
A oferta de reforço escolar	64,1 %	12,8 %	23,1 %
A qualidade do ensino	97,4 %	2,6 %	-

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se agora na figura 24 o resumo dos resultados das características operacionais do ensino investigados junto aos pais e responsáveis:

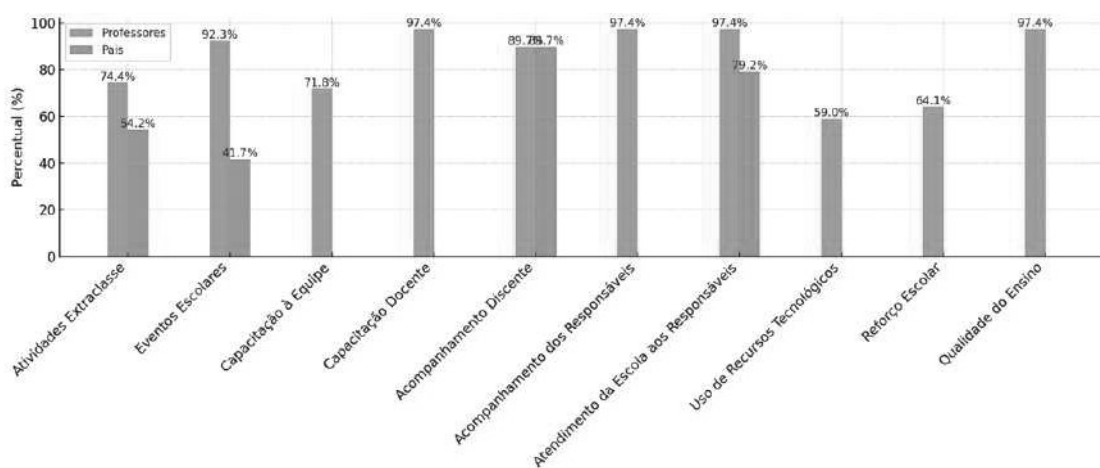
Figura 24 – Resumo dos resultados de critérios operacionais investigados – pais ou responsáveis

<b>Crêterios Operacionais Investigados</b>			
<b>Pais ou responsáveis - Resultados</b>			
<b>Cr�terio Avaliado</b>	<b>Satisfeitos</b>	<b>Insatisfeitos</b>	<b>Indiferentes</b>
A oferta de atividades extraclasse	54,2 %	25,0 %	20,8 %
A oferta de eventos escolares	87,5 %	4,2 %	8,3 %
O acompanhamento dos professores aos discentes	41,7 %	41,6 %	16,7 %
O atendimento da escola aos responsáveis	79,2 %	12,5 %	8,3 %
O uso de recursos tecnológicos	-	87,5 %	12,5 %
A oferta de reforço escolar	8,3 %	54,2 %	37,5 %
A qualidade do ensino	70,8 %	16,6 %	12,6 %
Como você avalia a rela�o professor e alunos?	91,6 %	4,2 %	4,2 %
A escola convida os pais para participa�o nas atividades escolares?	79,2 %	16,6 %	4,2 %

Fonte: dados da pesquisa

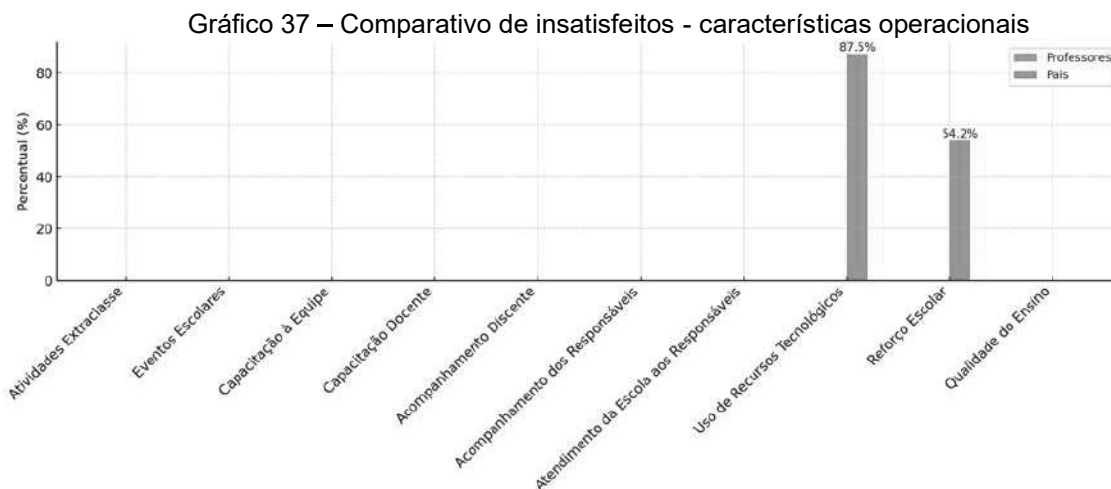
Podemos agora sumarizar a avalia o dos cr terios avaliativos da qualidade do ensino ofertado nas ilhas, que corresponde às características operacionais do ensino nos pontos de concordância e convergências entre os participantes da pesquisa, observando no gráfico 36 a compara o do nível de satisfa o dos grupos

Gráfico 36 – Comparativo de satisfeitos - características operacionais



Fonte: dados da pesquisa

Já o gráfico 37 exhibe a comparação do nível de insatisfação dos dois grupos:



Fonte: dados da pesquisa

Podemos observar a presença de satisfação, dos professores e pais, respectivamente, em 4 critérios avaliados: atividades extraclasse (74,4% e 54,2%), oferta de eventos escolares (92,3% e 41,7%). No critério de acompanhamento do discente pelos docentes, ambos, professores e pais, demonstraram o mesmo índice de satisfação (89,7%). Já as questões de atendimento da escola aos responsáveis temos (94,7% e 79,2%). No quesito insatisfeitos, somente os pais demonstraram nos critérios de recursos tecnológicos e reforço escolar 87,5% e 54,2% respectivamente.

Vale destacar que 43,3% dos professores manifestaram indiferença para o acompanhamento discente, enquanto 37,5% dos pais ao critério de reforço escolar.

Ainda relacionado ao grupo de pais, existem os resultados dos critérios operacionais especiais cujo questionamentos foram exclusivos para esse grupo. Foram mais seis perguntas com diferentes padrões de respostas. Esses resultados são descritos na figura 25:

Figura 25 – Resumo dos resultados de critérios operacionais investigados – Exclusivos para pais ou responsáveis

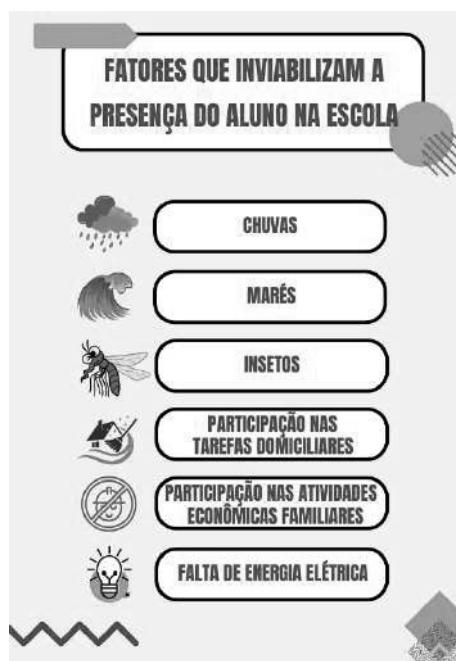
<b>Crêterios Operacionais Investigados</b>			
<b>Exclusivos para pais ou responsáveis - Resultados</b>			
<b>Cr�terio Avaliado</b>	<b>Sim, sempre</b>	<b>Sim, às vezes</b>	<b>Não participo</b>
Você participa em eventos e reuniões na escola?	70,8 %	29,2 %	-
	<b>Sim, sempre informa</b>	<b>Sim, às vezes</b>	<b>Não Informa</b>
A escola mant�m você informado(a) sobre o desempenho acadêmico do seu filho(a)?	50,0 %	50,0 %	-
	<b>Sim, está aprendendo muito bem</b>	<b>Sim, mas poderia melhorar</b>	<b>Não, está com dificuldades</b>
Você considera que seu/sua filho(a) está aprendendo bem na escola?	33,3 %	58,4 %	8,3 %
	<b>Sim, oferece</b>	<b>Em parte, poderia melhorar</b>	<b>Não oferece</b>
Você considera que a escola oferece apoio adequado para alunos com dificuldades de aprendizagem?	16,7 %	70,8 %	12,5 %
	<b>Sim, sempre</b>	<b>Sim, às vezes</b>	<b>Nunca consigo</b>
Você destina tempo e aux�lia seu(sua) filho(a) com as tarefas escolares enviadas para casa?	54,2 %	41,6 %	4,2 %
	<b>Sim, bastante</b>	<b>Sim, mas poderia ser mais forte</b>	<b>Não, quase não há incentivo</b>
Você considera que a escola incentiva o desenvolvimento de valores como respeito, responsabilidade e convivência em grupo?	79,2 %	16,6 %	4,2 %

Fonte: dados da pesquisa

Concluído o levantamento sobre as percep es das a es realizadas no processo educacional, os participantes da pesquisa foram questionados acerca de fatores os quais inviabilizam a presença do aluno na escola, situa es as quais ainda despontam como obstáculos comuns no ensino do campo e na área de ilhas, geralmente produzidas por efeitos de a es do clima e suas modifica es na natureza, e ainda fatores indicados a partir de realidades socioeconômicas similares a existente na área de ilhas.

A figura 26 apresenta a rela o de fatores que foram questionados aos participantes:

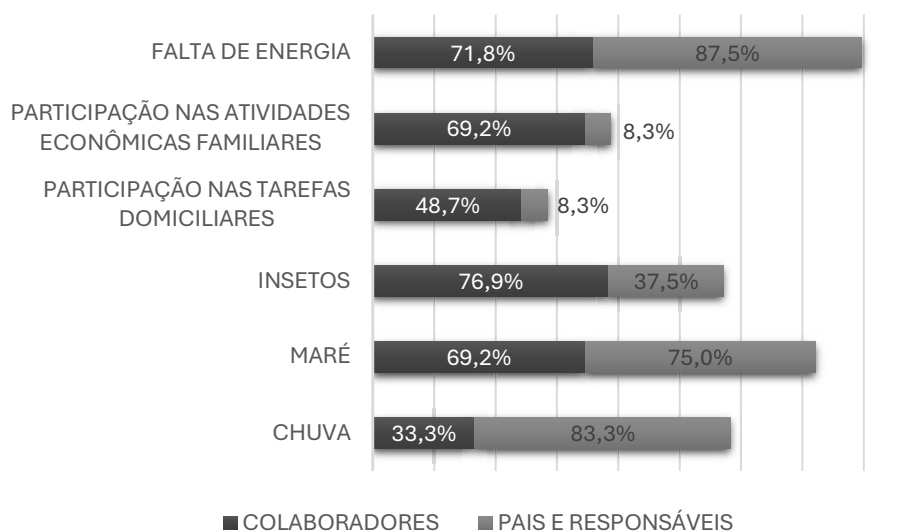
Figura 26 – Fatores que inviabilizam a presença do aluno na escola



Fonte: dados da pesquisa

Desse modo, os participantes puderam discorrer sobre esses fatores e os resultados demonstrados através do gráfico 38 foram:

Gráfico 38 – Fatores que prejudicam o ensino na área das ilhas sul de Belém



Fonte: dados da pesquisa

Constata-se então que para os profissionais que atuam nas escolas, o fator que mais gera influência e que pode vir a prejudicar a presença do aluno em sala de aula é a presença de insetos na área escolar, seguido da falta de energia elétrica. Em

terceiro lugar temos um empate entre as opiniões entre a influência das marés e a participação das crianças nas atividades econômicas familiares.

Já para o grupo de pais, o fator mais influente é a falta de energia elétrica, seguida da influência das chuvas e das marés. De fato, esses fatores ligados à intempéries da natureza se correlacionam e podem provocar dificuldades quando se apresentam de forma intensa.

As marés influenciam no deslocamento que, apesar de ser feito com segurança por equipes de barqueiros experientes e qualificados, eventualmente podem se manifestar com mais intensidade. Algumas escolas também atravessam os chamados canais e áreas de encontros de águas e mudança de fluxo, propícias a mais oscilações, sendo um diferencial a experiência dos pilotos das embarcações nessas condições diferenciadas.

Muitas vezes, visando a segurança e a diminuição do desconforto provocado por esses fatores, as equipes técnicas fazem a opção de deslocar os discentes para suas residências um pouco mais cedo, quando indicado pelos pilotos a possibilidade de agravamento da agitação das marés.

Em relação aos insetos, como as unidades de ensino estão localizadas em áreas de mata, é comum que o ambiente seja propício a presença desses, o que tende a piorar quando inicia o período chuvoso. O formato das salas de aula, predominantemente aberto, sem janelas e com meia parede, estilo maloca amazônica, dificulta o controle desse tipo de ocorrência.

A falta de energia elétrica de qualidade na ilha, que é apontada como muito influente por ambos os grupos, implica em interrupções constantes no fornecimento, além de fortes oscilações que eventualmente provocam queima de aparelhos eletrônicos, como por exemplo, os ventiladores que atendem as salas.

De modo a provocar a reflexão dos participantes, na lista de fatores que prejudicam a presença do aluno em sala de aula, foram inseridos dois problemas sociais muito diagnosticados na atualidade: a participação das crianças nas tarefas domiciliares e nas atividades econômicas familiares.

A atuação de crianças nas tarefas domiciliares configura um tipo de colaboração que se manifesta culturalmente entre gerações, quando desde jovens as crianças prestam apoio às atividades domésticas de suas casas. Esse fator se mostra mais incidente em relação às meninas. São tarefas como prestar cuidados aos seus

irmãos menores, avós e outros membros da família com capacidade limitada, cozinhar, faxinar e outras atividades mais.

Já a atuação dos discentes nas atividades econômicas familiares é um fator ainda muito percebido na área de ilhas do Pará, onde muitas famílias vivem do extrativismo de frutos como o açaí e os jovens são iniciados desde muito cedo para atuar, por exemplo, na extração dos frutos em período de colheitas.

Foram feitos relatos na coleta de dados com os docentes que afirmam que algumas famílias informam a escola que seus jovens atuam nessas tarefas, mas outras omitem, alegando que o aluno não se fez presente naquele período por estar doente, mas sem é claro apresentar documentação clínica que embase esse posicionamento. Vale lembrar que conforme Silva (2018, p. 13):

É preciso salientar que de acordo com a Constituição Federal Brasileira, artigo 7º, XXXIII, o trabalho infantil é proibido. Deste modo, reconhecido ilegal até os 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA). Também, a Constituição Brasileira prevê a proibição de quaisquer trabalhos insalubres, perigosos ou noturnos para menores de 18 anos.

Os resultados mostram que esses dois fatores influenciam bastante na assiduidade dos discentes, conforme descrito pelos profissionais de ensino. Porém, esses fatores aparecem como quase ignorados no grupo de pais, que tratam o assunto com naturalidade frente ao aspecto cultural carregado nessa ação.

Ao término da aplicação dos questionários de pesquisa, os participantes eram convidados a apresentar sugestões de melhorias a serem futuramente implementadas. Muitas indicações são comuns aos participantes e caracterizam demandas que já existem e já poderiam ter soluções propostas dado o tempo que se teve para buscar alternativas, como por exemplo a dificuldade em conseguir acesso a recursos tecnológicos nas escolas públicas das ilhas.

Entre as melhorias especificadas, apresenta-se o quadro 7 com as melhorias sugeridas pelos participantes do grupo de colaboradores do ensino:

Quadro 7 – Melhorias sugeridas pelos participantes – grupo dos profissionais atuantes nas escolas

<b>Sugestões de melhorias para as unidades de ensino</b>
Acesso a mais recursos tecnológicos como eletrônicos (computadores, projetores, tvs e internet)
Acesso a água potável de qualidade e própria para o consumo
Oferta de melhores capacitações destinadas ao corpo administrativo das unidades de ensino e mais capacitações voltadas para a educação no campo
Tratamento de resíduos e coleta seletiva de materiais
Melhor manutenção preventiva dos equipamentos da escola
Salas de aula fechadas e com refrigeração para prevenir a entrada de insetos e animais peçonhentos
Área externa ou quadra esportiva para realização de atividades recreativas
Melhoria do acervo das bibliotecas e a presença de profissionais específicos da área para realização do trabalho nesses espaços
Salas adaptadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)
Contratação de mais profissionais para atuação na manutenção predial, em limpeza e reparos específicos
A inserção no corpo técnico de profissionais de outras especialidades relevantes para o desenvolvimento do trabalho da escola, como o Psicólogo e o Assistente Social
Mais espaços destinados ao desenvolvimento de outras habilidades da educação infantil, espaço audiovisual, como o parquinho, ateliê de artes, sala de leitura, sala ou laboratório de recursos multifuncionais e brinquedoteca
Menor rotatividade de professores para que os vínculos entre o corpo docente e os discentes possa se tornar mais forte e confiante, melhorando assim o aprendizado dos discentes
Melhoria da infraestrutura dos banheiros e a inserção de espaços adequados para que os docentes possam permanecer quando não estão em sala de aula e os operadores do transporte possam ser acolhidos de forma igualmente confortável

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se agora no quadro 8 as melhorias sugeridas pelos participantes do grupo de pais ou responsáveis:

Quadro 8 – Melhorias sugeridas pelos participantes – grupos dos pais ou responsáveis  
(continua)

<b>Sugestões de melhorias para as unidades de ensino</b>
Melhorar o acesso no trapiche, internet, água potável de qualidade, acesso a recursos tecnológicos, melhoria na manutenção e limpeza predial, disponibilidade de espaços externos para atividades
Retirar os banheiros localizados próximos a área de criação de porcos do vizinho, acesso à internet, ambiente escolar mais agradável

Quadro 8 – Melhorias sugeridas pelos participantes – Grupo dos pais ou responsáveis (conclusão)

<b>Sugestões de melhorias para as unidades de ensino</b>
Gostaria que o transporte escolar chegasse até minha casa
Ofertar reforço escolar e mais atividade física aos alunos
Mais investimento em infraestrutura, gerador para resolver problemas da qualidade da energia elétrica, mais material didático, melhores banheiros e oferta de água potável
Oferta de mais recursos tecnológicos
Melhor comunicação escola e família, contratação de agentes de portaria, oferta de recursos de tecnologia
Merenda escolar melhor, com mais verduras e legumes
Contratação de mais profissionais de serviços gerais, mais agentes de portaria, oferta de acesso à internet e a computadores, oferta de área de lazer.
Contratação de agentes de portaria, auxiliares de limpeza, espaço aberto para lazer e computadores
Mais computadores
Mais estratégias de ensino individualizado, maior atenção as crianças, acesso ao barco
Acesso à tecnologia e mais computadores
Mais melhorias para a escola, pois é muito esquecida, nossos filhos precisam ser mais valorizados
Precisamos de mais um pouco de infraestrutura, uma limpeza mais reforçada para a escola. Precisamos que as salas de aula sejam mais ventiladas, entre outras coisas
Oferta de ensino além do 5 ano, biblioteca, laboratórios, profissionais para acompanhamento a alunos especiais
Oferta de laboratórios, biblioteca e profissionais para acompanhamento a alunos especiais
Acesso a água de qualidade, contratação de agente de portaria, sala com computadores e espaço aberto para atividades de lazer

Fonte: dados da pesquisa

Desse modo, a partir da nuvem de palavras da figura 27 identifica quais os itens mais sugeridos como melhorias pelos participantes da pesquisa. Constata-se que as demandas mais enfatizadas estão ligadas à infraestrutura, tecnologia, recursos, profissionais, e qualidade do ensino em diversos aspectos.

Figura 27 – Nuvem de palavras com os itens mais solicitadas pelos participantes



Fonte: dados da pesquisa

### 6.3. Análise comparativa entre os resultados da coleta de dados e evidências da revisão sistemática da literatura

As considerações descritas foram construídas a partir da análise das informações apresentadas pelos dois grupos atuantes na pesquisa, agregadas à observação *in loco* do pesquisador, que participou das rotinas diárias das cinco unidades de ensino nos dias designados para a coleta de dados. Já as comparações foram feitas a partir dessas considerações confrontadas com os resultados da RSL.

Os resultados obtidos nos dois grupos investigados demonstram percepções muito similares e, apesar de poucas, as divergências mais significativas são identificadas nas opiniões relacionadas aos fatores que analisam a qualidade e a operacionalização do ensino.

Nesse grupo de critérios, os colaboradores do ensino atestam uma visão mais positiva dos resultados enquanto os pais e responsáveis atestam alguns aspectos ainda em construção, mas já apresentando melhorias. Apenas dois segmentos apresentaram perspectivas inversamente proporcionais, a avaliação das salas de aula e o acompanhamento dos professores aos alunos.

De qualquer modo, todas as manifestações indicam um resultado muito mais positivo do que aquele descrito dez anos atrás.

Num contexto geral, vários aspectos relacionados à infraestrutura ainda clamam por melhorias que envolvem investimentos, planejamento, força do capital humano e parceria com a comunidade.

Uma infraestrutura de qualidade envolve fatores operacionais importantes e indispensáveis para prover o desenvolvimento e a concretização da missão das instituições de ensino, garantindo assim aos jovens habitantes das ilhas uma educação de qualidade.

Mesmo tendo a ilha passado por um forte desenvolvimento turístico no período designado, percebe-se que esse desenvolvimento foi atuante principalmente a serviço das iniciativas comerciais da área, em especial aos que atuam no segmento de gastronomia e lazer. Em serviços voltados à educação da comunidade original, não se constataram melhorias por parte dessa influência do advento turístico e evoluções significativas para a comunidade escolar dessas escolas.

Nos aspectos estruturais da formação educacional do morador da ilha, não foram relatadas inserções em suas estruturas curriculares de temáticas que retratam novos fatores presentes na vida do povo ribeirinho.

Assim, à exceção dos projetos feitos pelos docentes, a escola pública da ilha ainda não discute efetivamente e em ampla escala o fomento ao empreendedorismo, a biocultura, a economia solidária, a eco economia e temas afins, realidades hoje vividas pelos habitantes das ilhas, que demonstram estar parcialmente alienadas a essa regionalidade.

A pesquisa relata que o poder público realizou melhorias de infraestrutura destinadas à organização do transporte e padronização do espaço designado para embarque comercial e acesso à ilha, movimento esse que não tem influência direta para o jovem habitante daquele local, que busca sua formação educacional de base nas proximidades geográficas de sua moradia.

Os investimentos municipais incluíram a reforma da praça Princesa Izabel, que possui uma estrutura de porto para embarque com destino à área comercial turística da Ilha do Combu, com a implementação de trapiche, pontes, flutuadores e a fiscalização constante de órgãos de monitoramento do transporte fluvial, no intuito de garantir a segurança dos seus usuários desse transporte.

Todavia esses espaços quase não são utilizados por moradores da ilha, que ainda realizam suas operações de embarque e desembarque em outros portos da

área litorânea da capital, sendo cedido o acesso por comerciantes locais que possuem operações comerciais de seus produtos com moradores das ilhas.

Na última década, as ilhas sul foram contempladas com investimentos em suas escolas por parte do governo municipal, que realizou reformas e inaugurou novas unidades. Mas não foi um privilégio compartilhado por todas, pois ainda existem escolas a serem contempladas.

As reformas e ações de conservação dos prédios e espaços internos que sediam as escolas garantiram a continuidade do padrão de ambiente escolar em acordo com as características de espaços com regionalidade amazônica.

Mesmo assim, esse padrão predial demonstra não agradar a todos os profissionais atuantes nas escolas e nas comunidades, visto que manter esse aspecto dificulta o combate a outros problemas relacionados ao ambiente da floresta onde as escolas estão sediadas, tornando inviável o fechamento das salas para refrigeração e diminuição da incidência de insetos em períodos sazonais, geralmente no chamado inverno amazônico.

A pesquisa constatou que alguns critérios que configuram como essenciais ao funcionamento das escolas ainda constituem grande dificuldade e despontam como não solucionados, como por exemplo o acesso à água potável para uso e consumo nas unidades de ensino e a garantia do direito de acessibilidade para pessoas com deficiências.

Nas escolas da ilha, a acessibilidade ainda constitui um grande desafio, mesmo estando ela atrelada a muitas discussões relacionadas ao direito do cidadão com deficiência. Independentemente do grau de instrução do entrevistado, a necessidade pela implementação desse tipo de infraestrutura é reconhecida por moradores e operadores do ensino, que sinalizam em conjunto o descontentamento por não poder vê-las bem implantadas nas escolas.

Aliada ao problema da água potável, aparece ainda a indisponibilidade e a ineficiência de manutenção de banheiros, que demandam por ser modernizados e ter instalações sanitárias mais adequadas à realidade dos espaços fluviais, de acordo com o propósito do uso desses locais e o quantitativo de pessoas a serem contempladas, o que a comunidade escolar atesta ainda como um fator que precisa melhorar.

Promover a melhoria de alguns dos serviços apontados como dificultadores do trabalho envolveria o planejamento de ações amplas e com a participação de outros

setores excluídos ao poder público, como por exemplo, a oferta de uma energia elétrica de qualidade na ilha, que demanda investimentos de concessionárias que possuem a gestão desses serviços.

A perspectiva dos profissionais atuantes nas escolas ainda anseia pelo investimento em equipamentos, espaços e outros recursos, que permitam operar um planejamento e execução de aulas diferenciadas e subsidiadas em tempos modernos e tecnológicos. A disponibilidade do instrumental para este fim provocaria um grande incentivo e melhoria qualitativa acerca da aprendizagem, conforme relatado por esses profissionais.

E esse desejo se estende aos pais, que atestam a realidade de insatisfação diante da ausência de recursos inovadores para o ensino e o desejo de querer que esse cenário melhore positivamente.

Observa-se que, apesar de o estado do Pará já acumular quase trinta anos de acesso à internet, entregar esse serviço com qualidade nas ilhas ainda constitui um obstáculo a ser superado, mesmo tendo na atualidade diferentes tecnologias que possibilitam esse acesso.

E o cenário se reproduz quando relacionado à aquisição de equipamentos tecnológicos para serem utilizados nas escolas das ilhas. Essas unidades de ensino ainda não disponibilizam a seus alunos computadores, projetores e outros dispositivos eletrônicos.

A sociedade reúne esforços há décadas para tornar mais fácil e menos onerosa a mudança dessa realidade. Mas nesse aspecto, as escolas das ilhas aparentam estarem congeladas em um tempo passado, quando esses elementos eram realidade de poucos, atestando que os esforços de três décadas não foram suficientes para descobrir essa fórmula de sucesso. Mudar esse quadro exige planejamento que precisa ser mais discutido nos eixos da gestão pública.

Isso provoca uma reflexão acerca de um futuro: se pouco caminhamos para ter acesso a essa tecnologia em dez anos, o que teremos conquistado daqui a mais dez? A transformação precisa ser iniciada e os agentes dela estão hoje dentro dessas escolas, mas é necessário dar voz e força à intervenção desses.

A comunidade escolar manifesta interesse em ter acesso a alguns desses espaços e recursos que atualmente não são apontados pela legislação como obrigatórios no ambiente escolar. Porém, contemplar as unidades de ensino com acervos bibliográficos atualizados e com o quantitativo adequado para cada escola,

brinquedotecas, laboratórios multidisciplinares, ateliês de artes, quadras poliesportivas e outros mais, promoveria alternativas para abertura de novos portais culturais nas escolas.

Mesmo após a alternância de gestores públicos municipais e ainda mediante anúncios recentes de inovações para outras regiões de ilhas litorâneas de Belém, as que estão localizadas na região sul da capital ainda não foram contempladas com todas essas melhorias. Apenas é comentada internamente uma previsibilidade acerca de futuras implantações ou ainda o desejo manifestado pelos profissionais das escolas em poder usufruir e ofertar aos seus discentes um ensino que oportunize o acesso a essas tecnologias.

Mesmo assim, alguns fatores evoluíram positivamente, como por exemplo, o transporte escolar no modal fluvial de inteira responsabilidade assumida pelo poder público na área de ilhas sul de Belém, com qualidade superior, tornando-se na atualidade um grande aliado ao combate à evasão escolar e ao absenteísmo discente.

Nesse aspecto, chega a superar a dinâmica de operação do mesmo serviço quando se olha a perspectiva das escolas que estão na região metropolitana, pois os discentes da área ribeirinha são contemplados com o transporte escolar público gratuito na porta de casa e com excelente qualidade, inclusive a serviço da família, por ocasião de acompanhamento escolar.

Na mesma tendência de evolução positiva aparecem a distribuição do material didático e a garantia do acesso frequente à merenda escolar, que salvo colocações pontuais de poucos entrevistados, hoje são ofertados aos discentes em um quantitativo que permite que crianças e adolescentes frequentem as aulas bem alimentados.

Na perspectiva do material didático, implementar melhorias é um fator que exige tempo, investimento e formação e orientação aos responsáveis por sugerir a escolha desses itens. É necessário debruçar sobre um planejamento específico para este fim, trazendo para essa discussão profissionais de diferentes áreas e realidades.

O quantitativo insuficiente mencionado pelos participantes pode ser resolvido a partir de um levantamento mais rigoroso acerca dos itens e dos quantitativo a serem providenciados.

Esse movimento faria com que a visão de atendimento a diferentes segmentos fosse levada em consideração no momento da tomada de decisões. Um docente ou técnico que atue fora das ilhas pode não ter elementos pertencentes a essa realidade

de modo a levantar de fato a bandeira de defesa, por exemplo, do fator regionalidade desses materiais, cuja demanda e importância foi recorrentemente mencionada pelos entrevistados.

Essa mesma regionalidade é manifestada como necessária pelos participantes no momento de definição dos insumos alimentares que vão compor a merenda escolar. É uma comunidade ribeirinha que tem um modo de vida, uma tradição, hábitos, pensamentos e costumes agregados ao seu dia a dia, como as preferências alimentares manifestadas.

Não são itens que caracterizam uma exigência de certo luxo alimentar, mas apenas o respeito pela manutenção de um aspecto que hoje está dentro da casa desses povos. É fazer com que seus jovens vivam essa identidade regionalizada não somente em suas casas, mas também na escola, esse espaço que reúne formação para desenvolvimento de habilidades intelectuais, mas também que fomenta a formação do caráter do indivíduo.

E hoje, os pais reconhecem essas escolas da ilha como parceiras importantes dessa formação, que atuam de forma eficiente na hora de promover o desenvolvimento de valores éticos em seus filhos.

Um ponto positivo observado no intervalo de tempo pesquisado foi a ampliação do número de unidades de ensino e conseqüentemente da oferta de vagas, onde o censo escolar 2023 atestou que as escolas das ilhas sul de Belém possuíam na ocasião 650 alunos matriculados e atendidos pelas 5 unidades. O número de professores e técnicos registrados nessa avaliação aumentou em comparação com os dados oficiais no ano anterior.

Algumas demandas cujos pais indicam a necessidade de melhoria envolvem outros fatores, como por exemplo a contratação de mais profissionais. E esse direcionamento não perpassa apenas o campo pedagógico, mas também o nível operacional. Observa-se esse fator no que diz respeito à manutenção predial e limpeza do ambiente escolar, onde hoje a quantidade de profissionais contratados e suas especificidades ou habilidades necessárias são insuficientes para atender de forma plena as unidades de ensino da ilha.

No capital humano, constata-se uma equipe jovem, na faixa etária abaixo dos 50 anos, em sua maioria composta por mulheres, inclusive predominantes nos cargos de gestão das unidades de ensino. O padrão de formação acadêmica é liderado por

graduados(as) e especialistas, tendo ainda poucos profissionais com formação *stricto sensu*.

É uma equipe cujo tempo de experiência nessas unidades de ensino é pequeno e sem a previsibilidade de continuidade por mais de dois anos, dado o modo de seleção e contratação utilizado em tempos atuais, através de processo seletivo simplificado.

O modo como o compromisso contratual é descrito na atualidade prejudica a continuidade da excelência de um trabalho. Mas esse método garante, ao mesmo tempo, uma renovação de quadro, gerando novas oportunidades de emprego para outros profissionais que desejam agregar aos seus currículos a comprovação de experiência no ensino público básico. Dos profissionais atuantes, poucos são efetivos de concursos públicos municipais.

Mesmo sendo um tempo de convivência pequeno, a comunidade atesta que esses profissionais fazem um bom trabalho, que acompanham seus alunos, orientam, são participativos e inovam, mesmo diante da ausência de recursos inovadores para auxiliá-los. Vale destacar que nesse corpo técnico já há casos em que os profissionais são oriundos da região de ilhas, que se graduaram e retornaram para o exercício de sua profissão na sua comunidade original.

Em contrapartida, os profissionais que atuam na escola reportam que os pais são vistos cada vez menos no ambiente escolar, mais especificamente quando precisam de atendimento para uma demanda específica.

Mesmo assim, esses pais entrevistados afirmam que estão em contato frequente com a escola, que respondem ativamente, são participativos e estão sempre cumprindo seu papel atrelado à formação de seus jovens. Porém, observou-se que, efetivamente na escola, essa participação parental ainda é muito tímida e predominantemente feminina, o que precisa ser melhorado.

Nas equipes atuais já são ofertados outros profissionais de acompanhamento, como bibliotecário(a) e profissionais de atendimento educacional especializado. Porém, ainda é um quantitativo tímido, mas visto como essencial por parte da comunidade acadêmica.

As escolas ainda demandam a presença de mais profissionais interlocutores de outras especialidades relacionadas ao ambiente escolar, como o atendimento educacional especializado, bibliotecários, agentes de inovação e outras especialidades de relevância operacional para a escola, que garantiriam uma

elevação na qualidade do serviço realizado e conseqüentemente tendenciarão a uma melhoria dos resultados apresentados pelos jovens discentes atendidos nessas instituições.

Observando os resultados obtidos a partir do segundo conjunto de critérios pesquisados, relacionados às características operacionais do ensino, constata-se que, apesar das dificuldades apresentadas na infraestrutura, o atendimento ao serviço proposto em sua missão é atestado com perfil de excelência em quase todos os seus critérios.

Mesmo com suas dificuldades, as escolas das ilhas sul conseguem com suas equipes garantir que ações relevantes da formação do indivíduo para viver em sociedade sejam realizadas. Portanto, é evidente a qualidade e o comprometimento das equipes em atividade.

É fácil identificar essa premissa analisando as iniciativas onde os alunos são levados para além do contexto de quatro paredes de uma sala de aula, a exemplo das atividades extraclasse e visitas guiadas, muitas vezes em ambientes distantes das ilhas, e com o objetivo de ofertar experiências díspares aos discentes.

São jovens que têm a oportunidade de conhecer um teatro, um museu, um parque zoológico, uma fábrica de chocolates dentro da ilha e muitos outros espaços e didaticamente interessantes.

Os eventos escolares são muito bem avaliados pelo grupo de pais, são momentos de integrar, socializar, conhecer, conviver e viver em comunidade escolar.

A qualidade desse ensino demonstra estar relacionada ao perfil dos profissionais que hoje são atuantes nas unidades de ensino, em sua maioria jovens em pleno exercício da carreira docente, com acesso compulsório frequente à qualificação ofertada pela gestão municipal.

São docentes que desenvolvem muitos projetos dentro das instituições, de modo a promover um ensino inovador e dinâmico, permitindo através de seus planejamentos a participação efetiva dos discentes em atividades do ambiente escolar e além dele. E vale a pena destacar o cuidado com o qual o poder público incentiva que esse docente esteja em formação continuada, com participação em massa dessas equipes.

Destaca-se ainda a qualidade do acompanhamento pedagógico por parte dos gestores e de sua equipe direta de assessoria pedagógica, presente em todas as

unidades de ensino visitadas. E essa qualidade estende-se ainda por ocasião do atendimento aos responsáveis pelos discentes.

Em relação aos instrumentos oficiais de avaliação do Ministério da Educação, percebe-se que nem todas as escolas caminham no mesmo contexto evolutivo descrito por suas comunidades, pois algumas apresentam índices abaixo do esperado em relação às médias dos indicadores nacionais.

Em contrapartida, outras unidades de ensino têm apresentado evolução contínua desde sua última avaliação, em todos os parâmetros comparados. Apesar da diferença apresentada nessas análises, os dois grupos de escolas apresentam registros com elevados índices de aprovação de seus discentes frente ao relatados aos órgãos oficiais através do Censo Escolar.

A figura 28 traz uma comparação evolutiva do cenário apontado na RSL e o status atual dos problemas diagnosticados:

Figura 28 – Comparação dos resultados da pesquisa com os resultados da RSL

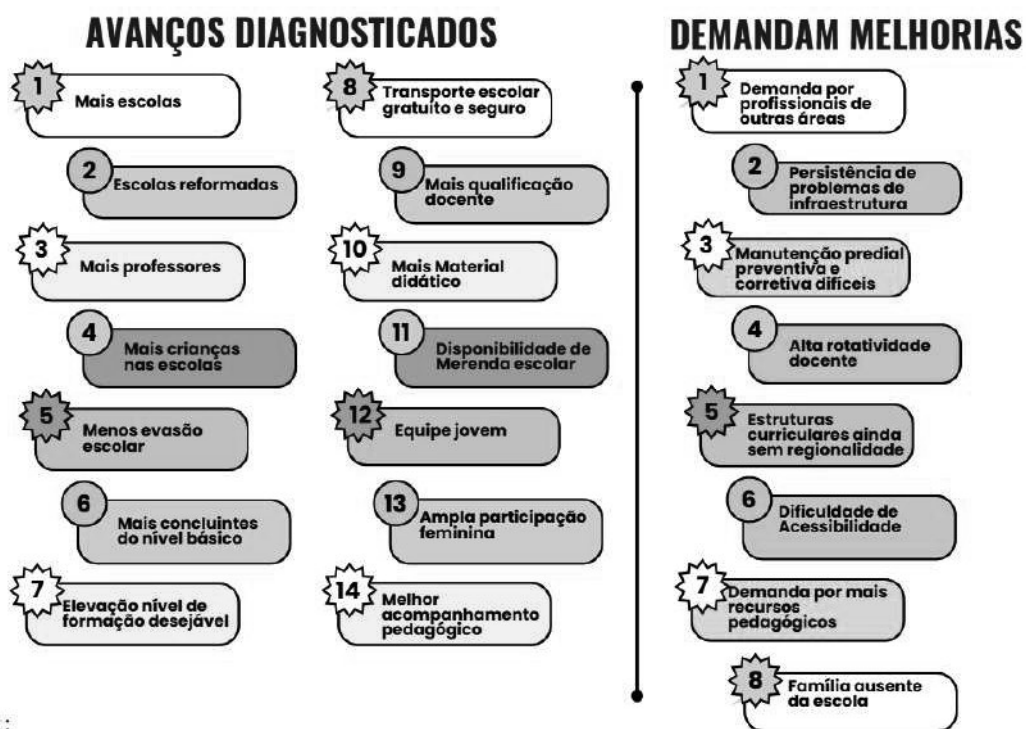
## COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA COM OS RESULTADOS DA RSL



Fonte: dados da pesquisa

De fato, em dez anos, as escolas que atendem as ilhas sul de Belém já superaram muitos desafios e apresentaram evoluções positivas. Porém, ainda existem muitos critérios a melhorar. Esse paralelo é ilustrado na figura 29:

Figura 29 – Avanços diagnosticados e melhorias sugeridas



Fonte: dados da pesquisa

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto encontrado na ilha, em visitas que antecederam a coleta de dados, indicava as hipóteses agora confirmadas de que, apesar da evolução do turismo, não existiu uma correlação entre os dois fatores que proporcionaram o desenvolvimento das escolas no local. Todavia, percebia-se avanços, mas caberia à pesquisa constatar até onde essa evolução conseguiu se projetar.

A metodologia utilizada foi um diferencial para que fosse possível remontar o cenário da qualidade do ensino nas escolas das ilhas sul, uma década atrás, comparando em seguida com que foi descoberto nesse momento. A coleta de dados oportunizou dois pontos de vista distintos, o dos operadores do ensino e o dos pais, e permitiu identificar que as opiniões podem convergir em um mesmo sentido, mas acabam por divergir em alguns aspectos ou mesmo no grau de intensidade dessas avaliações.

Os resultados apresentaram uma realidade que ainda compromete bastante a qualidade do ensino nas escolas das ilhas sul. Mesmo assim, diante das dificuldades contemporâneas diagnosticadas, foi possível contextualizar que os professores e pais atestam que o ensino no local teve aspectos evolutivos muito positivos, principalmente em relação ao trabalho que é desenvolvido pelas equipes, uma equipe jovem, inovadora, comprometida e que faz uso de rotas alternativas para suprimir as dificuldades encontradas.

As escolas hoje apresentam uma equipe jovem, qualificada, acolhida e que abraça a comunidade no exercício de suas atividades, abandonando o estigma de perfil de colaboradores que não viviam a importância e o potencial da educação no campo. É um capital humano diferenciado, formado até por membros da comunidade, que avançaram e retornaram para suas origens, responsáveis agora pela formação de outros jovens.

Ao mesmo tempo que vieram melhorias, antigos problemas ainda são pertinentes e comprometem a plena qualidade e satisfação acerca desse ensino, cujos aspectos de infraestrutura são os que provocam impactos e comprometem o ritmo do progresso dos estudantes.

Mesmo diante das dificuldades contemporâneas apresentadas, foi possível contextualizar que os professores e pais atestam que o ensino na ilha teve aspectos

evolutivos muito positivos. Assim surgiram novas unidades de ensino, mais vagas, muitas instalações reformadas e atualizadas as suas estruturas físicas.

Em contrapartida evidenciou-se que a operação da escola recebe forte influência de problemas comuns à comunidade ribeirinha, problemas esses cuja solução se manifesta a pequenos passos, um ritmo inferior daquele que realmente desponta como necessário para a comunidade. Entram nesse contexto a indisponibilidade de recursos hídricos de qualidade e próximos de um ideal de consumo e a entrega do serviço de energia elétrica estável para a comunidade.

De fato, nada do que aconteceu nas escolas demonstrou ser influenciado pelo advento turístico. Constatou-se que as reformas realizadas por ocasião desse fator estiveram relacionadas ao contexto comercial, de modo a permitir a melhoria do acesso aos visitantes provenientes de fora da área dessas ilhas. Internamente, as reformas das escolas demonstraram ter sido parte de um planejamento isolado da gestão municipal, visto que somente em uma das escolas visitadas se relatou benefícios externos aos investimentos municipais, mediante uma parceria com uma faculdade privada.

A conclusão dessa etapa de investigação se fez importante para permitir uma atualização do cenário que existe hoje, visto que esse resultado será dado ciência, compartilhado e entregue de forma documental para as comunidades acadêmicas, para os responsáveis pela coordenação das escolas das ilhas e para membros da comunidade local que tenham interesse em conhecer como estão sendo atendidos hoje no aspecto escolar.

De posse dessas informações e analisando os contextos, surge um relato para a gestão pública de modo a promover um incentivo à busca contínua de melhorias, que podem ser aplicadas nesse momento a fatores específicos apontados como problemas a serem solucionados nos resultados da pesquisa, a exemplo de aspectos que envolvem instrumental tecnológico ou recursos hídricos.

Esses resultados oportunizam que novos estudos e parcerias entre diferentes setores e entidades surjam com o objetivo de melhorar a vida dos habitantes da Ilha do Combu, proporcionando uma formação que prime pela qualidade, e dentro de um viés cultural preservado e focado no desenvolvimento da área. É uma devolutiva importante para as comunidades.

É importante salientar que alguns problemas são passíveis de correção ou atenuamento. Tem-se como exemplo o transporte escolar, visto anteriormente como

um obstáculo de difícil transposição, obstando a chegada de alunos à sala de aula. Com os anos, planejamento e ação esse aspecto sofreu avanços ao ponto de, na atualidade, garantir o acesso físico do aluno à sua escola.

Desse modo, o sucesso em sobrepujar fatores críticos apontados por estudos prévios serve como evidência de que cabe à sociedade desvendar outras fórmulas para atingir resultados positivos similares.

Assim, sugere-se a futuros pesquisadores que realizem trabalhos neste eixo temático e que apurem outros setores vinculados à qualidade de vida e à valorização dos povos ribeirinhos que habitam o estuário da capital paraense. Aspectos como a qualidade do atendimento à saúde, de moradias, de saneamento, entre outros serviços importantes para sua preservação e seu desenvolvimento.

Por fim, propõe-se que ofereçam publicidade nacional aos resultados de seus trabalhos, como forma de impulsionar o respeito e de incentivar o desenvolvimento dessas comunidades originárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. L. **Educação no Campo**: recortes no tempo e no espaço. 1 ed. Campinas-SP: Ed. Autores Associados Ltda, 2023.

ANDRADE, E. O. **Constituir-se professor nas ilhas de Belém**: ensinando e aprendendo matemática. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA\\_b00b70d75a7f45420888dd68c09af594](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPA_b00b70d75a7f45420888dd68c09af594). Acesso em: 20/06/23.

BARBOSA, H. D.; CAMPOS, R. I. Experiências de turismo em unidades de conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 15, n. 4, p. 823-839, 2017.

BASSI, M. E. Tema em destaque: Financiamento da Educação Infantil em seis capitais brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 142, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n142/v41n142a07.pdf>. Acesso em: 01/12/2023.

BELÉM(PA). Secretaria Municipal de Educação. **Compromisso com a Educação: Prefeitura de Belém inaugura anexo escolar Santo Antônio, na Ilha do Combu**. Belém, PA: SEMEC, 2023. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/prefeitura-de-belem-inaugura-anexo-escolar-santo-antonio-na-ilha-do-combu/>. Acesso em: 26/10/2024.

BELÉM (PA). Secretaria Municipal de Educação. **Diretoria de Educação: Coordenadoria de Educação do Campo e das Florestas**. Belém-PA: SEMEC, 2024. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/diretorias/diretoria-de-educacao-died/coordenadoria-da-educacao-do-campo-e-das-florestas/>. Acesso em: 11/11/2024.

BELÉM (PA). Agência Belém. **Educação do Campo: Prefeitura de Belém investe R\$ 2,1 milhões e entrega nova escola nessa sexta a ribeirinhos da ilha Grande**. Belém, PA: PMB, 2023. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/233591/prefeitura-de-belem-entrega-nova-escola-a-ribeirinhos-da-ilha-grande-e-realiza-acao-cidada>>. Acesso em: 01/11/2024.

BELÉM (PA). Agência Belém. **Unidade Pedagógica do município é escolhida para receber visita do ministro do TSE**. Belém, PA: PMB, 2018. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/171897/unidade->>. Acesso em: 22/05/2025.

BELÉM (PA). Agência Belém. **Prefeitura de Belém inaugura obras de educação e saúde na Ilha do Combu**. Belém, PA: PMB, 2017. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/prefeitura-de-belem-inaugura-obras-de-educacao-e-saude-na-ilha-do-combu/>. Acesso em: 04/12/2024.

BELÉM (PA). Secretaria Municipal de Educação. **Notícias - Educação de Qualidade: Prefeitura de Belém entrega a 70ª unidade educativa reformada e equipada**. Belém, PA: PMB, 2024. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/prefeitura-de->

belem-entrega-a-70a-unidade-educativa-reformada-e-equipada/. Acesso em: 01/11/2024.

BELÉM (PA). Secretaria Municipal de Educação. **Escolas Municipais – Distritos Administrativos**. Belém-PA, 2024. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/escolas-municipais/>. Acesso em: 26/12/2024.

BONFIM, M. Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú-SC, v. 12, n.1, p. 114-129, 2010.

BRABO, J. C. *et al.* Ciência na ilha: educação e divulgação científica em comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró-CE, v. 9, 2023,. Disponibilizado eletronicamente. Mossoró-CE:RECEI,2023. Disponível em <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/4332>. Acessado em 01/12/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). 9 jan. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html> . Acesso em: 13/12/2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília-DF: Inep, 2023 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 26/10/2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Brasília-DF: Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb#:~:text=O%20Sistema%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da,interferir%20no%20desempenho%20do%20estudante>. Acesso em: 02/06/2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 18 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 03/01/2025.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul.2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ideb – Apresentação**. Brasília-DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Ideb%20%C3%A9%20o%20%C3%8Dndice%20de,para%20a%20melhoria%20do%20ensino>. Acesso em: 02/06/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília-DF: MEC, 2013. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacoes\\_campo.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf). Acesso em: 13/12/2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados Positivos: Pará registra crescimento de 47,4% na chegada de turistas internacionais em 2024**. Brasília-DF: Mtur, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/para-registra-crescimento-de-47-4-na-chegada-de-turistas-internacionais-em-2024>. Acesso em: 25/05/2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados Positivos: Pará registra crescimento de 47,4% na chegada de turistas internacionais em 2024**. Brasília-DF: Mtur, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/para-registra-crescimento-de-47-4-na-chegada-de-turistas-internacionais-em-2024>. Acesso em: 25/05/2025.

CAMPOS, R. F.; VASCONCELOS, F. C. W.; FÉLIX, L. A. G. A importância da caracterização dos visitantes nas ações de ecoturismo e educação ambiental do Parque Nacional da Serra do Cipó/MG. **Turismo em Análise**, São Paulo-SP, v. 22, n. 2, p. 397-427, 2017.

CASTRO, R. M. G. Energias Renováveis e Produção Descentralizada: Introdução à Energia Fotovoltaica. **DEEC/Seção de Energia Lisboa**. Lisboa, Portugal, v. 1, n. 1, p. 1 - 51, 2002. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/515519880/Introducao\\_a\\_Energia\\_Fotovoltaica.pdf](https://www.academia.edu/download/515519880/Introducao_a_Energia_Fotovoltaica.pdf). Acessado em 25/05/2025.

COHEN-CARNEIRO *et al.* Oferta e utilização de serviços de saúde bucal no Amazonas, Brasil: estudo de caso em população ribeirinha do Município de Coari. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 8, p. 1827-1838, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XmGdjxYWtnTWjVPhv5q5FrH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06/07/2023.

COSTA, E.L. e SOUZA, J.R.S. Família e Escola: As contribuições da participação dos responsáveis na Educação Infantil. **Revista Khora**. Rio de Janeiro-RJ, v. 1, n.1, p. 1 a p. 17. Disponível em: <http://site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/viewFile/166/113>. Acesso em: 09/01/2025.

COSTA, E. S. et al. Ilha do Combu: realidades e desafios. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, Florianópolis-SC, v. 4, n. 2, p. 32 – 48, Jul/Dez 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/sma/article/view/903>, acessado em 01/12/2023.

DE MORAIS, R.; DE ANDRADE, L. P.; GUEDES, N. M. R. Turismo Pedagógico: ressignificando a aprendizagem. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo-SP, v. 13, n. 1, 2020.

DERGAN, J. M. B. **História, Memória e Natureza**: as comunidades da Ilha do Combu - Belém -PA. 2006. Dissertação - Mestrado em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2006.

FERNANDES, F. **Como o Turismo pode ser um aliado da Educação**. Rio de Janeiro: Multirio, 2019. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14984-como-o-turismo-pode-ser-um-aliado-da-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 02/07/2024.

FERNANDES, A. P. C. **Educação Especial do Campo: trilhas, perspectivas e renovação**. Belém: UEPA, 2021.

FERNANDES, J. G. S.; SANTOS, A. M.; SERUFFO, M. C. R. Indicadores Antrópicos: estudo comparativo para a sustentabilidade na Amazônia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 43, n. 01, p. 65 – 89, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/n5pFsjrn7Ztj6Nn66Vp8Trq>. 29/03/2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24/09/2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/fileId/anexo/pedagogia-do-oprimido-paulo-freire.pdf>. Acesso em: 24/09/2023.

Google Earth. **Ilha do Combu, Brasil, Belém, Pará**. [S. l.: s. n.], [2025]. 1 imagem de satélite, color, 3D. Escala 1: 4000. 1°29'44"S 48°26'57"W 15 m. Disponível em: [https://earth.google.com/web/search/Ilha+do+Combu%3%ba+-+Outeiro,+Bel%3%a9m+-+PA/@-1.49566635,-48.44923885,11.55639886a,9295.63731981d,35y,0h,0t,0r/data=CpQBGmYSYAoIMHg5MmE0OTI3MDIwNzc1YjU1OjB4ZGQyYzZkZTNINTUzZTM3ORkZw0Hn2vz3vyF-ZyA7FDplwColSWxoYSBkbyBDb21iw7ogLSBPdXRlaXJvLCBCZWzDqW0gLSBQQRgCIAEiJgokCb8gLhAG1fe\\_EUtNbvNF2Pe\\_GU8WpzXkOkjAla6CEL0nO0jAQgIIAToDCgEwQgIIAEoNCP\\_\\_\\_\\_\\_wEQAA?authuser=0](https://earth.google.com/web/search/Ilha+do+Combu%3%ba+-+Outeiro,+Bel%3%a9m+-+PA/@-1.49566635,-48.44923885,11.55639886a,9295.63731981d,35y,0h,0t,0r/data=CpQBGmYSYAoIMHg5MmE0OTI3MDIwNzc1YjU1OjB4ZGQyYzZkZTNINTUzZTM3ORkZw0Hn2vz3vyF-ZyA7FDplwColSWxoYSBkbyBDb21iw7ogLSBPdXRlaXJvLCBCZWzDqW0gLSBQQRgCIAEiJgokCb8gLhAG1fe_EUtNbvNF2Pe_GU8WpzXkOkjAla6CEL0nO0jAQgIIAToDCgEwQgIIAEoNCP_____wEQAA?authuser=0). Acesso em: 12 out. 2025.

GONÇALVES, T. O. **A formação e desenvolvimento profissional de formadores de professores**: o caso dos professores de matemática da UFPA. 2000. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/182808>. Acesso em: 25/11/2024.

GONÇALVES, T. O. MENDES, M. J. F. **Reflexões sobre a formação do professor de matemática**. In: Formação e inovação curricular no ensino de ciências e matemáticas: pesquisando ideias, saberes e processos. Belém: CEJUP, 2007.

GUIMARÃES, M. (org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas-SP: Papyrus, 2006. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/#:~:text=A%20Ind%C3%BAstria%204.0%20tamb%C3%A9m%20chamada,no%20Brasil%20e%20no%20mundo>. Acesso em: 15/12/2023.

IDEFLOR-BIO. **Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu: Plano de Manejo de Unidades de Conservação**. Belém - PA: Ideflor-Bio, 2023. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/area-de-protecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>. Acesso em: 19/12/24.

KENSKI, V. M. Educação e Internet no Brasil. **Cadernos Adenauer XVI - Internet e Sociedade**. Rio de Janeiro-RJ, v.1, n. 1, p.133 – 150, 2015. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/281121751>. 13/12/2024.

KITCHENHAM, Barbara et al. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele, UK, Keele University, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.

LIMA, R. M. M.; COSTA, J. B. A. Os caminhos do desenvolvimento no turismo: o deslocamento da abordagem centralizada na renda para a abordagem com foco nas pessoas. **Turismo & Sociedade**, Curitiba-PR, v.7, n. 2, p. 201-227, 2014.

LORENZATO, S. **Para aprender matemática**. Campinas: Autores Associados, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/721933723/Para-Aprender-Matematica-Sergio-Lorenzato>. Acesso em: 23/04/2024.

MANHÃES, B.; LOCATELLI, A. Questão de educação: como o turismo ensina? **Observatório de Inovação do Turismo**, Rio de Janeiro-RJ, v.6, n. 1, p. 1-23, 2011.

MARINHO, A.; GÁSPARI, J. C. Turismo de aventura e educação: desafios e conquista de espaços. **Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú-SC, v.5, n. 1, p. 29-39, 2003.

Ministério Público Federal. **A pedido do MPF, Justiça anula registro privado e confirma que Ilha Grande, no Pará, é bem público da União**. 2025. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/a-pedido-do-mpf-justica-anula-registro-privado-e-confirma-que-ilha-grande-no-para-e-bem-publico-da-uniao>. Acesso em: 25/09/2025.

NACARATO *et al.* **Cultura, formação e desenvolvimento profissional de professores que ensinam matemática: investigando e teorizando a partir da prática**. Campinas: Musa Editora, 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/354993794\\_Educacao\\_Especial\\_do\\_Camp\\_o\\_trilhas\\_perspectivas\\_e\\_renovacao](https://www.researchgate.net/publication/354993794_Educacao_Especial_do_Camp_o_trilhas_perspectivas_e_renovacao). Acesso em: 22/11/2024.

NERIS, J. K. D e SILVA, J. M. M. Potências de uma Escola Ribeirinha Paraense: Vidas, Fronteiras e um Rio. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba – MG, v .9, n.2, p. 222 - 233, 2019.

NORONHA, Cássio Barbosa; SILVA, Aldo José Conceição da. Robótica educacional no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Educação**, v. 29, n. 142, 09 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaft/th102501130922>.

NUNES, T.; FURTADO, L. G. A Ilha do Combu: ensaio sobre turismo e lazer em intenso crescimento. **Novos Cadernos NAEA**. Belém-PA, v. 26, n. 1, p. 273 - 300, Janeiro-Abril, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/11121>>. 02/07/2024.

O LIBERAL. **Ilha do Combu vira vitrine de empreendedorismo com ecoturismo em alta**: do transporte fluvial ao restaurante familiar, o turismo tem mudado a paisagem econômica e social da Ilha do Combu, em Belém, e feito florescer o empreendedorismo local. 2025. Disponível em: [https://www.oliberal.com/economia/como-o-combu-virou-rota-de-desenvolvimento-1.973994#goog\\_rewarded](https://www.oliberal.com/economia/como-o-combu-virou-rota-de-desenvolvimento-1.973994#goog_rewarded). Acesso em: 09/10/2025.

OLIVEIRA, B. F. A. et al. Prevalência de hipertensão arterial em comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, Amazônia Ocidental Brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro-RJ, v. 29, n. 8, p. 1617- 1630, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/gZhV5BssxCQXnKMz9ghCBdb/>. 12/06/2024.

PARÁ WEB NEWS. **Ilha do Combu desponta como um dos destinos mais procurados de Belém, superando Estação das Docas e Ver-o-Peso em buscas no Google**. 2024. Disponível em: <https://parawebnews.com/ilha-do-combu-desponta-como-um-dos-destinos-mais-procurados-de-belem-superando-estacao-das-docas-e-ver-o-peso-em-buscas-no-google/>. Acesso em: 05/06/2025.

PEREIRA, A. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria: UFSM, 2018. E-book (119 p.). Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf). Acesso em: 10/10/2024.

PINHEIRO, J. M. S. **Qualidade e disponibilidade da energia elétrica para redes de computadores**. UniFOA, Volta Redonda-RJ, v. 1, p. 1 a p. 10, 2022. Disponível em: <http://abccobre.org.br/wp-content/uploads/2022/01/qea04-qualidade-disponibilidade-energia-eletrica-redes-computadores.pdf>. 25/05/2025.

PODER 360. **54,5% dos Brasileiros tem formação básica completa, diz IBGE**. 2024. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/4q4hcgfi3jaabvur6gccxbum4/access/wayback/https://lestu.org/journals/index.php/josshe/article/download/32/32>. Acesso em: 10/04/2025.

ROMA NEWS. **Prefeitura anuncia que escolas municipais de Belém terão internet Starlink**. 2024. Disponível em: <https://www.romanews.com.br/cidades/prefeitura-anuncia-que-escolas-municipais-de-belem-terao-internet-starlink-assista-0525>. Acesso em: 05/06/2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book (277 p.). (Coleção Filosofia, 208). ISBN 978-85-7717-158-3.

PULITA, E. J. A experiência e o flunar como categorias críticas na reflexão das interfaces entre Turismo e Educação. **Turismo & Sociedade**, Curitiba-PR, v.7, n.4, p. 673-693, 2014.

Qedu. **Dados do Ensino Básico das Escolas do Brasil: Gestão, conteúdo, analítico e países, dados de ENEM, IDEB, Prova Brasil e Censo Escolar**. São Paulo - SP: Qedu, 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em: 20/11/2024.

QUARESMA, L. C. A. **Saberes docentes e a prática pedagógica na educação infantil ribeirinha em Belém/PA**. 2018. Dissertação de Mestrado - Universidade do estado do Pará, Belém-PA, 2018. Disponível em [https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS\\_0cfef7a816a54900277222a9fadc7705](https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_0cfef7a816a54900277222a9fadc7705) . Acesso em 14/11/2023.

RAMOS, E. S. **Turismo como Prática Pedagógica no Ensino de História Local nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**: um estudo de caso em uma escola do Rio Grande/RS. 2019. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande-RS, 2019. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURG\\_b1eb763a4df0f278481249c68e3b7471](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FURG_b1eb763a4df0f278481249c68e3b7471). 12/07/2024.

RODRIGUES, F. C. **Laboratório de Educação Matemática**: descobrindo as potencialidades do seu uso em um curso de formação de professores. 2011. Dissertação de Mestrado - Mestrado em Ensino da Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2011.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 2006. Disponível em <https://yadi.sk/i/6nHo6pw3qJTGt>. Acesso em 12/11/2023.

SILVA, B. C. et al. Travessias: reflexões sobre o ensino de Matemática nas ilhas de Belém e Cotijuba e contribuições para a formação inicial de professor(a)es. *In*: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 4, 2017, João Pessoa-PB. **Anais[...]**. Editora Realize, 2017. Disponibilizado em [http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO\\_EV173\\_MD1\\_SA1\\_ID8670\\_16102017163845.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV173_MD1_SA1_ID8670_16102017163845.pdf). Acesso em: 10/12/2023.

SILVA, C. G. *et al.* A importância da Brinquedoteca na Educação Infantil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo-SP, v.1, n.1, p. 1310 a p. 1324, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1737>. 09/01/2025.

SILVA, J. B.; SANTOS, J.; SOUZA, N. S. D. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. **KLA Working Paper Series**, v. 1, n. 18. Disponível em: [http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP\\_Bittencourt.pdf](http://www.kompetenzla.uni-koeln.de/fileadmin/WP_Bittencourt.pdf). Acesso em 23/04/2024.

SILVA, S.O. **Trabalho Infantil e Educação do Campo na Região do Baixo Sul da Bahia (2007-2015)**. 2018. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais-MG, 2018.

SMOLE, K. S.e DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas**. Porto Alegre: Artmed, 2001. Disponível em [https://biblioteca.isesp.edu.br/pesquisa\\_geral?q=Smole,%20K%C3%A1tia%20S&for=AUTOR](https://biblioteca.isesp.edu.br/pesquisa_geral?q=Smole,%20K%C3%A1tia%20S&for=AUTOR). Acesso em 27/11/2023.

SOUSA. A.S. SANTOS, M. C. Importância do Uso das Tecnologias na Prática Pedagógica do Educador. **Journal of Social Sciences, Humanities and Research in Education**. São Paulo-SP, v.1, n.1 , p. 1 a p. 8. 2021. Disponível em < <https://scholar.archive.org/work/4q4hcgfi3jaadbvur6gccxbum4/access/wayback/https://lestu.org/journals/index.php/josshe/article/download/32/32>>. Acesso em 09/01/2025.

SOUZA, R.C.A.; MELO, K. M. M.; PERINOTTO, A.R.C. O Turismo a serviço da educação: as aulas-passeio promovidas por escola particular em Parnaíba (PI). **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul-RS, v. 3, n. 1, p. 51-61, 2011.

ZORZI, L. O direito humano de acesso à água potável: uma análise continental baseada nos Fóruns Mundiais da Água. **Revista Ambiente Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**. Rio Grande do Sul-RS, v. 1, n.1, p. 955 a p. 971. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ambiagua/a/ycqD5sxZkGzXZMgJp6snvHh/?lang=pt>. 09/01/2025.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS DA AMAZÔNIA**

**TÍTULO DO PROJETO: O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA RIBEIRINHA NA ILHA DO COMBU EM BELÉM-PA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES TURÍSTICAS.**

**PESQUISADOR: MANOEL SARMANHO NETO**

**ORIENTADORA: YOMARA PINHEIRO PIRES**

**I. PERFIL DO ENTREVISTADO**

<b>1. NOME</b>

<b>2. ESCOLA DE ATUAÇÃO</b>

<b>3. IDADE:</b>	<b>4. GÊNERO</b>	<b>5. FORMAÇÃO ACADÊMICA</b>	<b>6. É MORADOR DA ILHA</b>
<input type="checkbox"/> Menos de 30 anos <input type="checkbox"/> 30 a 40 anos <input type="checkbox"/> 41 a 50 anos <input type="checkbox"/> 51 a 60 anos <input type="checkbox"/> Mais de 60 anos	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Prefiro não responder	<input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Outro: _____	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

<b>7. CARGO O QUAL ATUA NA ESCOLA</b>	<b>8. TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA</b>	<b>9. FORMA DE DESLOCAMENTO PARA ESCOLA</b>
<input type="checkbox"/> Diretor <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Outros cargos: _____	<input type="checkbox"/> Menos de 1 ano <input type="checkbox"/> 1 a 3 anos <input type="checkbox"/> 4 a 6 anos <input type="checkbox"/> Mais de 6 anos	<input type="checkbox"/> Barco escolar <input type="checkbox"/> Barco próprio <input type="checkbox"/> Barco de amigos <input type="checkbox"/> Outros _____

**II. INFRAESTRUTURA DA ESCOLA**

Dos itens relacionados a seguir, atribua uma **AVALIAÇÃO** de 1 a 5, onde **1** significa **INSATISFEITO** e **5** significa **MUITO SATISFEITO**:

ITEM	AVALIAÇÃO
<b>10. ACESSIBILIDADE</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
<b>11. ACESSO À INTERNET</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
<b>12. ÁGUA POTÁVEL</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
<b>13. ATENDIMENTO CLÍNICO EMERGENCIAL</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
<b>14. BANHEIROS</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
<b>15. BIBLIOTECA</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5
<b>16. BRINQUEDOTECA</b>	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5

17. ENERGIA ELÉTRICA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
18. LABORATÓRIOS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
19. LIMPEZA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
20. MATERIAL DIDÁTICO	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
21. MERENDA ESCOLAR	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
22. PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS GERAIS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
23. RECURSOS TECNOLÓGICOS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
24. SALAS DE AULA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
25. TRANSPORTE ESCOLAR	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

### III. CARACTERÍSTICAS DO ENSINO

Dos itens relacionados a seguir, atribua uma **AVALIAÇÃO** de 1 a 5, onde **1** significa **INSATISFEITO** e **5** significa **MUITO SATISFEITO**:

ITEM	NOTA
26. OFERTA DE ATIVIDADES EXTRA CLASSE	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
27. OFERTA DE EVENTOS ESCOLARES	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
28. OFERTA INSTITUCIONAL DE CAPACITAÇÃO	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
29. OFERTA DE REFORÇO ESCOLAR	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
30. A PARTICIPAÇÃO DE DOCENTES EM CAPACITAÇÕES	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
31. A QUALIDADE DO ENSINO	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
32. O ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES AOS DISCENTES	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
33. O ACOMPANHAMENTO DOS RESPONSÁVEIS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
34. O ATENDIMENTO DA ESCOLA AOS RESPONSÁVEIS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
35. O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

Dos itens relacionados a seguir, indique qual(quais) deles prejudicam provocam eventuais atrasos ou perda de aulas pelos alunos:

ITEM	CONFIRMA(S/N)?
36. CHUVA	( )
37. MARÉS	( )
38. INSETOS	( )
39. PARTICIPAÇÃO NAS TAREFAS DOMICILIARES	( )
40. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS FAMILIARES	( )
41. FALTA DE ENERGIA	( )

**42. ESTE ESPAÇO É DESTINADO À SUGESTÕES DE MELHORIA OU CRÍTICAS**




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS DA AMAZÔNIA

TÍTULO DO PROJETO: O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA RIBEIRINHA NA ILHA DO COMBU EM BELÉM-PA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES TURÍSTICAS.

PESQUISADOR: MANOEL SARMANHO NETO / ORIENTADORA: YOMARA PINHEIRO PIRES

I. PERFIL DO ENTREVISTADO

<b>1. NOME</b>

<b>2. ESCOLA A QUAL O(A) SEU(SUA) ALUNO(A) ESTUDA</b>

3. IDADE:	4. GÊNERO	5. FORMAÇÃO ACADÊMICA	6. OCUPAÇÃO PRINCIPAL
( ) Menos de 30 anos	( ) Masculino	( ) Não alfabetizado	( ) Pescador
( ) 30 a 40 anos	( ) Feminino	( ) Ensino Fundamental Incompleto	( ) Agricultor
( ) 41 a 50 anos	( ) Prefiro não responder	( ) Fundamental Completo	( ) Artesão
( ) 51 a 60 anos		( ) Ensino Médio Incompleto	( ) Comerciante
( ) Mais de 60 anos		( ) Ensino Médio Completo	( ) Outra: _____
		( ) Ensino Superior Incompleto	_____
		( ) Ensino Superior Completo	_____

7. GRAU DE PARENTESCO COM O ALUNO	8. QUANTAS CRIANÇAS DA FAMÍLIA SÃO ATENDIDAS PELA ESCOLA	9. COM A CRIANÇA SE DESLOCA PARA A ESCOLA
( ) Pais	( ) 1	( ) Barco escolar
( ) Avós	( ) 2	( ) Barco próprio
( ) Tio(a)	( ) 3	( ) Barco de amigos
( ) Outro _____	( ) Acima de 3	( ) Outros

II. INFRAESTRUTURA

Dos itens a seguir, atribua uma **AVALIAÇÃO** de 1 a 5, onde **1** significa **INSATISFEITO** e **5** significa **MUITO SATISFEITO**:

ITEM	NOTA
10. ACESSIBILIDADE	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
11. ACESSO À INTERNET	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
12. ÁGUA POTÁVEL	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
13. ATENDIMENTO CLÍNICO EMERGENCIAL	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
14. BANHEIROS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
15. BIBLIOTECA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
16. BRINQUEDOTECA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
17. ENERGIA ELÉTRICA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
18. LABORATÓRIOS	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
19. LIMPEZA	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
20. MATERIAL DIDÁTICO	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
21. MERENDA ESCOLAR	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

<b>22. PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS GERAIS</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>23. RECURSOS TECNOLÓGICOS</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>24. SALAS DE AULA</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>25. TRANSPORTE ESCOLAR</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

### III. CARACTERÍSTICAS DO ENSINO

Dos itens a seguir, atribua uma **nota** de 1 a 5, onde **1** significa **INSATISFEITO** e **5** significa **MUITO SATISFEITO**:

ITEM	NOTA
<b>26. OFERTA DE ATIVIDADES EXTRA CLASSE</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>27. OFERTA DE EVENTOS ESCOLARES</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>28. OFERTA DE REFORÇO ESCOLAR</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>29. COMO VOCÊ AVALIA A RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNOS?</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>30. A QUALIDADE DO ENSINO</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>31. O ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES AOS DISCENTES</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>32. O ATENDIMENTO DA ESCOLA AOS RESPONSÁVEIS</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>33. A ESCOLA CONVIDA OS PAIS PARA PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ESCOLARES?</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
<b>34. O USO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS</b>	( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

Dos itens relacionados a seguir, indique qual(quais) deles provocam eventuais atrasos ou perda de aulas pelos alunos:

ITEM	CONFIRMA(S/N)?
<b>35. CHUVA</b>	( )
<b>36. MARÉS</b>	( )
<b>37. INSETOS</b>	( )
<b>38. PARTICIPAÇÃO NAS TAREFAS DOMICILIARES</b>	( )
<b>39. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS FAMILIARES</b>	( )
<b>40. FALTA DE ENERGIA</b>	( )

<b>41. VOCÊ PARTICIPA EM EVENTOS E REUNIÕES NA ESCOLA?</b>	<b>44. A ESCOLA MANTÉM VOCÊ INFORMADO(A) SOBRE O DESEMPENHO ACADÊMICO DO SEU FILHO(A)?</b>	<b>42. VOCÊ CONSIDERA QUE SEU/SUA FILHO(A) ESTÁ APRENDENDO BEM NA ESCOLA?</b>
( ) Sim, sempre ( ) Sim, às vezes ( ) Não participo	( ) Sim, sempre informa. ( ) Sim, às vezes ( ) Sim, mas poderia melhorar ( ) Não informa	( ) Sim, está aprendendo muito bem ( ) Sim, mas poderia melhorar ( ) Não, está com dificuldades de aprender

<b>45. VOCÊ CONSIDERA QUE A ESCOLA OFERECE APOIO ADEQUADO PARA ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM?</b>	<b>43. VOCÊ DESTINA TEMPO E AUXILIA SEU(SUA) FILHO(A) COM AS TAREFAS ESCOLARES ENVIADAS PARA CASA?</b>	<b>46. VOCÊ CONSIDERA QUE A ESCOLA INCENTIVA O DESENVOLVIMENTO DE VALORES COMO RESPEITO, RESPONSABILIDADE E CONVIVÊNCIA EM GRUPO?</b>
( ) Sim, oferece ( ) Em parte, poderia melhorar ( ) Não oferece	( ) Sim, sempre ( ) Sim, às vezes ( ) Nunca consigo	( ) Sim, bastante ( ) Sim, mas poderia ser mais forte ( ) Não, quase não há incentivo

### 47. ESTE ESPAÇO É DESTINADO Á SUGESTÕES DE MELHORIA OU CRÍTICAS




**Universidade Federal do Pará**  
**Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação**  
**Campus Universitário de Castanhal**  
**Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**Educação Básica Ribeirinha na Ilha do Combu: uma análise comparativa em meio ao período de desenvolvimento turístico na região**”, sob a responsabilidade do/a pesquisador Manoel Sarmanho Neto, mestrando do Programa de Pós Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia(PPGEAA), orientado pela professora pesquisadora Profa. Dra. Yomara Pinheiro Pires da UFPA/PPGEAA. O objetivo da pesquisa é evidenciar como está sendo disponibilizado o acesso à educação básica aos moradores da Ilha do Combu após o período marcado pelo forte desenvolvimento turístico da região, comparando o cenário atual com o descrito em produções científicas que antecederam a última década.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma entrevista onde responderá a um questionário, apresentando a sua opinião a respeito do ensino realizado nas escolas da ilha.

Os riscos que você possa vir sofrer ao participar desta pesquisa são mínimos visto que ela não envolve atividades que comprometem integridade física, e será pensada para proporcionar um espaço seguro e confortável, emocionalmente, para que a entrevista ocorra.

Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para melhorar qualidade da oferta dos serviços realizados pelas escolas da Ilha. Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O/a Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a nos seguintes contatos: (91) 999716413 e [manu.sarmanho@gmail.com](mailto:manu.sarmanho@gmail.com) .



Universidade Federal do Pará  
Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação  
Campus Universitário de Castanhal  
Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA)

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Entendi que sou livre para interromper minha participação, a qualquer momento, sem ter que justificar minha decisão. Tenho conhecimento de que não terei nenhum custo e nem serei remunerado pela minha participação e, que não serei identificado nas publicações dos resultados da pesquisa. Eu entendi que os fornecimentos de informações podem contribuir como os seus resultados. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Participante:

\_\_\_\_\_  
Pesquisador responsável: Manoel Sarmanho Neto